

E QUANDO A EFEMERIDADE ENCONTRA O PATRIMÔNIO?

um estudo de caso sobre o CasaCor Pernambuco e o reuso
adaptativo de edificações históricas no Recife

Letícia Giselle Batista da Conceição

Orientadora: Natália Miranda Vieira-de-Araújo





UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

LETÍCIA GISELLE BATISTA DA CONCEIÇÃO

E QUANDO A EFEMERIDADE ENCONTRA O PATRIMÔNIO?
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CASACOR PERNAMBUCO E O REUSO
ADAPTATIVO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NO RECIFE

RECIFE
OUTUBRO 2024

LETÍCIA GISELLE BATISTA DA CONCEIÇÃO

E QUANDO A EFEMERIDADE ENCONTRA O PATRIMÔNIO?
UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CASACOR PERNAMBUCO E O REUSO
ADAPTATIVO DE EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NO RECIFE

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Natália
Miranda Veira-deAraújo

RECIFE

OUTUBRO 2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Conceição, Leticia Giselle Batista da.

E QUANDO A EFEMERIDADE ENCONTRA O PATRIMÔNIO ? um
estudo de caso sobre o CasaCor Pernambuco e o reuso adaptativo de edificações
históricas no Recife / Leticia Giselle Batista da Conceição. - Recife, 2024.
253 p. : il., tab.

Orientador(a): Natália Miranda Vieira-de-Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Arquitetura e Urbanismo -
Bacharelado, 2024.

Inclui referências, apêndices.

1. Arquitetura. 2. Conservação e Restauro. 3. Reuso Adaptativo. 4.
Efemeridade. 5. Patrimônio. I. Vieira-de-Araújo, Natália Miranda . (Orientação).
II. Título.

720 CDD (22.ed.)

Dedico a todos aqueles que um dia foram e a todos
que um dia serão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, cuja presença constante me deu forças para persistir mesmo quando as dificuldades pareciam insuperáveis. Pela sabedoria, justiça e proteção, ofereço minha gratidão por guiar meus passos e por me trazer a clareza necessária em momentos de incerteza.

À minha família, minha base em todas as etapas da vida. Em especial a minha mãe, Marta Batista, que teve seus sonhos impedidos, mas criou forças e fez o que pôde para não houvesse impedimentos aos meus, que investiu em mim e não mediu esforços para isso. Este trabalho é tão meu quanto seu.

Ao meu amor, Théo Delisle, por me proporcionar um amor tão puro, sincero e dedicado. Seu amor ilumina os dias mais sombrios e, no tumulto do mundo, me traz calma e a confiança que tanto preciso. Obrigada por estar ao meu lado em todos os momentos e por me fortalecer para enfrentar as adversidades da vida. Agradeço a ti por acreditar mais em mim do que eu mesma e por me ajudar a enxergar mais longe em meu próprio potencial. Obrigada pela presença que ultrapassa as barreiras físicas.

Minha profunda gratidão a minha orientadora Natália Miranda, cuja sabedoria, paciência e visão crítica foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Mais do que guiar minha pesquisa, você me ensinou a pensar de maneira mais profunda, a questionar as respostas fáceis e a buscar o rigor intelectual que este trabalho exige. Obrigada por me ajudar a enxergar além dos limites acadêmicos, permitindo que eu me tornasse uma pesquisadora mais completa.

Aos meus poucos amigos, que permaneceram ao meu lado, mesmo quando o tempo e o cansaço pareciam me afastar. Agradeço especialmente à Maria Vitória por me apoiar e por celebrar comigo cada pequena vitória.

Por fim, preciso agradecer a mim mesma por não me deixar titubear.

RESUMO

A efemeridade, conceito que se refere à transitoriedade e à brevidade da experiência, é um tema que pode ser profundamente explorado em diversas áreas e, principalmente na arquitetura, especialmente em relação às preexistências do patrimônio histórico edificado. Em um mundo marcado pela modernidade líquida, como descrito por Bauman, as estruturas arquitetônicas enfrentam uma constante pressão para se adaptarem às necessidades contemporâneas, muitas vezes comprometendo sua autenticidade e integridade. A adaptação e o reuso de edificações históricas são maneiras de mitigar seu esquecimento, permitindo que essas estruturas continuem a ter relevância no presente, entretanto isso só é possível por meio de um uso contínuo em diálogo aos valores intrínsecos a essas estruturas. A efemeridade do CASACOR, ao se instalar temporariamente nessas estruturas, proporciona uma breve vivacidade, permitindo a curto prazo que elas se tornem novamente relevantes e atraentes para o público contemporâneo, mas levantam a questão: e a longo prazo? Este trabalho investigará a relação entre efemeridade e patrimônio por meio de dois estudos de caso: o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, sede do CASACOR PE em 2008, e o conjunto do Edifício Chanteclair, utilizado nas duas últimas edições do evento, em 2022 e 2023. A pesquisa analisará como essas intervenções temporárias impactaram a preservação e o valor patrimonial desses edifícios, refletindo sobre o potencial de eventos efêmeros contribuírem ou prejudicarem a conservação a longo prazo.

palavras-chave: efemeridade, conservação, reuso adaptativo, patrimônio, arquitetura.

ABSTRACT

Ephemerality, a concept that refers to the transience and brevity of experience, is a theme that can be deeply explored across various fields, particularly in architecture, especially concerning the preexistence of built historical heritage. In a world marked by liquid modernity, as described by Bauman, architectural structures face constant pressure to adapt to contemporary needs, often compromising their authenticity and integrity. The adaptation and reuse of historical buildings are ways to mitigate their oblivion, allowing these structures to remain relevant in the present; however, this is only possible through continuous use that dialogues with the intrinsic values of these structures. The ephemerality of the CASACOR event, temporarily installed in these structures, provides a brief vibrancy, allowing them to become relevant and appealing to contemporary audiences in the short term, but it raises the question: what about the long term? This work will investigate the relationship between ephemerality and heritage through two case studies: the Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, host of CASACOR PE in 2008, and the Edifício Chanteclair, used in the last two editions of the event, in 2022 and 2023. The research will analyze how these temporary interventions have impacted the preservation and patrimonial value of these buildings, reflecting on the potential of ephemeral events to contribute to or harm long-term conservation efforts.

Keywords: ephemerality, conservation, adaptive reuse, heritage, architecture.

RÉSUMÉ

L'éphémérité, un concept qui fait référence à la transience et à la brièveté de l'expérience, est un thème qui peut être profondément exploré dans divers domaines, notamment en architecture, et particulièrement en relation avec la préexistence du patrimoine historique bâti. Dans un monde marqué par la modernité liquide, comme décrit par Bauman, les structures architecturales subissent une pression constante pour s'adapter aux besoins contemporains, compromettant souvent leur authenticité et leur intégrité. L'adaptation et la réutilisation des bâtiments historiques sont des moyens de lutter contre leur oubli, permettant à ces structures de rester pertinentes dans le présent. Cependant, cela n'est possible qu'à travers un usage continu, en dialogue avec les valeurs intrinsèques de ces structures. L'éphémérité de l'événement CASACOR, qui s'installe temporairement dans ces édifices, leur confère une brève vivacité, leur permettant de redevenir pertinentes et attractives à court terme pour le public contemporain, mais cela soulève la question : qu'en est-il à long terme ? Ce travail explorera la relation entre éphémérité et patrimoine à travers deux études de cas : le Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, hôte de CASACOR PE en 2008, et l'ensemble de l'Édifice Chanteclair, utilisé lors des deux dernières éditions de l'événement, en 2022 et 2023. La recherche analysera comment ces interventions temporaires ont affecté la préservation et la valeur patrimoniale de ces bâtiments, en réfléchissant au potentiel des événements éphémères à contribuer ou à nuire à la conservation à long terme.

Mots-clés : éphémérité, conservation, réutilisation adaptative, patrimoine, architecture.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Santuário histórico de Machu Picchu, Peru.....	16
Figura 2 - Vista do Machu Picchu, Peru.....	16
Figura 3 - Catedral de Notre-Dame de Paris, França.....	18
Figura 4 - Catedral de Notre-Dame de Paris, França.....	18
Figura 5 - Ouro Preto, Minas Gerais -Brasil.....	21
Figura 6 - Vila e castelo de Pierrefonds no álbum fotográfico do trem imperial.....	27
Figura 7 - Castelo Pierrefonds após projeto de restauro feito por Viollet-le-Duc.....	27
Figura 8 - Pintura a óleo do Castelo de Rivoli, época desconhecida.....	33
Figura 9 - Castelo de Rivoli.....	33
Figura 10 - Esquema cartesiano da Teoria do Restauro sob as instâncias estética e histórica.....	36
Figura 11 - Noção de escala entre as posturas intervencionistas.....	36
Figura 12 - Vista do Museu de Orsay, época desconhecida.....	40
Figura 13 - Comboios de periferia na Estação de Orsay.....	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 14 - Salão de exposição do Museu de Orsay.....	40
Figura 15 - Museu da Abolição fundado na época de 1960, no antigo sobrado da Madalena no Recife.....	43
Figura 16 - Colégio Jacobina, Rio de Janeiro em época desconhecida.....	47
Figura 17 - Antigo Colégio Jacobina após restauro e adaptação, foto da época em que era o CAU RJ.....	47
Figura 18 - Pinacoteca do Estado de São Paulo após restauração realizada por Paulo Mendes da Rocha na década de 1990.....	53
Figura 19 - Palácio Sinel de Cordes.	55
Figura 20 - Palácio Sinel de Cordes, Pátio interno.....	55
Figura 21 - Processo de reforma no último piso do Palácio Sinel de Cordes.....	56
Figura 22 - Processo de reforma no último piso do Palácio Sinel de Cordes.....	56
Figura 23 - Processo de reforma no último piso do Palácio Sinel de Cordes.....	56
Figura 24 - Fachada Boreal do Edifício Francisco Durini, Quito - Equador.....	66

LISTA DE FIGURAS

Figura 25 - Iluminação da fachada do Edifício Ronald - Verônica Saenz, Lima - Peru.	66
Figura 26 - Palacete Brando Barbosa, sede da edição CASACOR RIO - 2021.....	69
Figura 27 - Vista do Forte de São Francisco Xavier, em Vila Velha, ES.....	71
Figura 28 - Projeto de intervenção proposto pelo CASACOR ES.....	73
Figura 29 - Projeto de intervenção proposto pelo CASACOR ES.....	73
Figura 30 - Projeto de intervenção proposto pelo CASACOR ES.....	73
Figura 31 - Vista externa do Liceu em seu estado atual.....	80
Figura 32 - Vista externa do antigo armazém 11, hoje o Centro de Artesanato de PE.....	80
Figura 33 - Vista externa do imóvel ocupante do endereço do antigo casarão 4988.....	80
Figura 34 - Vista externa dos Chalés do Carmo.....	80
Figura 35 - Vista frontal do conjunto em seu estado atual.....	80
Figura 36 - Vista externa do local onde era o casarão.....	80
Figura 37 - Vista da residência em seu estado de abandono.....	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 38 - Restaurante Ilha da Kosta no antigo Casarão Oton Lynch.....	81
Figura 39 - Fachada do casarão da Família Santos em seu estado atual.....	81
Figura 40 - Foto externa do pavilhão do CASACOR PE 2021.....	81
Figura 41 - Fachada do Edifício Chanteclair.....	81
Figura 42 - Vista externa edifício Palazzo Itália.....	81
Figura 43 - Lyceo de Artes e Offícios em 11/12/1904 – Postal E. M. Nogueira de Souza.....	92
Figura 44 - Jardins e Palácio de Luxemburgo, França.....	94
Figura 45 - Primeira versão do projeto do Liceu - elevação frontal- datada de 1871.....	96
Figura 46 - Segunda versão - elevação frontal, sem data.....	96
Figura 47 - Terceira versão - elevação frontal, com copia datada de 1876.	96
Figura 48 - Quarta versão - elevação frontal - datada de 20 de janeiro de 1877.	96
Figura 49 - Situação da fachada em 2007 antes do CASACOR 2008.....	104
Figura 50 - Situação da fachada em 2008 durante o CASACOR 2008.....	104

LISTA DE FIGURAS

Figura 51 - Masterplan para piso térreo, projeto CASACOR 2008.....	106
Figura 52 - Masterplan para primeiro pavimento, projeto CASACOR 2008.....	107
Figura 53 - Vista interna dos forros descaracterizados e em gesso acartonado, provavelmente inseridos na versão da CASACOR Pernambuco em 2008.....	109
Figura 54 - Vista interna dos forros descaracterizados e em gesso acartonado, provavelmente inseridos na versão da CASACOR Pernambuco em 2008.....	109
Figura 55 - Vista interna dos forros descaracterizados e em gesso acartonado, provavelmente inseridos na versão da CASACOR Pernambuco em 2008.....	109
Figura 56 - Vista interna dos forros descaracterizados e em gesso acartonado, provavelmente inseridos na versão da CASACOR Pernambuco em 2008.....	109
Figura 57 - Foto com o Edifício Chanteclair à direita da imagem, por volta da década de 1920....	116
Figura 58 - Foto com o Edifício Chanteclair à direita da imagem, por volta da década de 1945....	116
Figura 59 - Vista externa Edifício Chanteclair em 2008.....	118
Figura 60 - Foto do Edifício Chanteclair em estado de completo abandono, por volta de 2008....	118
Figura 61 - Vista interna de um ambiente no ultimo pavimento. Visível a ausência do telhado....	118

LISTA DE FIGURAS

Figura 62 - Vista externa do edifício durante o processo de restauro das fachadas e cobertura.....	120
Figura 63 - Vista externa do edifício durante o processo de restauro das fachadas.....	120
Figura 64 - Detalhes dos ornamentos das fachadas após o restauro.....	122
Figura 65 - Detalhes dos ornamentos das fachadas após o restauro.....	122
Figura 66 - Detalhes dos ornamentos das fachadas após o restauro.....	122
Figura 67 - Mapa ZEPH do Bairro do Recife e polígono de tombamento pelo IPHAN.....	124
Figura 68 - Planta de reforma do piso térreo.....	129
Figura 69 - Planta de reforma do pavimento superior.....	131
Figura 70 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada a concretagem e o nivelamento de todo o piso térreo.....	133
	133
Figura 71 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada a concretagem e o nivelamento de todo o piso térreo.....	133
Figura 72 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada a concretagem e o nivelamento de todo o piso térreo.....	133
	133

LISTA DE FIGURAS

Figura 73 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada a concretagem e o nivelamento de todo o piso térreo.....	133
Figura 74 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada o reparo e nivelamentos das paredes.....	135
Figura 75 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada o reparo e nivelamentos das paredes.....	135
Figura 76 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada o reparo e nivelamentos das paredes.....	135
Figura 77- Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada o reparo e nivelamentos das paredes.....	135
Figura 78 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, onde será realizada a demolição de elementos não pertencentes a edificação.....	136
Figura 79 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo e mezanino, entre julho e outubro.....	139
Figura 80 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo e mezanino, entre julho e outubro.....	139

LISTA DE FIGURAS

Figura 81 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo e mezanino, entre julho e outubro.....	139
Figura 82 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo e mezanino, entre julho e outubro.....	139
Figura 83 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	141
Figura 84 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	141
Figura 85 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	141
Figura 86 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	141
Figura 87 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	143
Figura 88 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	143

LISTA DE FIGURAS

Figura 89 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	143
Figura 90 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	143
Figura 91 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	145
Figura 92 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	145
Figura 93 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	145
Figura 94 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro.....	145
Figura 95 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de um dos ambientes do primeiro pavimento, entre julho e outubro..	147
Figura 96 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de um dos ambientes do primeiro pavimento, entre julho e outubro..	147

LISTA DE FIGURAS

Figura 97- Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de um dos ambientes do primeiro pavimento, entre julho e outubro..	143
Figura 98 - Vista aérea do Liceu e seus arredores.....	167
Figura 99 - Situação da fachada em 2007 antes do CASACOR.....	168
Figura 100 - Situação da fachada em 2008 durante o CASACOR 2008.....	168
Figura 101 - Situação atual da fachada do prédio do Liceu.....	169
Figura 102 - Situação atual da fachada do prédio do Liceu.....	169
Figura 103 - Situação atual da fachada do prédio do Liceu.....	169
Figura 104 - Vista aérea do antigo Armazém 11 e seus arredores.....	171
Figura 105 - Registro do Armazém 11 antes de receber a mostra de eventos.....	172
Figura 106 - Registro do Armazém 11 antes de receber a mostra de eventos.....	172
Figura 107 - Foto externa do atual Armazém 11.....	173

LISTA DE FIGURAS

Figura 108 - Vista aérea do edifício e seus arredores.....	175
Figura 109 - Trecho da matéria do site Casa.com.br onde é disponibilizada a localização e imóvel que iria sediar a mostra no ano de 2010.....	176
Figura 110 - Vista aérea do trecho em que estaria o casarão, foto de julho de 2009.....	176
Figura 111 - Vista externa do imóvel ocupante do endereço do antigo casarão 4988.....	177
Figura 112 - Vista externa do imóvel ocupante do endereço do antigo casarão 4988.....	177
Figura 113 - Vista aérea dos três chalés e seus arredores.....	179
Figura 114 - Vista geral do conjunto denunciando as perdas dos elementos decorativos da fachada frontal (lambrequins de madeira).....	180
Figura 115 - Vista geral dos quatro chalés após reforma, 1990.....	180
Figura 116 - Fachada dos Chalés do Carmo, registro de Janeiro de 2023.....	181
Figura 117 - Situação do pátio dos Chalés do Carmo.....	181
Figura 118 - Situação atual da Casa Julieta, registro de Janeiro de 2023.....	182

LISTA DE FIGURAS

Figura 119 - Situação atual da Casa Julieta, registro de Janeiro de 2023.....	182
Figura 120 - Vista externa dos Chalés do Carmo.....	183
Figura 121 - Vista externa dos Chalés do Carmo.....	183
Figura 122 - Vista externa dos Chalés do Carmo.....	183
Figura 123 - Vista aérea dos três chalés e seus arredores.....	185
Figura 124 - Vista geral do conjunto, época desconhecida.....	186
Figura 125 - Detalhes da conservação das fachadas do conjunto.....	187
Figura 126 - Detalhes da conservação das fachadas do conjunto.....	187
Figura 127 - Detalhes da conservação das fachadas do conjunto.....	187
Figura 128 - Detalhes da conservação das fachadas do conjunto.....	187
Figura 129 - Vista frontal do conjunto em seu estado atual.....	188
Figura 130 - Vista aérea do terreno do antigo casario e seus arredores em 2015.....	190

LISTA DE FIGURAS

Figura 131 - Vista externa da edificação antes das obras para o evento.....	191
Figura 132 - Vista externa da edificação antes das obras para o evento.....	191
Figura 133 - Vista externa da edificação.....	192
Figura 134 - Vista externa da edificação.....	192
Figura 135 - Vista aérea da antiga residência do ex-senador o e seus arredores em 2013.....	194
Figura 136 - Vista do pátio interno da antiga residência do ex-Senador.....	195
Figura 137 - Vista do pátio interno da antiga residência do ex-Senador.....	195
Figura 138 - Vista aérea do casarão e seus arredores.....	197
Figura 139 - Sobrado de residência de Othon Lynch, em suas feições primitivas.....	198
Figura 140 - Representação do projeto da fachada principal, de autoria de Giácomo Palumbo, com auxílio da técnica de aquarela, em 1922.....	198
Figura 141 - Fachada posterior do imóvel, com a indicação das colunas e parte da família, 1938..	198

LISTA DE FIGURAS

Figura 142 - Sobrado com as características da reforma, em 2016.....	199
Figura 143 - Fachada do casarão durante o CasaCor 2017.....	199
Figura 144 - Restaurante Ilha da Kosta, 2023.....	200
Figura 145 - Vista aérea do casarão e seus arredores.....	202
Figura 146 - Fachada do casarão durante o CasaCor 2018.....	203
Figura 147 - Fachada lateral do casarão durante o CasaCor 2019.....	203
Figura 148 - Fachada lateral do casarão durante o CasaCor 2018.....	204
Figura 149 - Fachada do casarão durante o CasaCor 2018.....	204
Figura 150 - Projeto paisagístico do passeio nos arredores do casarão durante o CasaCor 2018....	204
Figura 151 - Fachada do casarão em seu estado atual.....	205
Figura 152 - Fachada do casarão em seu estado atual.....	205

LISTA DE FIGURAS

Figura 153 - Vista aérea do Shopping Recife e seus arredores.....	207
Figura 154 - Foto externa do pavilhão do CASACOR PE 2021.....	208
Figura 155 - Foto externa do Bar Vivix Carvalheira.....	208
Figura 156 - Foto externa do pavilhão do CASACOR PE 2021.	209
Figura 157 - Vista aérea do Conjunto Chanteclair e seus arredores.....	211
Figura 158 - Foto da obra de recuperação da fachada do Edifício Chanteclair, por volta de 2012	212
Figura 159 - Fachada e paisagismo externo Edifício Chanteclair.....	212
Figura 160 - Fachada e paisagismo externo Edifício Chanteclair.....	212
Figura 161 - Fachada do Edifício Chanteclair.....	213
Figura 162 - Fachada atual do Edifício Chanteclair.....	213
Figura 163 - Vista aérea do Palazzo Itália e seus arredores.....	215
Figura 164 - Vista externa edifício Palazzo Itália.....	216

LISTA DE FIGURAS

Figura 165 - Edifício Palazzo Itália..... **216**

Figura 166 - Edifício Palazzo Itália..... **216**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Conceitualização do restauro através do tempo.....	31
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	04
1- NARRATIVAS TEMPORAIS	12
1.1 - Permanência na transformação: memória e materialidade	14
1.2 - Os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativo	26
1.2.1 - Um olhar teórico-crítico acerca do antigo e o novo	27
1.2.2 - Para além da teoria: da intervenção ao reuso	39
1.2.3 - A sustentabilidade atrelada ao novo: o retrofit	49
1.3 - Considerações Parciais	60
2 - TERRITÓRIOS DE INTERPRETAÇÃO: O CASACOR EM EVIDÊNCIA	65
2.1 - CASACOR Pernambuco	76
2.1.2 - Linha do tempo CCPE	79
3 - METODOLOGIA DE ANÁLISE	84
4 - LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE PERNAMBUCO	89
4.1 - Enquadramento de caso	90
4.2 CASACOR PE 2008	99
4.2.1 - Memorial descritivo	103
4.2.2 - Linguagem e materialidade	108
4.2.3 - Uso e temporalidade	111
5 - CONJUNTO DE EDIFÍCIOS CHANTECLAIR	114
5.1 - Enquadramento de caso	115

SUMÁRIO

5.1.2 - Políticas de Preservação e Intervenção Arquitetônica no Recife Histórico	123
5.2 CASACOR PE 2022-2023	127
5.2.1 Memorial descritivo	132
5.2.2 Linguagem e materialidade	138
5.2.3 Uso e temporalidade	142
 6 - FECHAMENTO E PERSPECTIVAS FUTURAS	 150
 REFERÊNCIAS	 157
 APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO	 165

“São os homens que atribuem um valor às pedras e todos os homens, não apenas os arqueólogos e literatos. Devemos, portanto, levar em conta não o valor em si, mas a atribuição de valor, não importa quem a faça e a que título seja feita. De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade e, se em alguns casos, este é atribuído por uma elite de estudiosos, é claro que estes agem no interesse de toda uma comunidade, porquanto sabem que o que hoje é ciência de poucos, será amanhã cultura de todos.”

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. Ed. Martins Fontes, 2001.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é um período marcado por um profundo mal-estar, cujas raízes se entrelaçam em uma complexa rede de conflitos sociais e individuais. Como observado por [Bauman \(2006\)](#), vivemos em uma era de "modernidade líquida", caracterizada pela fluidez e pela falta de estruturas sólidas, o que pode gerar uma sensação de desorientação e instabilidade. Nesse contexto fluido, a permanência da memória como um valor central torna-se ainda mais crucial na construção de uma identidade coletiva e na preservação da história. A memória, como observa [Nora \(1993\)](#), é um elemento fundamental na construção da identidade cultural e social de uma comunidade, pois é através da lembrança e da preservação do passado, as sociedades constroem narrativas que dão significado ao presente e orientam suas visões de futuro.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (Nora, 1993, p. 9).

A arquitetura, por sua vez, especialmente quando considerada através do viés do patrimônio histórico, emerge como uma área de conflitos onde as tensões entre tradição e modernidade, memória e esquecimento que se desdobram de maneiras um tanto quanto complexas. A descaracterização dos conjuntos arquitetônicos legados pelas gerações passadas é um sintoma evidente desse dilema contemporâneo. Essa tendência à efemeridade e ao esquecimento tem sérias implicações para a preservação do patrimônio arquitetônico e histórico. Neste mesmo sentido, a rápida urbanização e o desenvolvimento desenfreado muitas vezes levam à destruição ou descaracterização de edifícios e espaços históricos, apagando assim partes importantes da memória de uma comunidade.

Nos últimos anos, o interesse pelo patrimônio edificado tem aumentado consideravelmente, não só pela maior consciência do seu valor histórico, mas também por razões outras como o aumento demográfico, a saturação territorial, a complexidade urbana que acarreta diversos problemas político-econômicos vinculados, por exemplo, à especulação imobiliária e à exploração do turismo. Assim, o uso do patrimônio edificado existente [...] tornou-se uma questão de grande interesse, que extrapola a questão meramente preservacionista. **(Rodrigues e Camargo, p.147, 2010)**

Como abordado por Rodrigues e Camargo (2010), no meio a esse debate, a reutilização de edifícios antigos surge como uma estratégia eficaz não apenas para revitalizar áreas urbanas degradadas, mas também para preservar a memória histórica e cultural de um local. Além disso, para além das questões preservacionistas, atualmente, podemos dizer que faz pouco ou nenhum sentido seguirmos trabalhando no rumo da demolição integral das preexistências para a construção do novo. Isso porque busca-se hoje não só a reaproximação do passado, onde os resquícios de tempos passados tornam-se objetos centrais do projeto contemporâneo, como também o reaproveitamento das estruturas construídas em nome da sustentabilidade econômica e ambiental. Assim, torna-se necessário crescentemente refletir sobre como desenvolver uma conversação entre o antigo e o novo, suprimindo as necessidades sociais da contemporaneidade em vários sentidos.

Umas das coisas mais admiráveis e agradáveis que podem ser vistas ao longo das calçadas das grandes cidades são as engenhosas adaptações de velhos espaços para novos usos [...] São desse tipo as pequenas transformações que estão sempre ocorrendo nos distritos em que há vitalidade e que atendem as necessidades humanas **(Jacobs, pág. 207, 1961)**

Jane Jacobs, escritora e ativista, enfatiza como parte de sua análise crítica aos novos princípios modernos, que a diversidade arquitetônica resulta em uma cidade dinâmica. Ela ressalta a vitalidade urbana que surge da evolução dos usos ao longo do tempo em edifícios de diferentes épocas e estilos. Essa abordagem não apenas conserva os prédios antigos, mas também enriquece a variedade urbana (Bicca, 2017). No entanto:

É válido ressaltar que a memória não é uma volta ao passado, tal como ele era antes. Estando no presente, a lembrança refaz o passado, reconstitui-o com base nas experiências, percepções e vivências do presente. As pessoas mudam com o passar do tempo — não somos mais o que éramos anteriormente, por exemplo —, possuem outros pensamentos, outros juízos de valores, que não serão os mesmos no futuro (Nora, 1993, p. 10).

Pode-se dizer que o pensamento de Nora sobre a natureza da memória caminha lado a lado com o campo de preservação e restauração do patrimônio cultural. Pois, assim como a memória não busca a recriação exata do passado, mas sim uma reconstituição influenciada pelas experiências e percepções do presente, a preservação e restauração do patrimônio não busca trazer de volta o passado em seu estado estático e inalterado. Em vez disso, busca-se reconhecer e valorizar a história dos conjuntos, monumentos e edifícios históricos, respeitando sua autenticidade e integridade, operando, de maneira sensível, mudanças que, inevitavelmente, têm implicações estéticas e formais no edifício (Csepcsényi, 2020).

Para o “Restauro Crítico-conservativo”, isso significa transformar de forma confiante, podendo contar com o emprego equilibrado de elementos modernos. A tecnologia, por exemplo, deve ser deixada à vista. Um diálogo deve ser estabelecido com ela, evitando-se os danos à matéria remanescente do bem por consequência da intenção de dissimulá-la. Isto, respeitando-se os tópicos operacionais de reversibilidade, distinguibilidade e mínima intervenção (Csepcsényi, 2020, sem p.).

Dentro deste contexto de contínuo amadurecimento e apreciação pela arquitetura, emerge o foco central deste trabalho: o reuso e o processo de adaptação das preexistências a partir das necessidades do presente, sofrendo assim modificações exigidas pelas necessidades atuais, conforme citado na Carta de Veneza de 1964. Ao falar, portanto, acerca da reutilização de edifícios históricos de reconhecido valor patrimonial, é imprescindível considerarmos a compatibilidade do novo uso com os valores intrínsecos àquelas edificações, conforme defendido por Brandi (2004). Não se trata, segundo Brandi, de simplesmente adaptar uma estrutura antiga para um uso moderno, mas de assegurar que essa nova função esteja em consonância com a identidade e a autenticidade da edificação, evitando, assim, intervenções que possam desvirtuar ou enfraquecer sua integridade.

Claramente que concessões serão inevitáveis em qualquer processo de adaptação; no entanto, qual é o limite dessas concessões? Até onde podemos ir sem comprometer os valores essenciais da edificação histórica? E quando o uso proposto é, desde o início, temporário? A transitoriedade traz consigo uma nova camada de complexidade: até que ponto as intervenções, por sua própria natureza efêmera, são justificáveis? O que muda quando sabemos que o uso será breve e a estrutura retornará, eventualmente, à sua condição anterior?

O **objetivo geral** deste estudo é, portanto, analisar a relação entre a preexistência e o novo, analisando as relações entre teoria, leis de preservação e prática na reutilização de edifícios históricos como sede das edições da CasaCor PE no Recife.

Sob a luz dos conceitos e interpretações dos estudiosos que serão discutidos aqui, alguns casos de intervenções em edifícios históricos na cidade do Recife, em Pernambuco, são selecionados para uma análise crítica dos princípios, soluções e metodologias adotadas, focando no diálogo entre o antigo e o novo nas suas respectivas intervenções.

Para ilustrar essa temática, faremos uma breve análise dos edifícios históricos que passaram pelo processo de reuso adaptativo para sediar as mostras da CasaCor na cidade do Recife. Desse modo,

procuraremos identificar ou construir uma linha do tempo com os imóveis que já foram objeto de intervenção para abrigar a CasaCor, além de verificar qual a situação atual desses imóveis em termos de estado de conservação e uso. Para aprofundar a teoria e prática, tomamos como objetos de estudos os dois edifícios tombados que sediaram três edições do evento na cidade, sendo eles: Liceu de Artes e Ofícios (2008) e Conjunto Edifício Chanteclair (2022/2023).

Desta maneira, os **objetivos específicos** serão:

- I. Analisar as abordagens adotadas para equilibrar a preservação do valor histórico com as necessidades contemporâneas nas edificações;
- II. Discutir sobre a colaboração entre os diversos atores envolvidos no processo de reuso de edificações históricas, visando promover uma abordagem integrada e participativa para a preservação do patrimônio;
- III. Refletir sobre as consequências e longevidade/continuidade, em termos preservacionistas, dessas intervenções para os imóveis afetados.

A **metodologia** do trabalho estará dividida em duas etapas principais, a primeira abordagem de caráter teórico, onde será desenvolvida uma base teórica para fundamentar as discussões e análises posteriores; a segunda direcionada para a aplicação dos conceitos estudados na avaliação crítica dos projetos de intervenção selecionados.

I. Revisão de literatura: Realizar uma revisão sistemática da literatura sobre reuso de edificações históricas e sobre a relação entre aspectos teóricos e projetuais, abrangendo publicações acadêmicas, artigos e relatórios técnicos. Essa revisão fornecerá uma compreensão abrangente das diferentes técnicas, abordagens e desafios associados ao tema.

II. Levantamento documental e de campo: Identificação histórica dos bens objeto de intervenção bem como das normativas preservacionistas às quais estes estão submetidos. Visita aos imóveis.

III. Estudo de caso: Analisar o contexto recifense dentro da temática de reutilização edilícia, tendo Liceu de Artes e Ofícios e o Conjunto Chanteclair como estudos de casos específicos. Realizar uma análise sobre o processo de adaptação desses edifícios para o novo uso provisório incluindo revisão de plantas históricas, comparação com a estrutura atual, a questão de preservação e restauração dos mesmos, coletar dados através visitas técnicas ao local e análise documental.

A **estrutura deste trabalho** de conclusão de curso está organizada em seis capítulos principais. Cada capítulo aborda uma temática específica e inter-relacionada, de modo a construir uma análise abrangente e coesa sobre a conservação do patrimônio e a reutilização dos espaços ao longo do tempo.

No primeiro, intitulado “**Narrativas Temporais**”, a investigação se concentra nas discussões

eóricas e históricas relacionadas à conservação do patrimônio e ao reuso dos espaços. Este segmento estabelece o pano de fundo conceitual e temporal.

O segundo, denominado “**Territórios de Interpretação: o casacor em evidência**”, discute o contexto em que a CASACOR se insere no Recife, explorando suas dinâmicas, formas e discursos. Neste capítulo, será feita uma abordagem teórica e conceitual sobre o evento, além de uma contextualização histórica, com uma linha do tempo que abrange o período de 2008 a 2024. O foco será no “legado” deixado pela CASACOR nas edificações que sediaram o evento.

O terceiro é dedicado à “**Metodologia**” empregada nos estudos de caso. Nele, será apresentada a abordagem metodológica de [Vetrone \(2018\)](#) que orienta a pesquisa, fundamentada em três conceitos-chave: o uso e a função, a linguagem e a materialidade, e a temporalidade das intervenções para com as edificações.

O quarto e quinto são os “**Estudo de Casos**” dedicados às análises aprofundadas dos dois estudos de caso das edificações selecionadas, explorando-as sob a ótica dos conceitos mencionados anteriormente.

O sexto e último capítulo, intitulado “**Fechamento e Perspectivas Futuras**”, sintetiza os principais achados do trabalho, discutindo as implicações teóricas e práticas dos estudos realizados. Além disso, o capítulo apresenta recomendações para a prática de conservação e regularização de edificações históricas destinadas a usos temporários e efêmeros, bem como sugestões para futuras pesquisas na área.

1 . NARRATIVAS TEMPORAIS

na natureza, nada existe sozinho

Assim como **Carson (1962)** argumentou que os ecossistemas são intrinsecamente interdependentes e que a degradação de um componente pode afetar todo o sistema, o mesmo pode ser dito em relação à história de uma sociedade. Pois, assim como os ecossistemas naturais dependem da interconexão entre diferentes elementos para sua sobrevivência e saúde, a diversidade biológica também é igualmente essencial para a estabilidade dos ecossistemas. Da mesma forma, a preservação do patrimônio histórico de uma sociedade precisa coexistir em uma relação entre múltiplos aspectos culturais e sociais em harmonia, a fim de garantir a identidade e a coesão da sociedade através da diversidade cultural e histórica.

1.1 PERMANÊNCIA NA TRANSFORMAÇÃO: memória e materialidade



F.1 - Santuário histórico de Machu Picchu, Peru. Fonte: Walter Diaz, 2011/Flickr.



F.2 - Vista do Machu Picchu, Peru. Fonte: Claudio 2014/Flickr.

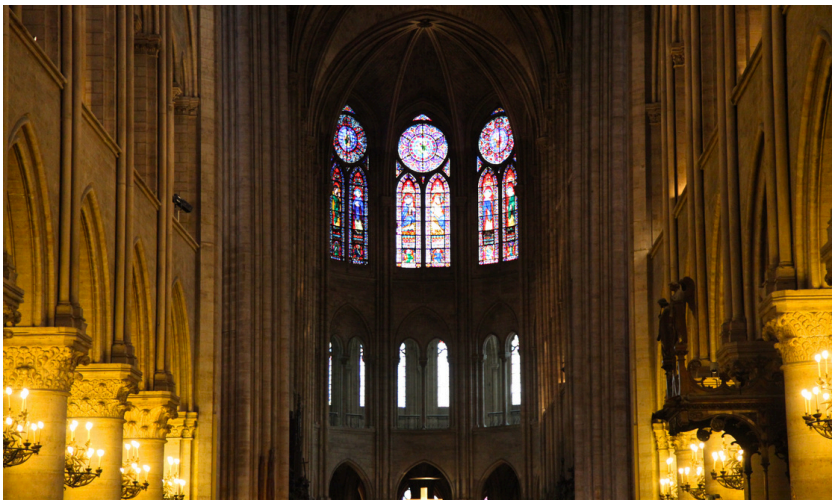
A arquitetura, enquanto forma de expressão humana, sempre esteve intimamente ligada ao ambiente natural e à história da sociedade na época em que ela foi criada. Através da arquitetura, os seres humanos começaram a moldar e interagir com o ambiente, refletindo não somente as necessidades práticas, como também as crenças, valores e identidade cultural de uma comunidade.

Um exemplo notório dessa interdependência entre arquitetura e sociedade pode ser encontrado no estilo gótico da Europa medieval, pois longe de ser apenas um conjunto de técnicas para abrigar comunidades ou servir a práticas religiosas, a arquitetura gótica refletia as aspirações espirituais e a visão de mundo daquela época. As catedrais com suas torres altíssimas e janelas em ogiva não apenas desafiaram os limites da engenharia à época, mas buscavam alcançar o céu, representando a elevação espiritual e a busca por uma conexão divina. Além disso, as esculturas e vitrais contavam histórias sagradas, educando uma população muitas vezes analfabeta e reforçando o poder da Igreja como a grande detentora de poder e mediadora entre o homem e o sagrado (Arraes, 2020). De maneira complementar, Henri Lefebvre (1991) destaca como a arquitetura e o espaço urbano são produtos sociais e históricos que refletem as relações de poder e as ideologias dominantes em uma determinada sociedade. Para ele, o espaço construído é uma expressão material das relações sociais, uma construção coletiva que integra aspectos simbólicos e funcionais.

[...] sempre devemos prestar atenção às relações necessárias que existem entre o meio ambiente, o saber e o artefato; entre o artefato e o homem; entre o homem e a natureza. Assim, um objeto isolado de seu contexto



F. 3 - Catedral de Notre-Dame de Paris, França. Fonte: Miguel Barrios, 2010/ Flickr



F.4 - Catedral de Notre-Dame de Paris, França. Fonte: Francisco Aragão, 2010/ Flickr

deve ser entendido como um fragmento, ou um segmento, de uma ampla urdidura de dependências e entrelaçamentos de necessidades e interesses satisfeitos dentro das possibilidades locais da sociedade a que ele pertence ou pertenceu (Lemos, 1987, *sem p.*).

Lemos amplia a perspectiva de Lefebvre ao ressaltar a importância de considerar que o artefato arquitetônico deve ser analisado em sua integralidade contextual. Como sabemos, cada obra arquitetônica é um testemunho da interação entre o homem e a sociedade na qual ele está inserido, influenciada por fatores como recursos locais, técnicas de construção, tradições culturais e necessidades humanas. Portanto, isolá-lo do seu ambiente sociocultural e natural significa fragmentar seu significado, esvaziando-o de seu potencial narrativo. Nesse sentido, o patrimônio edificado, assim, deve ser visto como parte de um conjunto mais amplo de relações entre o homem, o espaço e a natureza, onde cada escolha construtiva é condicionada por fatores locais, sejam eles de ordem geográfica, econômica ou cultural. Sendo assim, examinar o patrimônio cultural, especialmente as edificações de valor histórico que são o foco deste trabalho, como artefatos tangíveis do tempo, é manter viva a memória edificada capaz de representar, conforme Lemos, “um fragmento da ampla urdidura de dependências e entrelaçamento” do meio que o cerca. A noção de patrimônio em movimento abordada por Poulot adiciona e remonta a uma preocupação que transpassa as barreiras do tempo, onde a palavra “patrimônio” tem suas raízes profundamente ligadas à ideia de herança familiar, denotando um bem transmitido pelos pais.

Na nossa vida cultural, raros são os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto “patrimônio”. Ele parece acompanhar a multiplicação dos aniversários e das comemorações, característica de nossa atual modernidade. O acúmulo de vestígios e restos revelados, conservados e aclimatados segundo práticas diversas, parece responder

fluxo da produção contemporânea de artefatos (Poulot, 2009, sem p., grifo nosso).

A partir disso, com o passar do tempo, diversos adjetivos, como histórico, cultural, material e imaterial, foram associados a ela, especialmente no contexto de **monumentos e monumentos históricos** (Soares e Souza, 2014).

Para Riegl (2014), a ideia de monumento como testemunho do passado é um fator base para nossa compreensão do patrimônio histórico construído hoje. Riegl define os bens transformados em monumentos como aqueles cujo significado e importância não provêm de sua destinação original, mas daquilo que nós, sujeitos modernos, atribuímos a eles. Essa linha de pensamento retrata a natureza do patrimônio histórico, que é constantemente reavaliado e reinterpretado pelas próximas gerações, onde toda obra do passado, segundo Riegl, pode ser convertida em testemunho histórico, mesmo que não tenha sido criada com esse propósito.

[...] significado e importância não provêm da sua destinação original, mas daquilo que nós sujeitos modernos atribuímos a eles. Nos dois casos, de monumentos volúveis e não volúveis, trata-se de valores de memória e por isso falamos em monumentos[...] no primeiro caso, o valor de memória nos é outorgado pelo autor; no segundo, ele é atribuído por nós (Riegl, 2014, p.36).

Para Françoise Choay (2001), em suas obras, a exploração do significado e a importância do termo "monumento" está relacionada principalmente à noção afetiva. Para Choay, o monumento é uma intersecção entre a memória individual e coletiva, onde a memória individual busca restituir o passado, disponibilizando as lembranças do que vivemos, ressaltando a importância do



F.5 - Ouro Preto, Minas Gerais -
Brasil. Fonte: Ping Zhou,
2015/Flickr

patrimônio histórico como um elo entre o passado e o presente, contribuindo para a construção da identidade cultural de uma sociedade.

A progressiva extinção da função memorial do monumento tem muitas causas. [...] a primeira refere-se à importância crescente atribuída ao conceito de arte nas sociedades ocidentais, a partir do Renascimento. A princípio, os monumentos, destinados a avivar nos homens a memória de Deus ou de sua condição de criaturas, exigiam daqueles que os construíam o trabalho mais perfeito e mais bem realizado, eventualmente a profusão das luzes e o ornamento da riqueza. [...] a segunda causa reside no desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão das memórias artificiais (Choay, 2001, p. 20).

Entretanto, não podemos nos deixar ser guiados pela noção de materialidade a partir da ideia simplista de que o patrimônio consiste exclusivamente em objetos físicos como monumentos, edificações e artefatos urbanos. Essa visão restritiva limita a compreensão do patrimônio cultural, ignorando sua complexidade intrínseca, pois, para uma compreensão mais abrangente, é importante reconhecer que o patrimônio transcende as meras entidades materiais, englobando também os objetos culturais em sua função simbólica, técnica e instrumental. Quando ampliamos essa perspectiva, somos levados a considerar os objetos culturais não apenas em sua forma tangível, mas como elementos que refletem e sustentam a vida social e cultural. Essa visão entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural deve reverberar também sobre o chamado “**patrimônio cultural material**”. Neste trabalho, nosso foco é de fato o patrimônio material representado pelo patrimônio construído, porém, este patrimônio, mesmo que material, deve ser analisado, considerado e refletido em suas dimensões complementares tangíveis e intangíveis.

Para [Vieira-de-Araujo \(2022\)](#) devemos considerar que a efetiva valorização da imaterialidade no patrimônio cultural só será alcançada quando houver, portanto, uma abordagem integrada e complementar entre os seus aspectos materiais e imateriais. Essa relação simbiótica é o fio condutor para que se possa entender a totalidade do patrimônio, uma vez que ambos os elementos — o tangível e o intangível — se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Enquanto persistirmos em tratar essas dimensões de maneira fragmentada, estaremos limitados a uma análise rasa, que não permite a compreensão plena das complexas interações culturais e históricas que definem o valor de um bem patrimonial. Sem essa integração, as tentativas de preservação se tornam, na melhor das hipóteses, incompletas e, na pior, improdutivas, como quem tenta caminhar sobre uma superfície escorregadia, sem firmar o passo em terreno sólido ([Vieira-de-Araujo, 2022 apud. Bouchenaki 2003](#)).

A própria Convenção da Unesco de 2003 - marco nas discussões sobre o imaterial na preservação do patrimônio cultural -, entre suas considerações iniciais, afirma que a utilização dos dois princípios aqui mencionados deve se basear na “profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural ([Vieira-de-Araujo, 2022 apud. Unesco, 2003](#))”.

Quando então adotamos a abordagem de integração, podemos transcender a percepção limitada de patrimônio como mero objeto físico, passando a enxergá-lo como uma entidade dinâmica e viva, moldada pela interação contínua entre os seres humanos e seu espaço. Essa compreensão nos conduz a um reconhecimento mais profundo da importância de preservar o patrimônio construído tanto em suas dimensões materiais quanto imateriais, e dentro destas dimensões, principalmente intangível, o uso emerge como um elemento central para a preservação e conservação do patrimônio material, tornando-se um meio crucial para assegurar sua relevância

cultural e social. Teóricos como Cesare Brandi, Alois Riegl e Françoise Choay, entre outros, discutem a interdependência entre o uso e a preservação, argumentando que o valor de um bem patrimonial está profundamente enraizado na continuidade de sua função dentro da sociedade.

Dessa forma, considera-se essencial abordar a seguir as definições e as linhas teóricas da conservação e da restauração para contextualizar e introduzir este trabalho de maneira abrangente. Ao explorar essas definições, podemos compreender melhor os objetivos, métodos e princípios subjacentes a cada prática, além de como elas se complementam no campo da preservação do patrimônio. A discussão sobre as diferentes abordagens teóricas permitirá uma melhor análise das correntes de pensamento que orientam essas práticas, destacando suas evoluções históricas, os debates contemporâneos e as suas aplicações práticas. Dessa forma, será possível estabelecer um quadro teórico sólido que servirá de base para o desenvolvimento das reflexões e análises propostas ao longo do estudo.

1.2 OS PRINCÍPIOS ARQUITETURAIS DA INTERVENÇÃO NO REUSO ADAPTATIVO

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

O exercício da reutilização na arquitetura envolve uma ampla variedade de abordagens, que vão desde pequenas adaptações e “remendos” de edificações existentes até considerações sobre o contexto histórico e cultural no qual elas estão inseridas. Essa prática representa, há tempos, uma das primeiras formas de acomodação com o que já está presente, buscando uma integração entre o existente e aquilo que se estabelece como novo (Andrade Junior, 2006). Além disso, essas abordagens desafiam uma série de paradigmas fundamentais que tradicionalmente sustentam a construção monumental. Questões sobre função, duração, uso, utilidade, bem e mal são reexaminadas à luz da prática de reutilização (Rouillard, 2006). Novamente essas abordagens incitam a reflexão sobre o significado e o propósito da arquitetura, à medida que ela se relaciona com o amadurecimento da sociedade e das culturas contemporâneas. Em última análise, como discutido anteriormente, a reutilização na arquitetura não apenas preserva o passado, mas também busca oferecer uma nova perspectiva sobre o presente, buscando estar em consonância com as noções preconcebidas de valor e significado na construção monumental. Sendo assim, inicialmente, neste tópico será abordada a dinâmica entre a teoria crítica e prática no que diz respeito ao reuso adaptativo do patrimônio cultural material; por fim, será discutido um tema recorrente na reutilização: a “sustentabilidade”, um discurso amplamente presente nos estudos de caso que serão analisados.

1.2.1 Um olhar teórico-crítico acerca do antigo e o novo

Apesar de os debates, acerca da necessidade de preservação de monumentos do passado, se intensificarem no período posterior à Revolução Francesa e os conceitos e técnicas de restauro destes bens

terem se desenvolvido ao longo do século XIX, a categorização de conjuntos edificados, setores urbanos ou cidades como um patrimônio cultural passível de preservação, é uma preocupação que só se manifesta no meio intelectual a partir do século XX (Oliveira, 2017, p.18, apud. Andrade Júnior, 2006).

No século XIX, a discussão sobre a reutilização de edifícios antigos foi um processo gradual e limitado, com pouca exceção ao argumento apresentado por Viollet-le-Duc. Nesse contexto, a consideração primordial pela adaptação a novos usos não foi amplamente abordada nos outros debates teóricos da época (Fernandes e Baeta, 2020). Viollet-le-Duc, conhecido por sua apreciação pela arquitetura gótica e sua habilidade em integrar elementos estruturais à estética das construções, foi um dos primeiros a reconhecer a importância de satisfazer as demandas funcionais dos edifícios. Sua abordagem pode ser interpretada como precursora do funcionalismo e de perspectivas adotadas no início do século XX (Fernandes e Baeta, 2020).

Ainda segundo Fernandes e Baeta (2020), o arquiteto enfatizava a necessidade de considerar o uso durante intervenções de restauração, argumentando que as modificações, entre outros pontos, não deveriam comprometer o conforto original do edifício. De modo complementar, ele defendia que os arquitetos, ao realizarem adaptações, deveriam se colocar no lugar dos projetistas originais, buscando resolver os desafios dos novos usos sem descaracterizar os monumentos históricos. Viollet-le-Duc defendeu a importância de incorporar as novas tecnologias contemporâneas para melhorar a saúde e o conforto dos usuários, e enfatizava que novos elementos não deveriam ser camuflados, mas sim integrados de forma harmoniosa, seguindo a tradição dos mestres antigos, que transformavam necessidades práticas em elementos decorativos.



F.6 - Vila e castelo de Pierrefonds no álbum fotográfico do trem imperial
Fonte: Daniel Arnaudet/France Archives.



F.7 - Castelo Pierrefonds após projeto de restauro feito por Viollet-le-Duc. Fonte: Yann Tierny, 2013 /Flickr.

Se, então, para o valor de antiguidade, o uso prático e contínuo de um monumento é seu significado mais importante e, muitas vezes, indispensável, a possibilidade de um conflito entre tal valor e o valor utilitário, que pareceria inevitável, encontra-se agora bastante reduzida. Nas obras da Antiguidade e da Alta Idade Média, relativamente raras entre nós, esse tipo de conflito não é fácil de aparecer, pois, salvo em casos excepcionais, elas estão há muito tempo fora do uso prático. Com relação às obras do início da Idade Moderna, ao contrário, o culto do valor de antiguidade deve facilmente fazer à conservação concessões, razoáveis do seu ponto de vista, que possibilitem sua almejada aptidão para a circulação e manipulação humanas (Riegl, 2014, p.69).

Além dos autores acima citados, sabemos que esta reflexão acerca do patrimônio edificado vem se desenvolvendo nos últimos séculos com desdobramentos específicos em cada contexto histórico, entretanto optamos por concentrar a análise deste trabalho no momento contemporâneo, evitando uma discussão histórica extensa. Para fornecer um resumo conciso, será apresentado a seguir o quadro elaborado por Tavares (2009), que sintetiza os períodos históricos e as respectivas questões de preservação e conservação. Este quadro serve, portanto, como um ponto de partida para nossa investigação, permitindo que foquemos nas abordagens e teorias contemporâneas que guiam a prática atual de preservação e reutilização do patrimônio cultural.

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

Quadro 01 - Conceitualização do restauro através do tempo

Época/período	O restauro: conceitos e acontecimentos	Referências bibliográficas
Antiguidade (3.400 a. C. a 476 d. C.)	Restauro como prática de inovação, reconstituição; executado por pessoas habilitadas (artistas).	Justicia, 2001
Antiguidade (3.400 a. C. a 476 d. C.)		
Renascimento (Século XIV e XV)	Irrompe as primeiras noções de preservar o original. O restauro começa a ser encarado como disciplina científica, mas ainda executado por artistas.	Justicia, 2001, Mesquita, 1993, Rivera, 1997
Barroco (séc. XVI e XVII)	Surge o colecionismo de obras de arte e as primeiras galerias de arte. Finais do séc. XVII, primeiras reflexões sobre a preservação do original e sobre outros critérios de intervenção.	Rivera, 1994, Justicia, 2001, Miguel, 2004
Rococó (séc. XVIII)	Continuidade de intenções de planeamento científico e técnico do restauro. Assume-se que o executor do restauro deve ser um técnico devidamente capacitado e não necessariamente um pintor.	Jokilehto, 1986 Aguiar, 1999, Justicia, 2001
Neoclássico (a partir da 2.ª metade do séc. XVIII)	Criação dos Museus – desenvolvimento da atividade do restauro. Inovações científicas na física e na química. Criação do Decreto de 1794 – Princípios da Conservação do Monumento.	Aguiar, 1999, Justicia, 2001
Século XIX (Ecletismo e Arte Nova)	Definições de outros critérios. Surgem diversas correntes: Viollet le-Duc – intervencionista defendia unidade de estilo (restauro romântico) e John Ruskin conservacionista “anti-restauro”. Camillo Boito em Itália (1835): defende que a intervenção deveria ser diferenciada do original, designado de restauro filológico.	Rivera, 2007 Aguiar, 1999a Choay, 1999 Justicia, 2001
Século XX (contemporâneo)	Redacção da Carta de Atenas (1931) – discutem-se regras e tutela dos monumentos arquitetónicos e obras de arte. Criação da Unesco (1933); Fundação do ICR em Roma (1939). Cesare Brandi – defende os princípios para o restauro moderno restauro crítico. Criação do ICCROM (1953); Criação do ICOMOS (1959). Redacção da Carta de Veneza (1964); Carta Italiana do restauro (conceito de reversibilidade, 1972); Carta Europeia do Restauro (conservação integrada, em 1975); Carta italiana (crítica a utilização de novos materiais defendendo o uso de materiais tradicionais e compatíveis com o original, em 1987); Carta de Nara – (discute-se autenticidade em 1994); Carta de Cracóvia (discute-se sobre diversidade cultural, em 2000); Património Cultural engloba o património intangível ou imaterial, em 2003).	Jokilehto, 1988 Aguiar, 1999 Justicia, 2001 Luso, 2004

Fonte: Tavares, 2009

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

Tendo em mente os princípios que antecederam o período contemporâneo, a partir da segunda metade do século XX, uma série de reflexões promovidas por diferentes autores no contexto italiano culminou no conceito do "**Restauro Crítico**". Durante este período, Cesare Brandi (1906-1988), como crítico de arte, historiador e um dos grandes especialistas da conservação, desafiou a concepção convencional de que a restauração se restringia unicamente ao patrimônio considerado como arte. Ele argumenta que, embora algumas obras de arte possam ter uma função utilitária intrínseca, como é o caso da arquitetura e dos objetos de arte aplicada, a restauração da funcionalidade nunca deve ser considerada como o aspecto primordial, especialmente quando se trata de uma obra de arte como tal (Fernandes e Baeta, 2020). Assim, Brandi enfatizou que a adaptação de edificações, consideradas como obras de arte para atender às demandas de uso, deve ser entendida como um ato de responsabilidade cultural, onde a preservação da estética original é tão crucial quanto a satisfação de novas demandas funcionais, pois "no caso de uma adição feita em uma obra de arte em nome de sua restauração, ela não pode alterar a unidade figurativa da obra; pelo contrário, deve resgatá-la em sua plenitude – deve eliminar as lacunas que o tempo impôs a obra e que danificam a sua fruição" (Fernandes e Baeta, 2020 apud. Brandi 2004).

[...] Podemos concordar, como ele defende, que para algumas edificações excepcionais, que certamente galgam o posto de obras de arte, os parâmetros de intervenção precisam ser mais restritivos – e, neste sentido, adaptações ao novo uso devem ser limitadas, estando em segundo plano. Mas estes casos são pontuais, talvez restritos ao que Roberto Pane (1897-1987) chamava de "poesia arquitetônica". No entanto, mesmo edificações menos excepcionais do ponto de vista artístico, mas representativas por sua arquitetura, história, simbologia ou mesmo pela composição do tecido urbano histórico (a "literatura arquitetônica" de Pane), podem necessitar de critérios diferenciados de intervenção, sendo, a princípio, incluídas no escopo das restaurações.



F.8 - Pintura a óleo do Castelo de Rivoli, época desconhecida. Fonte: Acervo Palazzo Madama.



F.9 - Castelo de Rivoli. Fonte: Laurian Ghinitoiu, 2019/ Archdaily

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

Nestes casos, pode parecer que a teoria brandiana se apresenta excessivamente limitadora e, em última instância, inadequada. Mas, na verdade, a questão chave reside em quando a intervenção deve se configurar como restauração e quando não deve (ou não precise) – e nesse sentido não há nenhuma incoerência no pensamento do crítico italiano. Se, em uma obra menor, a intervenção de reuso (no sentido raso e pragmático) altera a unidade figurativa da obra – não é restauro. Logo, não é regido pela teoria brandiana; mas também não se pode dizer que seja condenável – se o objeto arquitetônico e/ou urbano não se configura como uma obra de arte que se deva conservar e/ou restaurar efetivamente (Fernandes e Baeta, 2020, sem p.).

A partir do que Brandi defende e o que é sublinhado por Fernandes e Baeta, entende-se, então, que quando uma adição contemporânea é feita a uma obra de arte em nome da restauração, ela deve agir como um complemento que preenche lacunas causadas pelo tempo, preservando a integridade estética da obra sem alterar sua essência. E nesse sentido, o pensamento de Brandi não é contraditório, mas coeso e alinhado com a visão de Carbonara, que valoriza a preservação da integridade figurativa da obra, pois segundo ele:

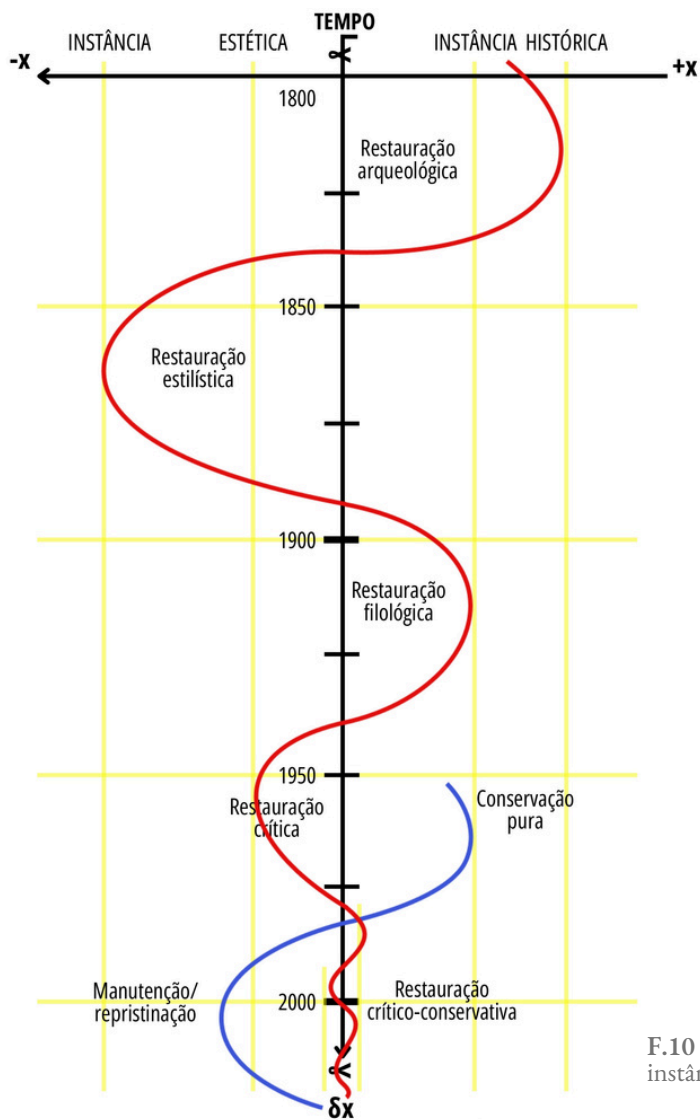
Hoje, estamos perfeitamente conscientes de quanto a perda da função original e, em menor grau, a implantação de um uso degradante ou incongruente, são as causas de arruinamentos que prosseguem em ritmos exponenciais, conseguindo destruir, no passar não de séculos, mas de décadas, estruturas antigas muito sólidas. Convencidos de quão pouca efetividade existe na restauração “apenas das pedras” na ausência de um restabelecimento de uma função adequada, qualquer intervenção que considere esse desejo já merece atenção (Carbonara, 1997, p.374).

Ao reconhecer a “restauração das pedras” como insuficiente, Carbonara novamente reforça a importância de integrar uma função adequada à edificação histórica, enfatizando que a

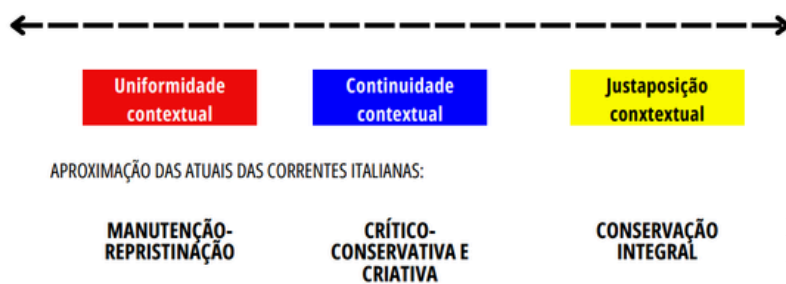
1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

preservação de sua utilidade é um componente vital para garantir sua longevidade e relevância. Esse pensamento converge com a corrente criativa, que propõe uma abordagem dinâmica para o restauro, na qual o edifício não é apenas congelado em seu estado físico, mas sim revitalizado através da compatibilização de seu valor histórico com novas funções. O pensamento de Carbonara converge com a corrente da conservação-crítico criativa, que propõe uma abordagem dinâmica para o restauro, na qual o edifício não é apenas congelado em seu estado físico, mas é revitalizado através da compatibilização de seu valor histórico com novas funções, sem retorno ao que um dia já foi ou sobrepor o novo. Com relação a corrente de intervenção o qual Carbonara se insere, Kuhl (2006) explica perfeitamente como deve ser a postura de intervenção frente a um edifício histórico sujeito a mudanças de uso.

Na vertente crítico-conservativa, o juízo histórico-crítico tem de ser baseado na história da arte e na estética, justamente para que seja um juízo, e não uma opinião e nem um ato arbitrário, tendo-se plena consciência de que é ação do presente – e, portanto, não é atemporalmente válido – e possui pertinência relativa. Segundo a conservação integral, deve-se reconhecer que as várias estratificações da obra, que devem ser rigorosamente respeitadas, possam apresentar descontinuidades, admitindo-se uma configuração final da obra com conflitos e, mesmo, contradições. O projeto de transformação de uma obra arquitetônica (para um novo ou mesmo uso) em si, não faz parte do processo de conservação, propondo-se a separação do momento da conservação propriamente dita, que busca perpetuar integralmente os aspectos materiais da obra, daquele da inovação, que se segue à conservação e se assemelha ao projeto do "novo". Nesse sentido, difere da corrente crítico-conservativa que trabalha de modo articulado com o momento conservativo e de inovação. O momento da criação, na conservação integral, comporta-se como adição à obra, excluindo, assim como na vertente crítico-conservativa, qualquer possibilidade de imitação ou mimetismo, conferindo ainda imenso espaço para a liberdade expressiva (Kuhl, p.28, 2006).



F.10 - Esquema cartesiano da Teoria do Restauro sob as instâncias estética e histórica. Fonte: Teixeira, 2024.



F.11 - Noção de escala entre as posturas intervencionistas. Fonte: Teixeira, 2024.

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

Sendo assim, a **autenticidade** e a **integridade** da estrutura devem ser salvaguardadas acima de tudo, e o reuso deve ser considerado como um meio eficaz de preservação, e não como um fim em si mesmo. A intervenção arquitetônica deve buscar um equilíbrio entre a adaptação para novos usos e a manutenção da autenticidade da obra de arte ou patrimônio histórico. Em outras palavras, a reciclagem arquitetônica não deve ser realizada à custa da perda da identidade cultural ou histórica da estrutura.

A restauração deve, ainda, ter em vista três princípios fundamentais, sempre pensados de forma concomitante, conforme discutido por Kuhl:

Distinguibilidade: pois a restauração (que é vinculada às ciências históricas) não propõe o tempo como reversível e não pode induzir o observador ao engano de confundir a intervenção ou eventuais acréscimos com o que existia anteriormente, além de dever documentar a si própria.

Reversibilidade: pois a restauração não deve impedir, tem, antes, de facilitar qualquer intervenção futura; portanto, não pode alterar a obra em sua substância, devendo-se inserir com propriedade e de modo respeitoso em relação ao preexistente.

Mínima intervenção: pois a restauração não pode desnaturar o documento histórico nem a obra como imagem figurada.
(Kuhl, p.25 2006, grifo nosso).

Ainda neste sentido, a noção de **reversibilidade**, amplamente enaltecida por Brandi, levanta questões quanto à adaptação dos espaços arquitetônicos para futuros usos e quanto à sua eficácia em manter a autenticidade dos espaços. Para Rouillard (2006), as intervenções como a instalação

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

de áreas de recepção sem ancoragem fixa ao solo ou paredes não apenas buscam preservar a integridade dos monumentos frente a intervenções contemporâneas, mas também antecipam potenciais reaproveitamentos futuros (Rouillard, 2006). Embora esse enfoque seja louvável em sua intenção de preservar a flexibilidade e adaptabilidade dos espaços, a complexidade surge quando confrontamos as necessidades contemporâneas com a preservação do caráter singular desses espaços, o que nos leva a questionar a real capacidade das práticas reversíveis de proteger o patrimônio de maneira integral.

Quando os edifícios são reutilizados temporariamente, suas funções originais, muitas vezes intrinsecamente ligadas à identidade da edificação, são colocadas em segundo plano. Mesmo intervenções reversíveis podem impactar o modo como o público vê e interage com esses espaços, alterando não apenas a experiência física, mas também a compreensão de seu valor histórico. Isso nos coloca frente à seguinte questão: até que ponto a reversibilidade é uma solução ideal ou apenas um paliativo para evitar intervenções mais permanentes e profundas? E, se o objetivo é garantir que esses espaços continuem vivos e funcionais, será que as soluções reversíveis estão de fato contribuindo para sua conservação ou apenas adaptando-os para usos efêmeros e transitórios?

No desenvolvimento desta pesquisa, não foram encontradas referências que tratassem exclusivamente do uso efêmero aplicado a bens culturais edificados por um determinado período de tempo, seguido de sua migração para outra "sede". Contudo, esse tema se assemelha consideravelmente ao conceito de espaços expositivos, que abrigam tanto exposições fixas quanto

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

temporárias. O material e o programa de necessidades de uma exposição precisam se adequar ao espaço pré-existente, respeitando suas características históricas e intervindo o mínimo possível no bem patrimonial. No entanto, essa abordagem nem sempre é adotada. Muitas vezes, as intervenções realizadas em ambientes históricos não seguem essas diretrizes, resultando em alterações que comprometem a integridade do espaço. Nas próximas partes deste trabalho, será introduzido o uso museal e expositivo atrelado à dinâmica da reutilização de edifícios históricos, seus discursos e justificativas.

1.2.2 para além da teoria: da intervenção ao reuso

"Mudanças reversíveis devem ser consideradas temporárias. Mudanças não reversíveis devem ser usadas apenas como último recurso e não devem impedir futuras ações de conservação" (**Carta de Burra, ICOMOS; 2013**)

No debate que precede este tópico, é comum observar que os teóricos e arquitetos valorizarem os elementos essenciais e duráveis da estrutura, como molduras e estruturas, em contraste com o conteúdo variável e transitório. Essa abordagem reflete uma dicotomia arraigada na tradição arquitetônica, priorizando o que resistiu ao teste do tempo, muitas vezes negligenciando a importância do ornamento como expressão intrínseca da arquitetura.

Durante as décadas de 1930 e 1940, observou-se um aumento significativo nas transformações de estruturas históricas para usos distintos de seus propósitos originais. Esse fenômeno, em grande parte impulsionado pela necessidade de revitalizar estruturas arquitetônicas em um contexto de



F.12 - Vista do Museu de Orsay, época desconhecida. Fonte: Acervo architecture art plus.



F.13 - Comboios de periferia na Estação de Orsay.
Fonte: Acervo Museu d'Orsay



F.14 -Salão de exposição do Museu de Orsay.
Fonte: Ronaldo Miranda, 2017/ Flickr

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

recuperação econômica e social no pós-guerra, marcou o início de uma era em que o patrimônio passou a ser visto não apenas como um relicário do passado, mas como um ativo cultural e econômico. Na Europa, especialmente, houve um impulso crescente para revitalizar construções históricas, adaptando-as a novos usos culturais (Rodrigues, 2012). Esse fenômeno foi impulsionado pelo turismo, que emergiu como um importante fator econômico onde a preservação do patrimônio arquitetônico tornou-se uma justificativa central para a intensificação dos processos de reciclagem desses edifícios com o intuito de contribuir para a sustentabilidade econômica. A combinação da necessidade de conservação com as oportunidades econômicas oferecidas pelo turismo levou a um aumento na adaptação e reutilização de espaços históricos (Rodrigues, 2012).

Relativamente ao valor econômico, o valor de um edifício com valor patrimonial histórico arquitetônico é avaliado de várias formas, havendo um ‘valor de mercado’ e um ‘valor não mercantil’. No caso de os edifícios e locais históricos serem utilizados para turismo, o valor de mercado é dado pelos benefícios individuais que os turistas desfrutam como resultado da sua visita, ou seja, o indicador monetário é fornecido pelo preço de entrada pago pelos turistas, sendo necessário também incluir os consumos extra dos turistas, como as receitas da exploração comercial de cafeterias, restaurantes e lojas de presentes, no valor de mercado acumulado no total (Oliveira, 2021, p.15 apud. Throsby, 2012).

Este fenômeno atuante no campo da cultura, da educação e do turismo é um dos grandes responsáveis pelo desenvolvimento de museus, centros culturais e espaços de exposições, sendo o último foco deste trabalho. Desde a Era da Razão, essas instituições, em especial os museus, se estabeleceram como pilares essenciais para a disseminação do conhecimento, a apreciação artística e a preservação do patrimônio, e, a partir do século XX, vem ocupando ainda mais espaços em

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

escala mundial (Rodrigues, 2012).

A partir da década de 1960, com a promulgação da Carta de Veneza, o conceito de patrimônio foi significativamente ampliado em escala global, a qual expande a compreensão do patrimônio cultural e destaca a relevância da preservação de espaços e construções existentes, abrangendo não apenas obras arquitetônicas isoladas, mas também conjuntos urbanos e rurais, além de estruturas simples com valor cultural. Esse entendimento é fundamentado no restauro crítico, seguindo princípios e diretrizes estabelecidos pela teoria brandiana (Farah e Merlin, 2020, p.5).

Andrade, a partir de Choay, ressalta que, durante esse período, a noção de "cultura" começou a adquirir maior relevância, o que resultou na criação de ministérios especializados, inicialmente na França e, subsequentemente, em outras regiões do mundo. A autora analisa como a democratização do conhecimento, somada ao advento de uma sociedade voltada para o lazer e o turismo cultural, transformou a cultura em um produto de consumo. Para ela, “os museus foram os primeiros a refletir essa mudança, antes mesmo dos monumentos”, e ela prossegue dizendo que “por sua vez, os monumentos e o patrimônio históricos adquirem dupla função – obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (Choay, 2001, p. 211), que acabam transformados em objetos de contemplação, dissociados de seu contexto histórico e urbano.

Neste sentido, à época do debate, a prática de converter edifícios históricos, como palácios,



F.15 - Museu da Abolição fundado na época de 1960, no antigo sobrado da Madalena no Recife.
Fonte: Acervo pessoal Clóvis Campêlo.

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

igrejas, casarões, em museus ou salas de exposição, levanta igualmente preocupações, pois apenas se trata de uma abordagem que, como aponta [Seixas \(2009\)](#), carece de originalidade, mas também expõe a paisagem urbana ao risco de esclerose. A transformação sistemática desses espaços em centros expositivos pode resultar na perda da diversidade funcional da cidade, restringindo a vitalidade do tecido urbano ao impor usos homogêneos em edificações que originalmente possuíam finalidades distintas. Esse processo de musealização indiscriminada do patrimônio edificado pode reduzir a complexidade histórica dos edifícios a meros cenários para exposições temporárias, negligenciando o valor cultural e social intrínseco de cada espaço.

Não que o uso como espaço museográfico seja danoso ao edifício, ao contrário mostram-se, na maioria das vezes, complacentes com as estruturas originais pois não necessariamente precisam de imensas áreas livres, ou possuem algum tipo de função ou atividade que não possa ser adaptada a qualquer tipo de espaço. A questão é que a arquitetura [...] é um objeto construído para atender a função e não deve ser tratada simplesmente como uma obra de arte para ser vislumbrada e mumificada ([Seixas, 2009, p.61](#)).

Ao inserir o Brasil neste debate, em comparação com muitos países europeus, é notória uma situação distinta devido à sua relativa juventude como nação. Enquanto a Europa possui um extenso patrimônio histórico que começou a envelhecer há vários séculos, resultando na necessidade de desenvolver metodologias e técnicas avançadas para a reabilitação de construções. [Vieira-de-Araújo \(2022\)](#) destaca que o movimento de preservação do patrimônio brasileiro nos anos 1920 e 1930 envolvia uma profunda reflexão cultural. A busca pela identidade nacional através do patrimônio histórico e artístico integrava o passado cultural com um futuro de progresso e desenvolvimento. Esse movimento teve como marco inicial a fundação do Instituto

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1937, sob o governo de Getúlio Vargas. O IPHAN, criado a partir do movimento modernista e influenciado pelo ideário de preservação da Semana de Arte Moderna de 1922, tornou-se o principal órgão responsável pela proteção do patrimônio nacional. Entretanto, a necessidade de políticas e técnicas avançadas de preservação só se consolidou de forma mais incisiva nas últimas décadas do século XX. Isso se deu pela própria natureza do desenvolvimento urbano brasileiro, onde o novo sempre exerceu uma atração maior do que a preservação do antigo, refletindo um desejo de modernização e progresso que muitas vezes colidiu com as iniciativas de preservação (Vieira-de-Araújo, 2022).

Sob a liderança de Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, o IPHAN buscou consolidar uma política de proteção que não apenas valorizasse as edificações coloniais, como igrejas e casarões, mas também incorporasse as manifestações culturais imateriais, que são parte integral da formação da identidade nacional. O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, estabeleceu as bases legais para a preservação de bens culturais no Brasil, criando o tombamento como um dos principais instrumentos de proteção (Vieira-de-Araújo, 2022).

Além do tombamento, a política de preservação brasileira desenvolveu-se a partir de documentos internacionais, como a Carta de Veneza e, mais tarde, a Carta de Brasília, que buscava adaptar os princípios globais de preservação às realidades locais. A Carta de Brasília (1995), por exemplo, segundo Seixas (2009, p.54) “alertava que “a adoção de novos usos” [nas edificações históricas] “é factível sempre que exista um reconhecimento apriorístico do edifício e um diagnóstico preciso” de quais intervenções que sua estrutura física aceita e suporta”. Sendo assim, a Carta

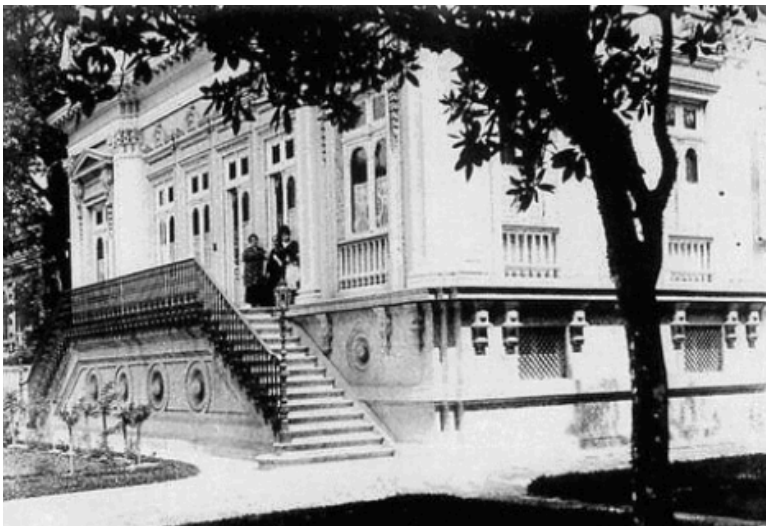
1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

alertava para o fato de que a preservação de uma edificação deve ir além da sua aparência exterior, englobando sua estrutura, funcionalidade original e o contexto histórico que lhe conferem significado.

Além de alertar sobre o risco do fachadismo no país, enfatizando a necessidade de preservação da totalidade do edifício, e não apenas de sua fachada. Essa prática, que consiste na preservação apenas das fachadas dos edifícios, enquanto seu interior é completamente remodelado, é uma das formas mais críticas de desrespeito ao valor integral do patrimônio, pois a mera manutenção da fachada transforma o edifício em um simulacro desprovido de sua autenticidade histórica e cultural, comprometendo sua capacidade de transmitir informações sobre o período em que foi construído e suas funções originais (Seixas, 2009).

Exceto nos casos em que o edifício histórico já se encontra em avançado estado de degradação, com suas estruturas internas arruinadas, descaracterizadas ou sendo preservadas apenas suas fachadas externas, determinados usos serão absolutamente incompatíveis com o edifício existente. Deve-se evitar utilizações que solicitem do edifício muito além do que aquilo que ele pode oferecer (Seixas, 2009 p.58).

Seixas continua a discutir a questão da preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil, exemplificando sua análise com o caso do antigo Colégio Jacobina, situado no Rio de Janeiro. Essa edificação, quase completamente demolida, preservou apenas a fachada frontal e trechos das laterais, os quais foram incorporados ao projeto de um novo conjunto de edifícios residenciais. Posteriormente, as fachadas remanescentes foram integradas em uma pequena construção que serviu como sede do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU-RJ),



F.16 - Colégio Jacobina, Rio de Janeiro em época desconhecida. Fonte: Seixas, 2009.



F.17 - Antigo Colégio Jacobina após restauro e adaptação, foto da época em que era o CAU RJ. Fonte: Seixas, 2009.

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

funcionando de 1990 a 2012.

Outro problema apresentado pela reutilização de antigas estruturas arquitetônicas é o da adição de novos elementos arquitetônicos à edificação como condição ou necessidade primeira ao se adaptar para a implementação de novos usos. [...] Um exemplo deste tipo de intervenção pode ser encontrado em diversos lugares do mundo, devido a praxe que se tornou a adição nas intervenções em prédios antigos. No caso do palacete adaptado para a instalação do Museu Rodin [...] trechos dos fundos da edificação foi demolido para dar lugar a um bloco de ferro e vidro que concentra toda a circulação vertical do museu e permite a ligação da antiga construção ao anexo, construído para atender ao novo programa (Seixas, 2009, p.58-59).

Entretanto, não é necessário olhar para exemplos distantes para identificar práticas semelhantes; em um recorte mais próximo, a cidade do Recife frequentemente testemunha ocorrências semelhantes que geram discussões entre profissionais, defensores do patrimônio e estudantes de arquitetura e outras áreas. Nos debates referentes ao fachadismo e sobre a preservação do patrimônio edificado, dois aspectos se destacam como interesse para este trabalho: a preservação do exterior da edificação, muitas vezes em detrimento de seu interior, e a descaracterização externa dos bens, ambas justificadas pela necessidade de adequar os espaços para novos usos. No bairro do centro do Recife, São José e Santo Antônio, essa problemática é bastante notada em razão, principalmente, do uso comercial que se instala nas edificações históricas, realizando intervenções que, na grande maioria dos casos, negam seu valor histórico.

Reflete-se, então, uma realidade ainda mais complexa que acrescenta e vai além do que tudo o que foi discutido anteriormente neste trabalho, pois demanda um debate específico acerca dessa

problemática e conforme Kuhl (2006) escreve sobre as questões da ética para o patrimônio, a mesma assume que existe

[...] outro reducionismo constante é, pelo fato de qualquer intervenção ter pertinência relativa — pois no restauro não existe uma única solução, aceita de modo universal e atemporal, mas várias soluções de pertinência relativa — achar que qualquer coisa feita num bem cultural possa ser considerada preservação (Kuhl, 2006, p.54).

Para evitar isso, Kuhl sugere que a análise e a fundamentação teórica do restauro, em suas diversas vertentes e transformações ao longo do tempo, são essenciais para um entendimento mais profundo das formulações. Isso permite interpretá-las em casos específicos, assegurando que a ação não seja arbitrária, embora deva sempre ser objeto de reflexão crítica.

Antes de concluir este capítulo sobre a teoria e prática da conservação, preservação e restauro de bens históricos, julga-se importante apresentar uma reflexão acerca do debate que emergiu na segunda metade do século XX que está bem atrelado com o que foi discutido anteriormente, ao considerar que todo tipo de intervenção em patrimônio cultural edificado é um ato de preservação. O debate da sustentabilidade arquitetônica e ambiental exerceu - e ainda exerce- uma forte influência sobre as ações e discursos que visam a intervenção em edificações similares a, sejam elas de cunho histórico ou não.

1.2.3 a sustentabilidade atrelada ao novo: o retrofit

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

A questão da sustentabilidade, inicialmente formulada no contexto europeu, foi gradualmente inserida no cenário brasileiro de intervenção arquitetônica, tornando-se um dos pilares do discurso projetual acerca do reuso adaptativo que está presente no que será estudado no próximo capítulo. Segundo [Donoso e Lemos, 2024](#):

Existe uma aceitação cada vez mais constante de que o reuso adaptativo satisfaz o conceito-chave de sustentabilidade, uma vez que ao prolongar a vida útil de um edifício já existente, costuma-se haver uma diminuição quanto ao uso de materiais, ao transporte, aos gastos energéticos e à poluição em comparação com a construção de um novo edifício. Além disso, tem sido amplamente aceito que o reuso, quando bem aplicado, atende aos requisitos de desempenho de sustentabilidade, preserva a história arquitetônica e revive as áreas urbanas, bem como evita consumo desnecessário de materiais e energia ([Donoso e Lemos, 2024](#) *apud*. [Günçe, Misirlisoy, 2019](#))

Tendo isto em mente, até meados do século XX, a preocupação global com a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais era praticamente inexistente, enquanto a sociedade celebrava os avanços do desenvolvimento industrial sem muitas reservas. Foi somente após o término da Segunda Guerra Mundial que os primeiros sinais de mudança começaram a surgir, desencadeando um gradual despertar para as questões ambientais, motivado especialmente pelos impactos severos de desastres naturais. Nos anos 1960, essa consciência ganhou maior relevância, destacando-se a influência significativa de Rachel Carson, bióloga marinha e ecologista estadunidense, cuja obra "**Primavera Silenciosa**" alertou para os perigos dos produtos químicos na biosfera terrestre, marcando assim o início do movimento ambientalista moderno ([Antoniazzi, 2019](#)).

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

Conforme observou [Antoniazzi em 2019](#), o interesse pela preservação ambiental teve uma rápida ascensão nos setores econômico e político global, marcando a transição em direção à conscientização ecológica na década de 60. No entanto, somente na década subsequente o campo do design e da arquitetura começou a integrar essas preocupações de maneira substancial “com a crise do petróleo, a qual levantou o interesse para com o gasto excessivo de energia, especialmente na construção civil ([Antoniazzi, 2019 apud. Coli, 2012](#)). Antes disso, predominava nas disciplinas de design e arquitetura uma ênfase maior na estética do que na consideração pela eficiência ambiental e pela sustentabilidade a longo prazo.

À medida que avançaram as décadas seguintes, o tema do desenvolvimento sustentável ganhou destaque em fóruns internacionais, através de conferências, negociações e acordos que reconheceram o papel crítico dos arquitetos. Estes profissionais foram identificados como chave para a concepção e planejamento de ambientes construídos que não apenas minimizem, mas que também mitiguem o impacto ambiental ([Antoniazzi, 2019](#)).

É dentro deste contexto que surge o retrofit, denominado por [Barrientos \(2004\)](#) como o “renascimento no lugar da destruição”, pois, a partir da sua teoria, há uma série de ações voltadas à reabilitação tecnológica de um edifício que passou pelo desgaste temporal. Conforme elucidam [Moreira e Silva \(2016\)](#), o retrofit pode abarcar desde intervenções modestas, como a substituição de sistemas de iluminação e climatização, até reformas estruturais abrangentes, que englobam a modernização de instalações elétricas e hidráulicas, a melhoria da acessibilidade, a implementação de tecnologias sustentáveis, adição de elementos modernos às fachadas históricas — em alguns

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

casos, justaposições muito danosas ao patrimônio e sua integridade física, artística e histórica.

Essa metodologia, por sua vez, se distingue nitidamente dos conceitos de restauração ou conservação abordados anteriormente neste trabalho, pois não se restringe à preservação da aparência, da estrutura original e a integridade histórica dos edifícios; ao contrário, visa adaptá-los às demandas contemporâneas, incorporando avanços tecnológicos e novas normativas de segurança e sustentabilidade. É complexo posicionar o retrofit dentro da escala de posturas intervencionistas, ilustrado nas figuras 10 e 11 no tópico que inicia este capítulo, uma vez que existem diferentes abordagens sob esta prática, conforme abordado no parágrafo anterior. Há retrofits que buscam unicamente adequar a edificação às normas de acessibilidade, por exemplo, como a inserção de uma caixa de elevador nas dimensões externas; enquanto outros retrofits podem resultar em intervenções mais agressivas, comprometendo a integridade interna e externa do edifício em favor do moderno — e por que não dizer destruir sua integridade?

O que diferencia fundamentalmente todas as demais terminologias [retrofit e reabilitação] de "restauro" é justamente o valor cultural que este atesta do objeto que sofre a ação de projeto. A disciplina do restauro está interessada em pensar os meios de projeto disponíveis para lidar com preexistências cuja relevância relaciona-se à narrativa histórica ou cultural. Assim, o objetivo de uma intervenção de restauro em geral está relacionado à preservação desse valor, e a forma como isso ocorre varia caso a caso. De fato, na maior parte das vezes, o restauro supõe uma série de reformas e readequações, mas sempre lançadas a um campo de debate e elaboração crítica (Daúden, sem p., 2020).

O retrofit em grande escala é mais suscetível, em comparação ao restauro, a enfrentar dificuldade na sua viabilidade de execução de projeto, devido à complexidade do processo técnico,



F.18 - Pinacoteca do Estado de São Paulo após restauração realizada por Paulo Mendes da Rocha na década de 1990.
Fonte: Acervo Nelson Kon

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

que se estende desde a análise de viabilidade e desenvolvimento do projeto, passando pela estimativa de custos e adequação às normas legais, até a aprovação do projeto e, finalmente, a ocupação do edifício, caso seja intuito (Moraes e Quelhas, 2012).

Dentro deste contexto, a reutilização de edificações históricos atrelada com a prática de retrofit para criação de espaços de exposição, eventos de artes e arquitetura mundiais que atrelam o antigo e o novo são cada vez mais comuns ao redor do mundo, como por exemplo, a Trienal de Arquitectura de Lisboa e o CASACOR no Brasil. A integração do antigo com o novo em tais eventos é uma manifestação do reuso adaptativo — o CasaCor por sua vez com um discurso de retrofit adaptativo —, este processo, como discutido anteriormente, envolve a aplicação de tecnologias e soluções modernas e buscam, na teoria, não comprometer a autenticidade das estruturas originais.

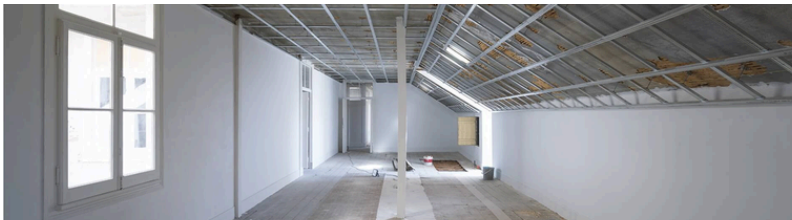
A título de exemplo, a Trienal de Arquitectura de Lisboa, por exemplo, é uma entidade sem fins lucrativos, a qual tem como objetivo explorar e promover o pensamento e a prática arquitetônica. A cada três anos, realiza um fórum que promove o debate e a reflexão, atravessando diferentes áreas do conhecimento e fronteiras geográficas (Trienal de Lisboa, 2023). Sua estreia ocorreu em 2007 com a primeira edição, "Vazios Urbanos", que ofereceu um programa composto por exposições, competições e conferências internacionais. Em 2010, na segunda edição, intitulada "Falemos de Casas", a Trienal consolidou sua presença no cenário dos eventos de arquitetura. Atualmente, com sua nova sede no Palácio Sinel de Cordes, que está sendo desenvolvido como um polo criativo, a Trienal organiza eventos sob o programa "Intervalo" e está em fase de



F.19 - Palácio Sinel de Cordes. Fonte: FG+SG, Fotografia de Arquitectura



F.20 - Palácio Sinel de Cordes, Pátio interno. Fonte: FG+SG, Fotografia de Arquitectura



F.21,22, 23 - Processo de reforma no último piso do Palácio Sinel de Cordes.
Fonte: Saint-Gobain Placo

1.2 os princípios arquiteturais da intervenção no reuso adaptativos

preparação para a terceira edição, chamada "Close, Closer" (Trienal de Lisboa, 2023).

A maior semelhança entre a Trienal e o CasaCor reside na ocupação e utilização de edifícios históricos para um uso distinto do original, transformando-os em espaços para mostras de arquitetura e artes. Ambas organizações se apropriam dessas edificações, realizando reformas e instalações específicas no pré-existente para dar espaço às suas exposições —no caso da Trienal, não se limita apenas às exposições. No entanto, uma grande diferença entre ambos é que, enquanto a Trienal ocorre de forma pontual e periódica, o CasaCor tem um caráter anual e itinerante, migrando de um edifício para outro em cada edição. Isso confere ao CasaCor uma relação dinâmica com diferentes patrimônios edificados, enquanto a Trienal mantém o foco esporádico e esforços concentrados em um único lugar.

Num comparativo simples entre a Trienal e o CasaCor, este último traz uma visão mais mercadológica e estética, muitas vezes desvinculada de um compromisso duradouro com a conservação e respeito pelos valores históricos dos edifícios. Há um ponto positivo em termos de visibilidade e revitalização ao fazerem uso desses edifícios, mas até que ponto o ciclo de ocupação e desocupação ocasionado pela migração do CasaCor, que ocorre há quase três décadas, para diferentes sedes pode ser considerado como uma atitude “sustentável”, já que seu discurso é tão pautado no sustentabilidade ambiental e arquitetônica?

Inegavelmente, sabe-se que o discurso do retrofit somado ao discurso de sustentabilidade é utilizado como uma espécie de modismo, muitas vezes associado a uma imagem de modernização

sustentável, mas, na prática, acaba sendo aplicado de forma bem superficial. A roupagem de sustentabilidade que o retrofit carrega muitas vezes ignora os valores patrimoniais das edificações, focando mais em intervenções que favorecem a estética contemporânea ou a eficiência energética, sem uma verdadeira preocupação com a integridade histórica. Além disso, quando o debate gira em torno da requalificação de edifícios históricos, os custos econômicos acabam dominando as discussões, enquanto as reflexões mais profundas sobre a sustentabilidade — tanto ambiental quanto cultural — são relegadas a segundo plano, onde o valor patrimonial e a longevidade das intervenções são muitas vezes comprometidos em nome de soluções de curto prazo, como será visto adiante.

1.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Se refletirmos mais profundamente sobre o tema, torna-se evidente que a permanência e a transformação não são apenas conceitos complementares, mas sim elementos essenciais de um processo complexo contínuo de evolução, desenvolvimento e crescimento. A busca pela permanência muitas vezes se entrelaça com a necessidade de adaptação e renovação, em um ciclo constante de conservação e renovação. A transformação, por sua vez, longe de ser entendida com a conotação de uma força destrutiva, pode ser vista como uma ferramenta para a revitalização e a preservação do valor intrínseco da estrutura de um bem de valor histórico. Em alguns casos, as mudanças podem até mesmo ser vistas como catalisadoras de uma nova identidade, enriquecendo ainda mais a história e a significância do patrimônio edificado ao longo do tempo.

Cada ato de restauração representa, invariavelmente, uma forma de intervenção, uma interferência consciente que demanda, por sua vez, ajustes e modificações específicas. Especialmente quando nos deparamos com a tarefa de readequar uma estrutura para um propósito renovado, a necessidade de modificar torna-se ainda mais necessária. Assim, cada intervenção, longe de ser um mero ato de preservação estática, torna-se um exercício dinâmico de reinterpretar e revitalizar a essência arquitetônica de um edifício, garantindo sua relevância contínua em um contexto em constante evolução.

No cerne da evolução estrutural está a necessidade de adaptar-se às demandas emergentes, como discutido até o momento neste presente trabalho, o que implica em ajustes e transformações fundamentais e necessárias, onde a modificação, essencialmente, redefine a própria natureza da estrutura preexistente para que haja adição da nova função proposta. Essas adaptações

inevitavelmente acarretam uma variedade de alterações e ajustes, refletindo uma constante busca pela otimização e pela eficiência diante das demandas mutáveis.

Ao observarmos exemplos e a teoria-crítica, é bem evidente que a preservação do patrimônio histórico na arquitetura não se trata de estagnar ou petrificar estruturas antigas, tampouco de paralisar investimentos em construções antigas por mero capricho narrativo, mas pelo contrário, esses exemplos demonstram que a preservação pode e deve ser prática dinâmica e enriquecedora, para ambos os sujeitos –seja a edificação ou o novo uso–, mas que possa valorizar a história e seus demais valores intrínsecos enquanto se adapta às necessidades contemporâneas.

É a partir de toda essa discussão introdutória, advinda do início até o presente momento, que vamos poder introduzir o foco principal deste trabalho: entender como é a dinâmica de transformação e permanência no contexto em que o CasaCor se insere, seu “legado” nos lugares em que ela passa e, principalmente, analisar de forma mais aprofundada dois estudos de caso que evidenciam suas maneiras de ocupação e transformação.

2. TERRITÓRIOS DE INTERPRETAÇÃO: O CASACOR EM EVIDÊNCIA

CASACOR é uma exposição que tem suas raízes em eventos similares que surgiram nas primeiras décadas do século XX. Esses eventos tinham o propósito de divulgar inovações tecnológicas e promover o consumo (Zacar, 2018). No entanto, o consumo promovido por CASACOR não se limita apenas a bens e serviços; ele também inclui ideias sobre o estilo de vida e habitação, mediante a simulação de espaços domésticos reais em ambientes decorados por profissionais (Zacar, 2018). De acordo com o site oficial da CASACOR, a exposição anual é celebrada como "a maior e mais completa mostra de arquitetura, design de interiores e paisagismo das Américas" (CASACOR, 2022). Desde sua inauguração em São Paulo, em 1987, a CASACOR tem se expandido significativamente, estabelecendo franquias em diversos estados do Brasil e em cinco países, sendo Paraguai, Bolívia, Peru, Equador e Estados Unidos.

Lima (2018) esclarece que a mostra em geral ocupa imóveis de grande porte dentro do perímetro urbano das cidades-sede, nos quais cada ambiente recebe um tema e tem seu projeto atribuído a um profissional ou escritório com destaque no mercado local. Para implantar seu projeto, o profissional participante recebe suporte de empresas fornecedoras de móveis, revestimentos e acabamentos que são parceiras da CASACOR (Lima, 2018). Segundo o Grupo Abril (2017) o público central da CASACOR é composto em sua maioria por mulheres pertencentes às classes econômicas A e B, onde predomina a presença do público com idade entre 20 e 39 anos. Porém, contraditoriamente, conforme Zacar (2018) a mostra é apresentada para o grande público como veículo voltado à democratização da arquitetura e da decoração, discursos que buscam transmitir que a questão de que morar bem não é questão monetária, mas sim de cultura (Zacar, 2018, *sem p.*, *apud Casa Cor*, 2006,).



F.24 - Fachada Boreal do Edifício Francisco Durini, Quito - Equador. Fonte: Foto/Divulgação, CASACOR, 2015.



F.25 - Iluminação da fachada do Edifício Ronald - Verônica Saenz, Lima - Peru. Fonte: Foto/Divulgação, CASACOR Peru, 2015.

[CASACOR] privilegia a exibição de espaços idealizados como domésticos, apresentando-se como uma vitrine de tendências relacionadas ao morar. Em geral, a mostra adere a um padrão de moradia marcado por uma alta setorização, especialização e individualização dos espaços. Essa configuração tem sido associada a um modelo de família nuclear, branca e de classe média alta, formada a partir de um casal heterossexual com filhas/os. Isso fica explícito na forma de organização e designação dada a cômodos como "Suíte do casal" e "Quarto da menina", por exemplo (Zacar, 2023, sem p.)

Pode-se afirmar que a integração de elementos históricos com design moderno é uma característica da CASACOR, os edifícios escolhidos frequentemente têm um valor histórico significativo, o que proporciona uma oportunidade diferenciada para os designers explorarem espaços diferentes enquanto introduzem conceitos inovadores, segundo o próprio CASACOR.

Para além da “preservação histórica”, o CASACOR também diz se preocupar com a sustentabilidade e o uso consciente dos recursos. Muitas edições recentes têm incorporado práticas ecológicas, como o uso de materiais recicláveis, soluções de eficiência energética e paisagismo sustentável, por exemplo, buscando servir como um modelo para a indústria de design e construção. A adoção dessas práticas sustentáveis demonstra, segundo o CEO do evento, o compromisso da CASACOR em liderar pelo exemplo, mostrando que é possível criar ambientes deslumbrantes sem comprometer o futuro do planeta. Mas em relação ao respeito às características atemporais que tornam o edifício o que ele é?

Nossa principal atividade hoje, compreende montar grandes cenários, um palco para experiências. E, conseqüentemente, envolve o manuseio de resíduos e para mim, nunca fez sentido montar, construir e

desmontar sem que tivéssemos os melhores métodos e a melhor eficiência para isso (CEO da CASACOR, 2022). A escolha da sede de qualquer CASACOR é sempre o ponto de partida que regerá todo o conceito e proposta do evento. Geralmente, é levado em consideração a história do local, acessibilidade, localização [...] ao longo dos anos, as mostras já ocuparam diversos edifícios considerados patrimônio histórico projetados [ou não] por renomados arquitetos do mundo todo (CASACOR, 2022, *sem p.*).

No entanto, essa aparente “valorização do patrimônio” deve ser analisada criticamente, à luz das teorias de consumo e modernidade líquida propostas por autores como Zygmunt Bauman, como foi discutido na introdução deste trabalho. Retomando, brevemente, com base em sua obra *Modernidade Líquida* (2000), observamos como a efemeridade e o consumo desenfreado se tornaram características centrais da sociedade contemporânea, onde tudo é temporário e descartável, e, de maneira análoga a isto, incluindo as relações com o espaço e o patrimônio. A CASACOR, ao transformar edifícios históricos em palcos temporários para exposições de design, muitas vezes associadas ao luxo e ao consumo, pode ser vista como um reflexo dessa modernidade líquida, onde o patrimônio cultural é mercantilizado e sua integridade histórica é colocada em risco.

A efemeridade, que é um aspecto central na CASACOR, é também uma característica criticada por Bauman (2000), que a associa à superficialidade das relações contemporâneas, de maneira análoga, com o espaço e a cultura. O uso temporário de edifícios históricos para eventos voltados ao consumo pode ser interpretado como uma forma de desrespeito ao valor duradouro e ao significado cultural desses espaços. Essa crítica se alinha à visão de Choay (2001) em *A Alegoria do Patrimônio*, onde a autora discute a mercantilização do patrimônio cultural e alerta para os



F.26 - Palacete Brando Barbosa, sede da edição CASACOR RIO - 2021. Fonte: André Nazareth/ CASACOR

perigos da sua transformação em produto de consumo.

A escolha da sede de qualquer CASACOR é sempre o ponto de partida que regerá todo o conceito e proposta do evento. Geralmente, é levado em consideração a história do local, acessibilidade, localização [...] ao longo dos anos, as mostras já ocuparam diversos edifícios considerados patrimônio histórico projetados [ou não] por renomados arquitetos do mundo todo (CASACOR, 2022, *sem p.*).

De maneira exemplificativa acerca dessa problemática, no ano de 2022, o Instituto de Arquitetos do Brasil, seção do Espírito Santo (IAB-ES), emitiu um manifesto expressando sérias preocupações acerca do projeto "Casa Cor 2022 – Vista do Forte", que visava a uma intervenção no Forte de São Francisco Xavier, em Vila Velha. O manifesto enfatiza que, após uma análise técnica conduzida pelos arquitetos da instituição, a intervenção proposta pelo evento apresentava um risco considerável de comprometer a integridade e a preservação deste patrimônio cultural de significativa importância histórica (Carta Manifesto, 2022).

O evento Casa Cor Espírito Santo, programado para ocorrer de 21 de setembro a 20 de novembro de 2022 no 38º Batalhão de Infantaria, na Prainha, contou com a participação das arquitetas que assinaram um ambiente cujo projeto, segundo informações divulgadas, permaneceria como instalação permanente no Forte de São Francisco Xavier, mesmo após o encerramento da mostra (Século Diário, 2022 *apud.* Carta Manifesto, 2022). Este aspecto do projeto é destacado como um dos principais pontos de preocupação, uma vez que a instalação permanente contrária à prática comum de desmontagem das estruturas temporárias após a conclusão do evento.

territórios de interpretação:

o casacor em evidência



F.27 - Vista do Forte de São Francisco Xavier, em Vila Velha, ES. Fonte: Acervo 38º BI Exército Brasileiro.

De acordo com as imagens preliminares divulgadas nas redes sociais do evento, a proposta arquitetônica em questão secciona a percepção integral do edifício histórico, alterando significativamente a imagem consolidada do forte. O IAB - ES argumenta que o novo elemento arquitetônico interfere na escala e visibilidade do forte, particularmente ao projetar-se sobre a muralha dos canhões, elemento central na constituição visual e histórica da edificação. Tal intervenção, segundo o manifesto, subordina o elemento histórico à nova estrutura, desvirtuando a paisagem e a leitura do patrimônio cultural (*Carta Manifesto*, 2022).

“A estrutura proposta secciona a compreensão do edifício como um todo, alterando a imagem consolidada do bem. Além disso, o elemento proposto muda a escala da edificação, achatando a muralha dos canhões, projetando-se sobre ela e se impondo sobre ela, destacando-se na paisagem e interferindo na visibilidade do bem cultural que resulta ocultado pela estrutura proposta. Este novo elemento atrai o olhar do espectador para si e coloca em pano de fundo o mais importante elemento de um forte: sua muralha com seus canhões (*Carta Manifesto*, 2022, p. 5).

Outro ponto levantado pelo Instituto refere-se ao impacto estrutural que a nova intervenção pode causar ao edifício, cuja fundação e paredes datam de três séculos. A estrutura proposta, que seria engastada nas paredes da fachada do forte, levanta sérias dúvidas quanto à capacidade de suporte da edificação frente ao peso adicional, além de suscitar preocupações acerca da estabilidade e preservação das características construtivas originais do forte (*Carta Manifesto*, 2022).

A estrutura é ainda toda engastada na parede da fachada do forte [...] mas aguentaria esse edifício de três séculos, o peso desta nova estrutura chumbada nas suas paredes e no seu piso? Qual o impacto que esse

territórios de interpretação:

o casacor em evidência



F.28,29,30 - Projeto de intervenção proposto pelo CASACOR ES. Fonte: Carta Manifesto, 2022.

engastamento pode causar nas paredes do ponto de vista da estabilidade?
(**Carta Manifesto, 2022, p.6**).

O manifesto do Instituto de Arquitetos do Brasil alerta ainda para os riscos de comprometimento da tipologia arquitetônica do forte, com possíveis alterações em vãos e cômodos, e para a potencial perda de vestígios arqueológicos que testemunham a evolução histórica da construção ao longo dos séculos. Tais mudanças poderiam não apenas afetar a integridade física do monumento, mas também colocar em risco a segurança dos futuros usuários, dado que, conforme destacado, o projeto não foi submetido à análise do Corpo de Bombeiros, nem obteve parecer do IPHAN quanto à interferência na visibilidade e ambiência do bem tombado.

O conceito de autenticidade, conforme definido na Carta de Nara sobre Autenticidade (1994), refere-se à capacidade de um patrimônio de transmitir seu valor cultural de maneira verdadeira e não corrompida. Quando edifícios históricos são transformados para acomodar eventos temporários, há o risco de que sua autenticidade seja comprometida, especialmente se as intervenções necessárias para adaptar o espaço às exigências contemporâneas não forem reversíveis ou se alterarem significativamente o caráter original do edifício. O manifesto conclui que a preservação do Forte de São Francisco Xavier, para as gerações presentes e futuras, requer a adoção de critérios rigorosos e a atuação de uma equipe multidisciplinar com comprovada capacitação técnica, garantindo assim que a intervenção respeite os preceitos da preservação do patrimônio cultural e assegure a integridade do bem histórico.

2.1 - CASACOR PERNAMBUCO

A primeira edição da CASACOR Pernambuco (CCPE) foi realizada em 1996, marcando o início de um evento que rapidamente se consolidou como uma das mais importantes e famosas mostras de design e arquitetura no estado. Entretanto, a falta de registros detalhados sobre o local e a organização da mostra inaugural limita a compreensão plena de suas origens. Desde então, o evento atraiu mais de 50 mil visitantes, com edições realizadas nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Uma característica notável das exposições em Pernambuco, especialmente entre os anos de 2008 e 2024, é a escolha de imóveis de valor histórico como sede, muitos dos quais pertencem a famílias tradicionais e influentes do estado. Essa seleção, à primeira vista, parece valorizar o patrimônio arquitetônico local, ao estabelecer uma conexão entre a história do espaço e o conceito do evento. No entanto, como debatido anteriormente, o processo de transformação desses espaços para acomodar as exigências do evento pode acarretar riscos significativos à preservação desses patrimônios, conforme argumentado por especialistas em conservação e restauro.

Recife, em particular, é uma cidade com um acervo arquitetônico que reflete diversas fases da história brasileira, desde o período colonial até a era moderna. A tipologia das edificações na cidade varia desde sobrados coloniais, passando por casarões neoclássicos, até construções modernistas do século XX. A cidade desenvolveu um perfil urbano que combina o antigo e o novo, muitas vezes de forma harmoniosa, mas outras vezes em conflito. A expansão urbana, aliada ao desenvolvimento econômico, tem pressionado as áreas históricas, criando uma dinâmica de constante negociação entre preservação e modernização. A escolha dessas edificações como sedes para a CASACOR levanta questões sobre a compatibilidade entre o uso temporário e o

valor histórico permanente desses espaços, além de entrar em choque com a durabilidade dos valores culturais.

É, portanto, através da conformidade com as leis e regulamentos de proteção ao patrimônio histórico é um aspecto indispensável da prática de qualquer alteração física em espaços de preservação histórica. No Brasil, como sabido, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desempenha um papel crucial na proteção dos bens culturais tombados, garantindo que quaisquer intervenções realizadas em edifícios históricos estejam em conformidade com as diretrizes de preservação. Além disso, muitas cidades brasileiras, como Recife, possuem suas próprias regulamentações locais que complementam as diretrizes nacionais, como é o caso da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC). Além disso, a conformidade legal não é apenas uma questão de burocracia; é uma forma de garantia de que as intervenções realizadas em patrimônios históricos respeitem sua integridade e contribuam para sua preservação a longo prazo. Entretanto, a aplicação dessas leis nem sempre é simples, especialmente em contextos onde há interesses econômicos em jogo, como em eventos que utilizam edifícios históricos para fins comerciais e culturais.

Entre os prédios que sediaram a CCPE a partir de 2008, foram identificadas 12 edificações, das quais 8 possuem significativo interesse histórico. Essas incluem o Liceu de Artes e Ofícios (Recife), chalés do Carmo (Olinda), o Instituto de Psiquiatria Luiz Inácio (Recife), o antigo Casarão beira-mar Piedade (Jaboatão dos Guararapes), o casarão da família Bezerra de Mello, o casarão da família Santos, o Edifício Chanteclair, e, mais recentemente, o Palazzo Itália (Recife).

Esses imóveis, que abrigam parte importante da história arquitetônica e cultural de Pernambuco, são transformados, durante o evento, em vitrines de design contemporâneo, muitas vezes em desacordo com seus valores históricos.

2.1.2 Linha do tempo CCPE

Conforme mencionado anteriormente, foi realizado um levantamento que abrange o período de 2008 a 2024, sendo baseado nas informações disponíveis publicamente, incluindo aquelas encontradas na internet, em publicações de jornais, sites e revistas, principalmente a Revista *SIM!* (revista do Grupo Abril dedicada à CASACOR) e nos documentos acessíveis através do Sistema Integrado do IPHAN. Entretanto, a partir de conversas com representantes dos órgãos responsáveis, IPHAN, FUNDARPE e PCR/DPPC, e da consulta a documentos fornecidos pelo IPHAN, foi identificado que, segundo a própria responsável técnica da CASACOR, o evento utilizou, entre 1996 e 2007, 12 edificações para sediar o evento. Destas, oito eram edificações históricas tombadas, seja em nível estadual ou nacional, embora não se tenha a certeza sobre a classificação exata. No entanto, não foi possível identificar todas essas edificações em detalhes, uma vez que as tentativas de contato com a equipe organizadora da época, bem como com a equipe atual, não resultaram em respostas conclusivas.

2008

Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco

Situação atual: Desocupado



F.31 - Vista externa do Liceu em seu estado atual. Fonte: Google Earth, 2024.

2009

Armazém 11 do Porto do Recife

Situação atual: Centro de Artesanato de Pernambuco



F.32 - Vista externa do antigo armazém 11, hoje o Centro de Artesanato de PE. Fonte: Jornal do Comércio, 2021.

2010

Antigo Casarão Beira-Mar de Boa Viagem

Situação atual: Edifício residencial



F.33 - Vista externa do imóvel ocupante do endereço do antigo casarão 4988. Fonte: Google Earth, 2024.

F.34 - Vista externa dos Chalés do Carmo. Fonte: Google Earth, 2024.



Chalés do Carmo

Situação atual: Desocupado

2011

F.35 - Vista frontal do conjunto em seu estado atual. Fonte: Antes que Suma, Facebook, 2023.

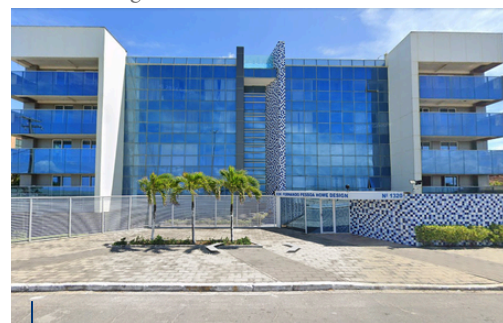


Antigo Instituto de Psiquiatria Luiz Inácio

situação atual: Desocupado

2012/2013

F.36 - Vista externa do local onde era o casarão. Fonte: Google Street View, 2023.



Antigo casarão beira-mar de Piedade

Situação atual: Edifício residencial

2014

2015

Antiga casa do Senador José Ermírio

Situação atual: Quartel de Bombeiros, porém desocupado



F.37 - Vista da residência em seu estado de abandono. Fonte: Jornal do Comércio, 2024.

2016/2017

Casarão Othon Lynch

Situação atual: Restaurante Ilha da Kosta



F.38 - Restaurante Ilha da Kosta no antigo Casarão Oton Lynch. Fonte: Carminha Duarte, 2023/ Google Maps

2018/2019

Casarão Família Santos

Situação atual: Desocupado



F.39: Fachada do casarão da Família Santos em seu estado atual. Fonte: Google Street Map, 2024.

F.40- Foto externa do pavilhão do CASACOR PE 2021. Fonte: Paulo Higor Nunes



Pavilhão externo do Shopping Recife

Situação atual: Temporário

2021

F.41 - Fachada do Edifício Chanteclair. Fonte: Revista SIM, 2022.



Conjunto de edifício Chanteclair

Situação atual: Desocupado

2022/2023

F.42 - Vista externa edifício Palazzo Itália. Fonte: Google Street Map, 2024.



Edifício Palazzo Itália

Situação atual: Atual sede do CCPE

2024

Além da elaboração da linha do tempo, foi realizada uma análise que buscou detalhar cada edificação que abrigou o evento, conforme apresentado no **Apêndice A**. Essa análise buscou contextualizar historicamente cada uma dessas construções, permitindo uma compreensão mais precisa de suas transformações ao longo do tempo — antes, durante e após o evento — com foco em suas características externas e de uso, visto que uma investigação mais aprofundada das estruturas internas será conduzida nos estudos de caso.

Com base na linha do tempo, mostrou-se evidenciado que mais de 70% das edificações utilizadas pelo evento encontram-se, atualmente, em estado de abandono ou desocupação. Algumas delas, como as situadas nas áreas costeiras de Boa Viagem e Piedade, foram completamente demolidas para dar lugar a novas construções. Apenas duas edificações, como o restaurante Ilha da Kosta e o Centro de Artesanato de Pernambuco, conseguiram um uso permanente após a ocupação do evento. Muitas dessas edificações possuem proteção legal em nível estadual ou municipal, sendo classificadas como imóveis de preservação especial ou localizadas em zonas de preservação histórica ou ambiental. Esses aspectos são discutidos de maneira mais aprofundada no Apêndice A.

Os dados levantados pela análise indicam uma contradição: embora o evento tenha como proposta a reativação de edificações históricas, muitas delas acabam abandonadas ou destruídas após o encerramento, revelando a fragilidade das políticas de conservação e uso sustentável dessas estruturas.

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Neste trabalho de conclusão de curso, duas edificações históricas foram escolhidas para sediar as edições da CASACOR Pernambuco em 2008 e 2022/2023, o Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco e o Conjunto Chanteclair.

A metodologia de análise adotada neste trabalho é baseada no arcabouço teórico proposto por [Vetrone \(2018\)](#), cuja abordagem crítica ao diálogo entre o pré-existente e o novo é de fundamental importância para a compreensão das intervenções contemporâneas em edificações históricas. Este método se ancora em três aspectos principais: linguagem e materialidade, uso e função, e temporalidade. Estes elementos formam um guia para a análise e serão utilizados como lentes através das quais as intervenções arquitetônicas nas duas edificações selecionadas serão examinadas.

O conceito de **linguagem** na arquitetura, conforme explorado por [Vetrone \(2018\)](#), é compreendido como o conjunto de elementos que conferem à composição arquitetônica uma estrutura ordenada, tanto em termos sintáticos quanto morfológicos e semânticos. A linguagem arquitetônica abrange a forma como os materiais, volumes, texturas, proporções, ritmos, contrastes, luzes e sombras são organizados para criar uma composição que não apenas responda às demandas funcionais, mas também dialogue com o contexto histórico e estético em que o edifício está inserido. Este conceito está intimamente ligado à semiótica, que, na arquitetura, se refere à interpretação dos signos e significados atribuídos aos elementos materiais que compõem o edifício [Vetrone \(2018\)](#).

A materialidade, por sua vez, refere-se ao caráter físico e tangível da intervenção arquitetônica.

Conforme discutido por [Vetrone \(2018\)](#), a **materialidade é inseparável da linguagem**, pois é através dos materiais e das técnicas construtivas que a linguagem arquitetônica se manifesta no edifício. Nas intervenções em edificações históricas, a materialidade deve ser tratada com bastante cuidado e sensibilidade, uma vez que os materiais utilizados não só carregam a função estrutural, mas também são portadores de significados históricos e culturais. As "marcas do tempo" adquiridas pelos materiais ao longo dos anos, tornam-se características autênticas de um edifício histórico e, portanto, as intervenções devem buscar preservar essas características sempre que possível [Vetrone \(2018\)](#).

O segundo aspecto central da metodologia de [Vetrone \(2018\)](#) é a relação entre **uso e função** no contexto das intervenções em edificações históricas. Este aspecto se refere à compatibilidade entre as novas funções propostas para um edifício histórico e a estrutura física e espacial existente. Ao adaptar um edifício histórico para um novo uso, considera-se essencial que a nova função respeite e se integre de maneira coerente com a espacialidade e a tipologia arquitetônica original, assim como defendido por tantos outros teóricos da conservação e restauro.

No contexto das duas edificações selecionadas para este trabalho a análise da compatibilidade dos novos usos com as estruturas históricas será central. Cada uma dessas edificações possui uma história diferenciada e características arquitetônicas distintas que influenciam a maneira como os novos usos poderiam ser implementados. O trabalho de [Vetrone \(2018\)](#) oferece uma ferramenta analítica para guiar a exame de como essas intervenções foram realizadas e se elas conseguiram, de fato, respeitar e valorizar a preexistência.

O terceiro aspecto abordado na metodologia de [Vetrone \(2018\)](#) é a temporalidade, que se refere à maneira como as intervenções contemporâneas em edifícios históricos se relacionam com o passado. A temporalidade não diz respeito apenas à cronologia das intervenções, mas também à forma como essas intervenções dialogam com a história do edifício, criando uma continuidade ou, em alguns casos, uma ruptura deliberada com o passado.

A relação entre o tempo e a arquitetura é um tema central na teoria da conservação e do restauro, conforme discutido no primeiro capítulo ao falar sobre [Cesare Brandi \(2004\)](#), a intervenção em um edifício histórico deve ser sempre realizada com um profundo respeito pelo tempo histórico que o edifício representa. Brandi argumenta que a autenticidade de um edifício está intrinsecamente ligada à sua capacidade de transmitir as marcas do tempo, e qualquer intervenção que apague ou disfarce essas marcas compromete a integridade do edifício.

O estudo de caso das duas edificações será realizado com base nessa abordagem metodológica de análise. Essas edificações foram selecionadas por se destacarem no Recife e por terem passado por modificações para o CasaCor em um intervalo de 14 anos, assim, serão analisadas as abordagens de intervenção em ambas.

4. LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DE PERNAMBUCO

Neste primeiro estudo de caso, foram utilizados como fontes os documentos fornecidos pelo IPHAN e pelo setor de tombamento da FUNDARPE. É importante destacar que não havia imagens do Liceu durante o evento, portanto toda a análise foi baseada nos documentos que descrevem detalhadamente a situação do prédio durante as modificações para sediar o evento. Quanto às visitas para entender a condição atual do imóvel, elas não puderam ser realizadas. No entanto, a partir dos documentos disponibilizados pela FUNDARPE, conseguimos obter algumas imagens do estado dos forros e do piso em 2014, seis anos após o evento.

O Liceu de Artes e Ofícios é um prédio localizado no Bairro de Santo Antônio, situado à margem do Rio Capibaribe, nas proximidades da Praça da República e o Palácio Campo das Princesas. Este prédio é delimitado pela Rua do Sol e Rua Praça da República.

4.1 - Enquadramento de caso

O Liceu tem suas origens na Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, fundada em novembro de 1836, com a inauguração oficial da instituição em 1841. O objetivo central de sua criação foi oferecer formação em ofícios à classe trabalhadora local, em resposta à crescente presença de profissionais estrangeiros no mercado pernambucano, o que evidenciava a falta de qualificação da mão de obra local. A instituição, inicialmente sediada nos consistórios da Igreja de São José do Ribamar, no bairro de São José, era majoritariamente frequentada por trabalhadores pardos e pretos e moradores dos bairros populares do Recife, como Santo Antônio e Boa Vista (Passos, 2014 apud. Costa, 2013).

Em 1866, após divergências com a Irmandade da Igreja, a Sociedade dos Artistas foi obrigada a transferir suas atividades para a Rua Direita, estabelecendo-se finalmente na Rua da Imperatriz em 1871. O contexto da Guerra do Paraguai impulsionou a vontade do imperador Pedro II em retribuir os esforços dos cidadãos com a construção de edifícios destinados ao ensino público. Essa iniciativa tinha como objetivo preparar a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, inserindo a classe operária na emergente modernização industrial (Passos, 2014 apud. Costa,

2013). A partir dessa motivação, o Presidente da Província de Pernambuco decidiu construir uma edificação para o Liceu de Artes e Ofícios, contando com doações da Associação Comercial Beneficente e do Barão do Livramento. Em 15 de abril de 1871, a administração do Liceu foi entregue à Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, e, em 21 de abril, a primeira pedra do edifício foi lançada em um terreno na Rua de Santa Isabel. Contudo, por questões políticas e dificuldades financeiras, a construção só foi concluída nove anos depois, com a inauguração oficial em 21 de novembro de 1880 (Costa, 2013).

As atividades do Liceu começaram em 1881, oferecendo tanto formação prática quanto teórica nas áreas artísticas e profissionais. A instituição abrigava uma biblioteca com obras raras e um museu com acervo relevante. O currículo do Liceu era vasto, abrangendo desde alfabetização para adultos e crianças, ensino de línguas como português, italiano, francês e inglês, até disciplinas como matemática, desenho, música, física, química e arquitetura. Havia também uma atenção especial para a formação em áreas técnicas como escrituração mercantil e desenho linear (Passos, 2014 apud. Costa, 2013).

Entretanto, apesar do seu papel de relevância na educação e qualificação de jovens, especialmente da classe operária, o Liceu de Artes e Ofícios enfrentou frequentes intrigas políticas e denúncias contra seus dirigentes. O Liceu foi, portanto, uma tentativa de promover a educação técnica e capacitar operários, buscando reduzir a dependência de trabalhadores de fora. Mesmo em meio a diversas disputas e denúncias relacionadas à administração e fiscalização, a instituição desempenhou seu papel até sua extinção em 1950 (Costa, 2013).



F.43 - Lyceo de Artes e Offícios em 11/12/1904 – Postal E. M. Nogueira De Souza. Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco.

Na década de 1970, o prédio e o acervo do Liceu foram transferidos à responsabilidade da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), que reativou a instituição, oferecendo cursos técnicos em administração e contabilidade. Esse processo se intensificou durante os anos 1980, quando foi firmado um convênio com a Secretaria de Educação de Pernambuco, transformando o Liceu em uma escola filantrópica mantida pela UNICAP, com professores da rede estadual de ensino. Em 2006, após o fechamento do Colégio Nóbrega, também vinculado à UNICAP, o Liceu foi transferido para o Complexo de Ensino da universidade, no bairro da Boa Vista. O antigo prédio do Liceu passou a abrigar o Centro de Ensino Experimental Porto Digital, que posteriormente foi deslocado para o campus da UNICAP (Passos, 2014 apud. Costa, 2013). Em 2010, o Liceu foi formalmente integrado à Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, consolidando-se como escola pública, mas o prédio está fechado desde 2007.

Com relação a sua arquitetura, o Palacete do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco, projetado em 1871, é exemplo da influência da arquitetura classicista francesa no Brasil e, principalmente, no Recife. Seu desenho baseou-se na decomposição da fachada em três blocos, formando um “U”, com dois blocos estreitos nas extremidades e um bloco central recuado. Esta configuração gera um pátio central, com uma volumetria que lembra o Palácio de Luxemburgo, em Paris, projetado por Salomon de Brosse no início do século XVII. O edifício, que mantém traços característicos do estilo imperial, tem dois pavimentos e um porão baixo (Passos, 2014 apud. Costa, 2013).

O térreo, mais rebaixado, possivelmente abrigava funções de serviço e oficinas, enquanto o



F.44 - Jardins e Palácio de Luxemburgo, França. Fonte: Enrique Polo, 2010/Flickr

pavimento superior, o "piso nobre", era destinado às áreas de ensino, administração e ao salão de honra. A estrutura do edifício destaca-se pelas 15 aberturas em arcos plenos que modulam a fachada principal, acentuando o ritmo da composição. Esse ritmo é interrompido apenas pelo pórtico de cantaria de Lisboa, que marca o eixo central de simetria e a entrada principal, acessível por duas escadas semicirculares com balaustrada em ferro fundido. O acesso é enquadrado por pilastras jônicas, que sustentam o entablamento coroado por uma cartela central e pináculos, destacando-se contra a horizontalidade dominante da edificação (Costa, 2013).

Os elementos decorativos, como as pilastras e os cunhais em argamassa, além dos pináculos nas extremidades, conferem uma hierarquia visual aos volumes laterais, enquanto a platibanda composta por frisos, cornija e arquitrave define o arremate superior. O equilíbrio formal da construção reflete a linguagem arquitetônica erudita adotada por José Tibúrcio Pereira de Magalhães, o arquiteto responsável pelo projeto original (Passos, 2014 apud. Costa, 2013).

Ao longo do processo de desenvolvimento do projeto, foram elaboradas quatro versões distintas. A primeira, de 1871, apresentava um volume com três blocos e dois pavimentos, com um porão baixo. O pórtico central, ladeado por colunas duplas, sustentava o entablamento, que era encimado por um relógio central. As aberturas do pavimento térreo eram em arco pleno, enquanto as do pavimento superior eram retas, reforçando a predominância da horizontalidade no conjunto. A segunda versão, sem data definida, simplificou o projeto, mantendo o volume em três blocos, mas com um único pavimento nobre. A terceira versão, datada de 1876, introduziu novas soluções formais, como aberturas em arco pleno no pavimento superior e uma escadaria

liceu de artes e ofícios de pernambuco



F.45 - Primeira versão do projeto do Liceu - elevação frontal- datada de 1871. Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco (Passos, 2014)



F.46 - Segunda versão - elevação frontal, sem data. Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco (Passos, 2014)



F.47 - Terceira versão - elevação frontal, com copia datada de 1876. Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco (Passos, 2014)



F.48 - Quarta versão - elevação frontal - datada de 20 de janeiro de 1877. Fonte: Arquivo Público do Estado de Pernambuco (Passos, 2014)

mais elaborada, enfatizando a perspectiva e as linhas de fuga. Por fim, a quarta versão, de 1877, representou a execução final do projeto, com a supressão de alguns elementos decorativos e a adaptação da escadaria em dois lances laterais (Passos, 2014 apud. Costa, 2013).

Embora a versão de 1877 tenha sido a escolhida para a construção, algumas modificações foram introduzidas no início do século XX, como a adição de perfilaturas sob as janelas, novos pináculos e cartelas decorativas na platibanda. Essas intervenções, no entanto, não se estenderam à fachada posterior, que preserva sua ornamentação original. Tais acréscimos e supressões, longe de enriquecer o edifício, trouxeram uma estética maneirista que quebrou o rigor do classicismo originalmente planejado por Tibúrcio Magalhães (Passos, 2014 apud. Costa, 2013).

O conjunto arquitetônico do Liceu inclui ainda um segundo bloco, construído provavelmente na década de 1970. Este anexo, de três pavimentos, apresenta uma estrutura funcional que abriga salas de recepção, música, cozinha e sanitários no térreo, e salas de aula nos andares superiores. Os dois edifícios estão conectados por uma passarela de concreto armado, inserida no nível do primeiro pavimento do edifício original, o que alterou o uso de uma das janelas do bloco posterior, transformando-a em porta e eliminando a escada de acesso ao porão (Costa, 2013).

Em 2008, entre 04 de outubro e 09 de novembro, a CasaCor Pernambuco, em sua 12ª edição, ocorreu no prédio do Liceu de Artes e Ofícios. Durante a CasaCor, várias intervenções foram realizadas no prédio, incluindo a instalação de forros em gesso acartonado, novas redes elétricas, intervenções nas coberturas, além de emassamento e pintura nas áreas internas e externas. O jardim frontal também foi redesenhado, e o prédio anexo passou por adaptações significativas. No entanto, é importante ressaltar que, na época, o edifício pertencia à UNICAP e as obras começaram sem a devida autorização dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio, IPHAN e a Fundarpe.

A vistoria realizada pelo IPHAN durante as obras, que iniciaram sem autorização, constatou graves alterações, como a remoção de todo o forro de gesso dos ambientes do pavimento superior, a retirada completa do reboco de uma das paredes de alvenaria de tabique, e a introdução de dutos para novas instalações elétricas. No térreo, além de cortes nas paredes, novas aberturas de vãos foram criadas. Segundo o parecer técnico da Fundarpe, o edifício, tombado pelo Decreto 17.348 de 1994, apresentava um estado razoável de conservação antes das intervenções, o que torna as alterações ainda mais problemáticas.

Segundo documentos cedidos pelo IPHAN (Ofício Nº 035 ATC/IPHAN/MinC/2008, Parecer 09/2008, Notificações Extraoficiais, etc.) para a realização desta presente pesquisa, a estrutura original do edifício foi bastante impactada, com modificações que não seguiam as diretrizes de preservação impostas para edifícios tombados. O pavimento superior, que ainda preservava alguns elementos originais, como o piso em assoalho de madeira e detalhes decorativos do roda-

teto, sofreu com a remoção do forro, que não era original, mas compunha parte da estrutura desde um incêndio ocorrido em 1965. Já o pavimento térreo, apesar de alterações anteriores, também foi alvo de modificações não autorizadas e foram igualmente intrusivas.

A Fundarpe, ao ser informada sobre a realização do evento CasaCor no Liceu, prontamente solicitou o projeto para análise, a instituição ressaltou a importância de manter as características primárias do edifício, considerando-o como um elemento de relevância do patrimônio arquitetônico de Pernambuco. O descumprimento dessas normas provocou uma série de discussões sobre os limites das intervenções em prédios históricos, pois embora a reversibilidade seja um dos argumentos frequentemente utilizados pela organização do evento para justificar as intervenções, a análise técnica revela que o impacto gerado vai além da simples "reversão" das modificações, uma vez que parte dos danos, como a remoção de rebocos e a criação de novos vãos, capaz por comprometer a integridade do bem de forma mais agressiva e permanente.

Com relação ao projeto de ocupação do evento, no pavimento superior, havia a proposta de subdivisão dos nove (9) ambientes originais em vinte (20), por meio da instalação de paredes de gesso, o que representou também uma intervenção que, além de transformar significativamente o uso do espaço original, colocou em risco a estabilidade física do piso. Conforme indicado pela vistoria técnica da Fundarpe, o estado precário do assoalho de madeira, que deveria ser restaurado, parecia não ter sido considerado adequadamente no projeto. Nos documentos analisados, a ausência de clareza e informações sobre o método de assentamento e fixação das divisórias de gesso sobre esse assoalho fragilizado demonstra uma falta de planejamento e

responsabilidade para garantir que o peso adicional e as mudanças estruturais não comprometessem a segurança e integridade do edifício.

Outro ponto crítico destacado pela vistoria refere-se à proposta de alteração nos rodapés dos ambientes do pavimento superior. O projeto mencionava que os rodapés originais poderiam ser "devolvidos na desmontagem no formato original", mas não foi claramente especificado se seriam removidos durante as intervenções. Como se tratam de elementos decorativos frágeis, a remoção dos rodapés poderia ocasionar danos irreparáveis, o que constitui uma ação que, mais uma vez, contraria os princípios de conservação de bens históricos.

No pavimento térreo, entendido pelos documentos do IPHAN como o "porão", as intervenções previstas foram igualmente preocupantes. A transformação dos nove ambientes originais em 14, novamente por meio de divisórias de gesso, ocasionou em uma subdivisão que alterou de maneira significativa a configuração espacial original do pavimento.

A vistoria possibilitou constatar o início das obras de adaptação do prédio para receber o evento, com intervenções inadequadas referentes ao fechamento de alguns vãos e aberturas de outros, que nunca existiram. Também foi iniciada a substituição das instalações elétricas, implantando redes embutidas nas paredes [...] Todas essas intervenções deveriam ter passado pela análise da Fundarpe que só tomou conhecimento por ocasião da visita quando já haviam sido realizadas (IPHAN, Parecer 09/2008, 2008, sem p.).

Foi previsto, assim como no pavimento superior, a abertura de quatro novos vãos, embora previstos para serem fechados após o término do evento, novamente representa uma intervenção

igualmente problemática, pois introduz alterações que nunca existiram na estrutura original do edifício, assim como no primeiro pavimento. Ainda que o fechamento posterior dos vãos esteja previsto, a remoção dessas aberturas não garante a recuperação integral da integridade estrutural e histórica do imóvel, uma vez que o simples ato de criar vãos onde nunca houve impacto negativamente na tipologia arquitetônica e na autenticidade do edifício. Essa prática é, inclusive, contrária às normas de intervenções em patrimônio edificado, que proíbem alterações irreversíveis na estrutura.

Além do explicitado, foi acordado entre a equipe organizadora do evento e a Fundarpe a pintura das paredes externas e internas do prédio. Não foi possível, entretanto, obter informações acerca do estudo de cores para as paredes internas do edifício, todavia, os documentos cedidos pelo IPHAN deixam evidente que as cores da fachada do prédio passaram por enormes mudanças. Antes da intervenção do CasaCor, a fachada do Liceu era em azul claro com seus detalhes em branco, mas durante o evento, foi pintada em tom de vermelho-barroso e os detalhes da fachada em cor pérola, o mesmo tom presente no Ginásio Pernambucano, localizado na Rua da Aurora no bairro de Santo Amaro, cor esta que permanece até os dias atuais porém como as fotos atuais do Liceu mostram, estão desbotadas e em estado crítico.

4.2.1 Memorial descritivo

O memorial descritivo, entregue posteriormente ao início das obras por solicitação dos órgãos de fiscalização responsáveis, apresentou uma listagem dos ambientes a serem preparados para o



F.49 - Situação da fachada em 2007 antes do CASACOR 2008. Fonte: Acervo Jorge Passos, 2012.

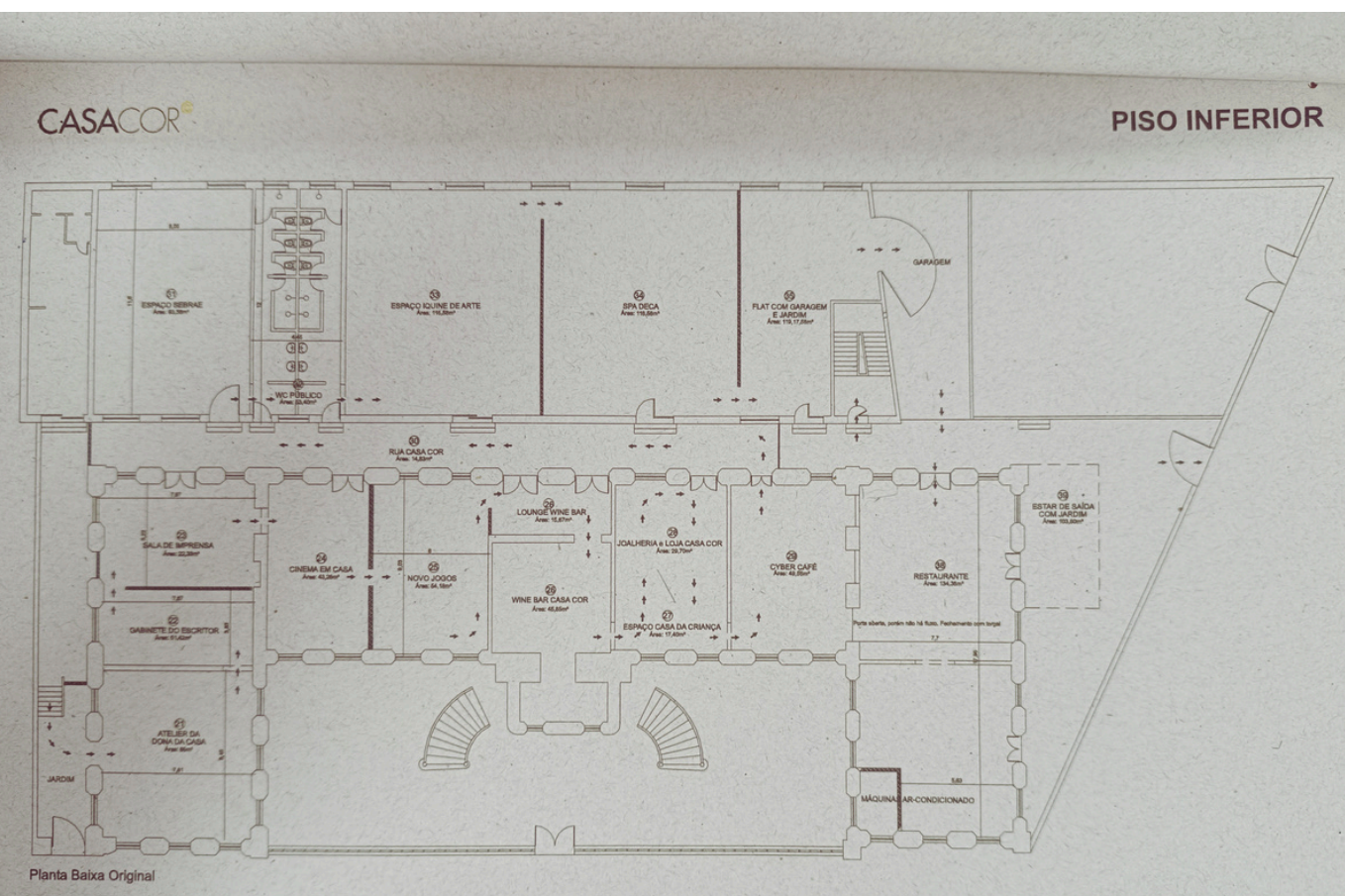


F.50 - Situação da fachada em 2008 durante o CASACOR 2008. Fonte: Márcio Moura, Flickr, 2008.

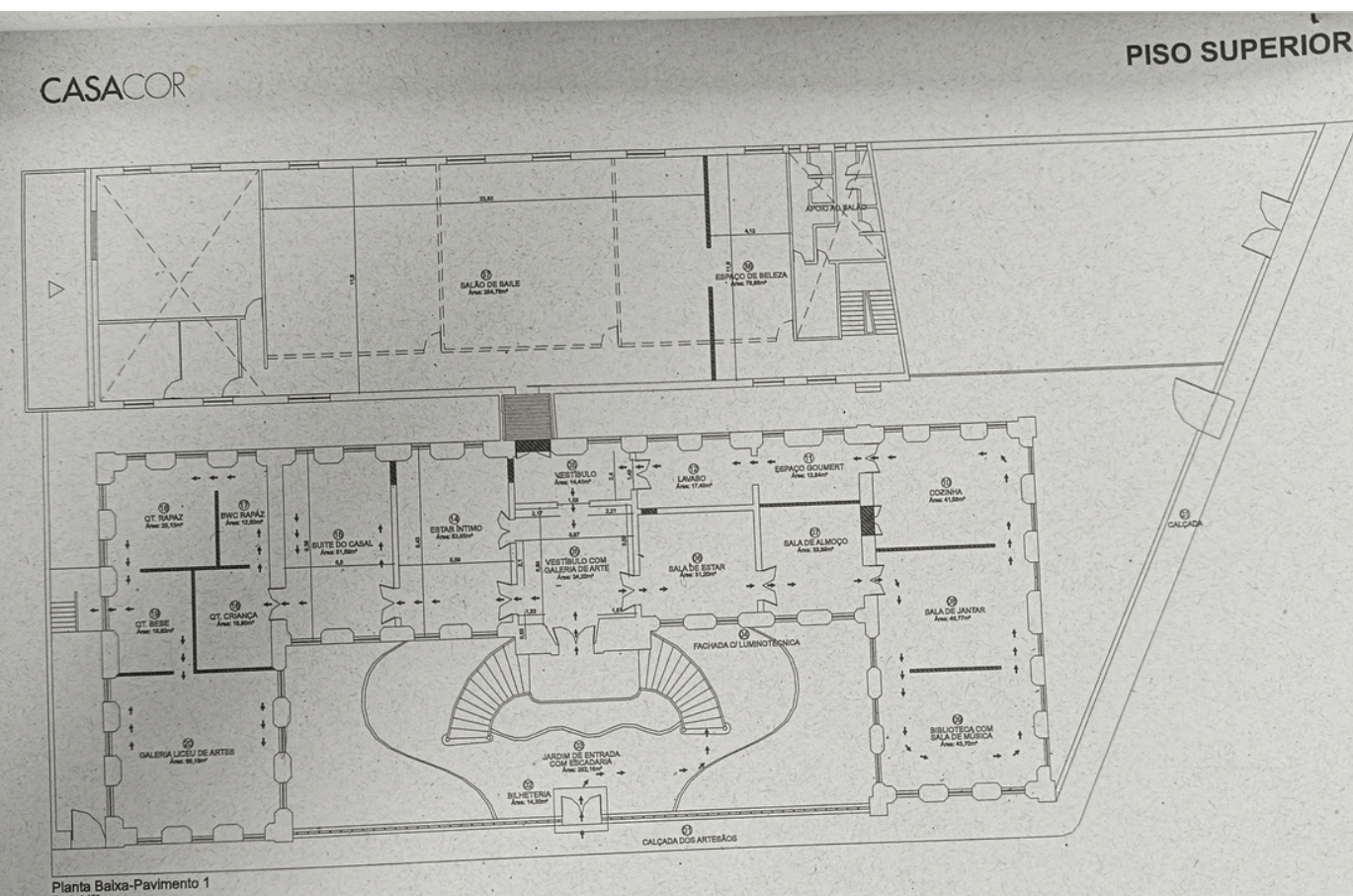
evento e as intervenções previstas em cada um deles. No prédio principal do Liceu de Artes e Ofícios, foram elaborados 30 ambientes, que passaram por diversas intervenções, incluindo a recuperação do assoalho, pintura de paredes, portas e portais, em sua grande maioria. Essas intervenções foram realizadas de forma ampla nos ambientes internos, com especial atenção à recuperação estética dos espaços, visando à adequação para a realização do evento.

Entre os trinta espaços descritos no memorial, encontram-se ambientes nomeados de forma fictícia, como banheiros e lavanderias, que, embora nomeados de acordo com suas funcionalidades, não incluíam instalações hidráulicas. Esses ambientes, destinados exclusivamente para exposição, não tinham intenção de utilização prática, mas serviam como cenários temáticos para o evento.

Além dos ambientes internos, o memorial também abrangeu intervenções em áreas externas. Essas áreas externas, descritas no documento, incluíram o jardim, a bilheteria, o calçamento, além da pintura das fachadas do imóvel. Essas ações, todas voltadas para a adequação estética e funcional do local para o evento, foram detalhadas no documento como parte integral do processo de preparação. O memorial descritivo também mencionou a Rua CasaCor, uma rua que foi incluída no projeto de intervenções, ainda que não fosse parte integrante do patrimônio tombado ou de interesse histórico, segundo o documento. Essa área foi tratada como espaço complementar às atividades do evento, não sendo objeto de rigorosa proteção patrimonial, conforme as diretrizes apresentadas no memorial.



F.51 - Masterplan para piso térreo, projeto CASACOR 2008. Fonte: Acervo Público do IPHAN



F.52 - Masterplan para primeiro pavimento, projeto CASACOR 2008. Fonte: Acervo Público do IPHAN

No que diz respeito ao anexo do Liceu de Artes e Ofícios, foram desenvolvidos projetos para mais de 10 ambientes. Este anexo, embora estivesse inserido no projeto da CasaCor, não era parte do bem tombado, fato que permitiu maior flexibilidade nas intervenções realizadas. Houve a recuperação do piso, pintura de parede, melhoramento de revestimentos, louças e metais sanitários, em caso do projeto para os banheiros públicos. Houve ainda a introdução de um ambiente chamado “Sala de Estar com Jardim” no qual a intervenção temporária foi elaborada em vidro e houve também a recuperação dos passeios com a implantação de área verde. Entretanto, não foi especificada a localização desse ambiente.

Além das intervenções temporárias mencionadas no memorial descritivo, o documento também destacou algumas **modificações permanentes** realizadas no edifício. Entre elas, a recuperação de todo o assoalho do prédio, a pintura de portas e esquadrias de madeira, polimento dos mármore existentes, recuperação dos jardins, pintura externa e interna do imóvel, melhoramento dos passeios externos e a instalação de uma rede elétrica interna adequada (para as necessidades do evento). O memorial detalhou, ainda, a recuperação dos forros de gesso, buscando respeitar o pé-direito original do prédio, bem como a adequação dos banheiros públicos à acessibilidade.

Por fim, as intervenções realizadas no anexo incluíram a recuperação e adequação dos banheiros públicos existentes, que passaram por melhorias para garantir acessibilidade de acordo com as normas contemporâneas.

4.2.2 Linguagem e materialidade



F.53,54,55 e 56 -
Vista interna dos forros
descaracterizados e em gesso
acartonado, provavelmente
inseridos na versão da CASACOR
Pernambuco em 2008. Fonte:
Passos, 2014

A linguagem arquitetônica do Liceu é caracterizada por elementos neoclássicos e detalhes que refletem a estética da época em que foi construído. As características originais, como molduras, esquadrias de madeira e a disposição simétrica dos ambientes, contribuem para a leitura da história do edifício e a sua função educacional.

Com base no que foi discutido no capítulo anterior sobre a metodologia de Vetrone, qualquer intervenção e edificação de relevância histórica deve respeitar a materialidade e a temporalidade que o edifício traz consigo, sem criar um descompasso entre aquilo que existe e a intervenção. No entanto, as ações tomadas pela CasaCor durante as reformas do prédio para o evento evidenciam uma postura que negligencia esses princípios, o que compromete a integridade física e simbólica da construção.

Na proposta de projeto, a subdivisão dos espaços originais em outros ambientes não é um problema grave, mas ao fazer isso utilizando paredes de gesso que comprometem a linguagem material do espaço e, no caso mais grave, o assoalho original, é algo a ser visto com um olhar mais crítico. Além disso, a remoção do reboco original das paredes de tabique e, além de configurar um tratamento inadequado das superfícies históricas, contradiz o princípio de autenticidade defendido por Cesare Brandi. Segundo [Brandi \(2004\)](#), o restauro deve ser "um ato crítico de valorização, cuja finalidade é a reconstituição da unidade potencial da obra de arte, sempre que seja possível, sem cometer falsificações" (p. 47). No caso do Liceu, a remoção quase total do reboco e a proposta de recuperação indicam uma abordagem pouco sensível à originalidade do edifício, que trata os elementos históricos como meros obstáculos a serem manipulados conforme

as necessidades estéticas temporárias do evento.

Além disso, as aberturas de novos vãos, que não faziam parte da estrutura original, contrariam diretamente as recomendações de intervenção em patrimônio histórico, como as destacadas por Viollet-le-Duc e, mais tarde, por Camillo Boito. [Viollet-le-Duc \(1994\)](#) argumentava que as adições devem ser claramente distinguíveis das partes originais, sem alterar a harmonia e a funcionalidade da edificação. Embora a CasaCor tenha previsto o fechamento dos vãos após o evento, a criação de novas aberturas descaracteriza o projeto arquitetônico original, desrespeitando o princípio da distinguibilidade defendido por Brandi e, mais tarde, sistematizado por teóricos como [Kuhl \(2006\)](#).

Além disso, houveram substituições das instalações elétricas e a implantação de novas onde não existiam anteriormente, realizadas com redes embutidas nas paredes, em ambos os pavimentos, o que suscita críticas a essa prática controversa e discutível em edifícios históricos. A técnica de embutir instalações em alvenaria antiga compromete a integridade física das paredes e viola os princípios de reversibilidade, uma vez que a remoção dessas instalações pode acarretar danos permanentes — se realmente houver intenção de removê-las — e compromete igualmente a autenticidade material que, segundo [Brandi \(2006\)](#), é fundamental para a preservação do valor histórico da edificação.

4.2.3 Uso e temporalidade

A crítica acerca do uso e sua temporalidade, aqui analisado juntos, precisaria ser mediada pela consideração das características intrínsecas da edificação em seu contexto histórico e cultural. A proposta de dividir os dois pavimentos e quase duplicar a quantidade de ambientes, em vez de respeitar a configuração espacial original, redefine a função do espaço de maneira arbitrária. E esta postura só evidencia o interesse de gerar mais espaços para mais profissionais, gerar mais espaços expositivos, e consequentemente mais investimentos e lucrar ainda mais. Atitude esta que ignora e, de certa forma, negligencia a história que o Liceu carrega e que, ao longo de várias décadas, serviu a múltiplas funções, desde a educação técnica até a promoção das artes, em um espaço coeso e integrado.

A escolha de criar ambientes temporários para um evento de decoração não apenas altera a percepção do uso do espaço, mas também impõe uma temporalidade que contradiz a ideia de patrimônio como legado. Entretanto, a questão aqui não é necessariamente a adequação do uso temporário em si, mas a ausência de continuidade e de uma estratégia clara para que esses espaços sejam mantidos em uso após o término do evento. Assim, o Liceu que foi o palco de um evento grandioso, em termos de números e visibilidade, como a CASACOR, retornou ao estado de inatividade que caracteriza tantas edificações históricas na cidade. A contradição se aprofunda quando consideramos que, mesmo com intervenções duradouras como as instalações elétricas e hidráulicas, o edifício não foi aproveitado para um uso contínuo e continua abandonado até hoje, evidenciando a fragilidade dos discursos que exaltam a revitalização.

5. CONJUNTO DE EDIFÍCIOS CHANTECLAIR

Neste estudo de caso, foram coletadas informações sobre o Edifício Chanteclair a partir do acervo público digital do IPHAN, que inclui plantas, o masterplan, memorial descritivo e fotos do imóvel antes, durante a reforma e durante o evento. Diferentemente do Liceu, esta edificação, por ter uma edição mais recente, facilitou a coleta de informações, especialmente em relação às imagens. Embora a visita ao local não tenha sido permitida, o material fornecido foi de grande auxílio para a análise, permitindo uma compreensão detalhada da evolução do edifício e das intervenções realizadas.

O Edifício Chanteclair é um conjunto de prédios localizado no Bairro do Recife, situado à margem do Rio Capibaribe. Este conjunto de edifícios ocupa uma quadra inteira delimitada pelas avenidas Marquês de Olinda, Rua Madre de Deus, Vigário Tenório e Cais da Alfândega, inserido em um contexto urbano de grande relevância histórica e arquitetônica para a cidade do Recife.

5.1 - Enquadramento de caso

Segundo Brito (2023), embora não haja documentação exata sobre a data de sua construção, estima-se que o Edifício Chanteclair tenha sido erguido entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Esse período coincidiu com um momento de grandes transformações urbanísticas no Bairro do Recife. Durante esse tempo, a área passou por uma série de reformas e modernizações, especialmente relacionadas ao Porto do Recife, com o objetivo de melhorar a infraestrutura e promover o desenvolvimento econômico da região. O Chanteclair, portanto, faz parte dessa narrativa de crescimento e modernização urbana (Brito, 2023).

Na década de 1920, o edifício já estava presente na paisagem urbana do Recife, como mostrado por registros fotográficos da época. O edifício foi originalmente construído para atender às necessidades dos comerciantes portugueses, funcionando como armazém e escritório. No entanto, em 1932, a propriedade foi adquirida pela Santa Casa de Misericórdia, que transformou o edifício em um espaço de uso misto.

O térreo foi destinado ao comércio, enquanto os andares superiores foram convertidos em

conjunto chateclair



F.57 - Foto com o Edifício Chateclair à direita da imagem, por volta da década de 1920. Fonte: Acervo Fidanza/Laboratório Liber UFPE, Brito, 2023.



F.58 - Foto com o Edifício Chateclair à direita da imagem, por volta da década de 1945. Fonte: Revista AlgoMais, 2022.

residências.

Esse uso misto mostrava uma certa flexibilidade do Chateclair em se adaptar às mudanças na dinâmica urbana da cidade. Entre as décadas de 1940 e 1950, o primeiro andar foi ocupado por uma boate que adotou o nome "boîte Chatecler" o que marcou o início de uma fase de degradação para o edifício (Santos, 2021). Com o passar dos anos, o Chateclair tornou-se um espaço utilizado para boates, casas de shows, pensões e prostíbulos. Essas transformações contribuíram para a desvalorização do edifício e, por extensão, para a deterioração do próprio Bairro do Recife — não única e exclusivamente por conta do edifício em si, é válido ressaltar. Essa situação agravou-se no final dos anos 1970, quando o bairro passou por um esvaziamento populacional e econômico, refletindo uma crise mais ampla que afetou a cidade do Recife (Brito, 2023).

Em um esforço para reverter essa tendência, o Bairro do Recife foi incluído no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 15 de dezembro de 1998, atualmente, a área do bairro abrange 467,8 hectares, representando aproximadamente 2,13% do total de 21.949,3 hectares da cidade do Recife. Ela está inserida no Centro Histórico do Recife e localizada na Região Político-Administrativa (RPA) 1, uma das seis RPAs que subdividem a cidade segundo o zoneamento territorial definido pela legislação municipal (Silva, 2006). Essa inclusão garantiu proteção ao Chateclair e a outros edifícios históricos da área e este reconhecimento, como patrimônio protegido, foi um passo importante para iniciar a revitalização do bairro e, por consequência, do edifício. Diversos projetos foram propostos ao longo dos anos, incluindo

conjunto chateclair



F.59 - Vista externa Edifício Chateclair em 2008. Fonte: PedroValadares, 2008/Flickr



F.60 - Foto do Edifício Chateclair em estado de completo abandono, por volta de 2008. Fonte: Bruno Nogueira, 2008/Flickr



F.61 - Vista interna de um ambiente no ultimo pavimento. Visível a ausência do telhado. Fonte: PedroValadares, 2008/Flickr

transformações do Chateclair em hotel ou centro cultural, mas nenhum desses projetos foi implementado de forma efetiva.

Segundo Brito (2023), em 2001, iniciou-se um estudo para a restauração das fachadas do conjunto, que revelou um estado avançado de deterioração. O edifício estava desprovido de coberturas e forros, e suas paredes e pisos estavam gravemente danificados. As obras de restauração começaram em 2003, mas foram interrompidas devido à falta de financiamento. O projeto de intervenção envolveu uma PPP (parceria público-privada) entre o Programa Monumenta/BID, a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) e a iniciativa privada, com um investimento planejado de R\$ 9 milhões para a conclusão das obras. No entanto, a empresa responsável pelo projeto abandonou o trabalho, e a responsabilidade pela restauração passou para a PCR, que procurou novas parcerias para retomar as obras.

Somente no final de 2010, beirando às ruínas, as obras de recuperação da fachada foram retomadas e concluídas em maio de 2012. A decisão de continuar com a restauração foi impulsionada por uma determinação judicial, que exigiu a ação do Iphan para garantir a continuidade do trabalho. Entregue à empresa Jorge Passos Arquitetura & Restauo, o conjunto das seis edificações, oito módulos que formam o Edifício Chateclair, e o torreão do telhado passou por intensas intervenções.

Para trazer de volta a beleza original da fachada, foi preciso restaurar 106 janelas, 130 portas e 744 ornatos decorativos, medindo cerca de 3,8 m de altura, 60 cm de largura e 35 cm de espessura. Os 70 operários retiraram os elementos inutilizados e trabalharam na fundição dos moldes, restaurando os adornos, com argamassas, cimento, cal e areia. Toda



F.62 - Vista externa do edifício durante o processo de restauro das fachadas e cobertura. Fonte: Jorge Passos, 2012/ Jorge Passaos Arquitetura & Restauro.



F.63 - Vista externa do edifício durante o processo de restauro das fachadas. Fonte: Jorge Passos, 2012/ Jorge Passaos Arquitetura & Restauro.

cobertura, de telhas francesas, também passou por restauro, com análises químicas e físicas, para que a composição não sofresse alterações. No próprio canteiro de obras foram restaurados os tijolos maciços e regularizados os vãos das esquadrias interiores, de onde partiu todo o trabalho, enquanto o escoramento das lajes internas era aguardado. (Anuário CASACOR PE 2022, sem p.)

Passos finaliza dizendo que “o prédio, assim como todo o conjunto arquitetônico do bairro do Recife[...]só começou a ser valorizado no final da década de 1990 [...] Através do antigo redescobrimos o novo e, assim, trazemos de volta a nossa identidade” (Revista *SIM!*, [s.d], sem p.). Entretanto, apesar da conclusão da recuperação da fachada, o edifício continuou desocupado, gerando preocupações sobre sua manutenção e utilização futura. Quando ainda faltavam cinco meses para o término da reforma em 2012, já era evidente este trágico fim que perpassa até os dias atuais.

[...] a Realesis Recife Empreendimentos Imobiliários não sabe que destino dará a edificação. A informação é fundamental para a segunda etapa do projeto, que deve começar em março de 2012 e prevê a reforma interna do prédio, com a adaptação ao novo uso (Jornal do Comércio, 2008).

Finalmente, em 2022, após uma década desde a conclusão das obras de restauração, o Edifício Chanteclair foi reaberto ao público para sediar a CASACOR Pernambuco em sua 25ª edição. Este evento, que normalmente dura pouco mais de um mês, trouxe, momentaneamente, uma nova vida ao edifício, permitindo que ele fosse novamente valorizado e utilizado no contexto cultural contemporâneo.



F.64,65 e 66 - Detalhes dos ornamentos das fachadas após o restauro. Fonte: Jorge Passos, 2012/ Jorge Passos Arquitetura & Restauro.

Antes de adentrar na discussão acerca das intervenções realizadas no edifício para sediar o evento, julga-se necessário compreender como é a abordagem e diretrizes para bens e sítios tombados e/ou inseridos numa área de preservação rigorosa, como é o caso do edifício Chateclair e sua respectiva localização no bairro do Recife.

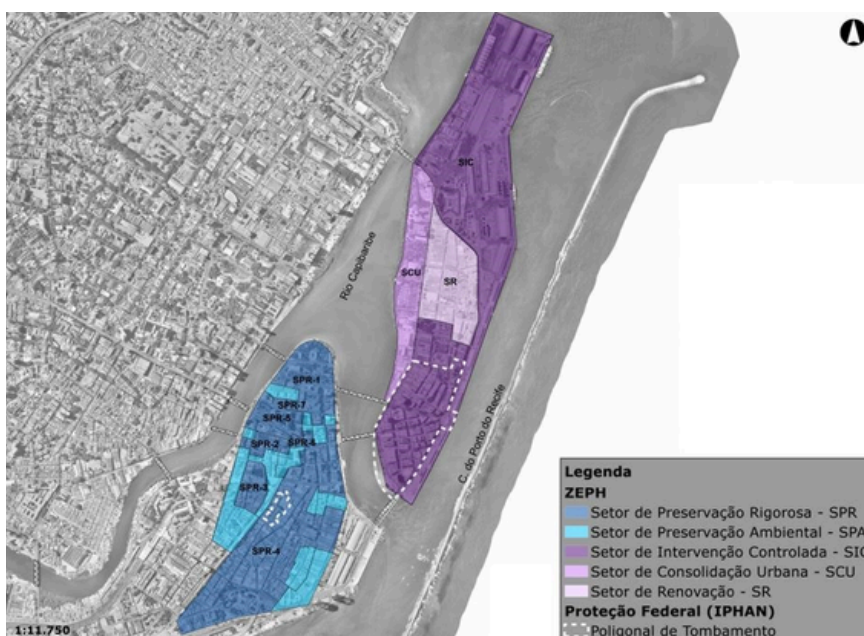
5.1.2 - Políticas de Preservação e Intervenção Arquitetônica no Recife Histórico

O bairro do Recife, no qual o conjunto está localizado, conforme [Silva \(2006\)](#), está inserido em uma [Zona Especial de Proteção Histórica \(ZEPH\)](#), além de fazer parte de uma área designada como [SIC \(Setor de Intervenção Controlada\)](#). De acordo com a Lei 16.290/97, todas as intervenções nessa área devem ser compatíveis com a identidade arquitetônica do imóvel, assim como com as características das edificações localizadas nas ruas e quadras adjacentes, garantindo a harmonia entre o uso proposto e as atividades desenvolvidas no entorno, conforme observado no artigo 8º e 9º da lei 16.290/97:

Art. 8º No Setor de Intervenção Controlada - SIC, a ação pública tem como objetivo promover a dinamização de usos e atividades e a valorização de suas características predominantes, compreendendo:
I - traçado urbano e conjunto edificado, de composição estilística de influência do ecletismo e remanescentes coloniais, bem como novos elementos compositivos e volumétricos introduzidos, de influência protomoderna e moderna;

[...]

Art. 9º As intervenções, que introduzam novos elementos arquitetônicos, usos ou atividades, deverão ser compatíveis com a identidade arquitetônica do imóvel objeto da obra e das edificações, nas



F.67 - Mapa ZEPH do Bairro do Recife e polígono de tombamento pelo IPHAN. Fonte: Geysa Vilela, 2021/InvesteRecife.

ruas e quadras adjacentes, considerando:

I - a volumetria, compreendendo gabarito, ocupação, disposição da coberta;

II - os elementos estilísticos;

III - as aberturas, compreendendo a relação de cheios e vazios e concepção das esquadrias;

IV - os materiais construtivos e revestimento, compreendendo materiais expostos de vedações, coberta, esquadrias e elementos complementares.

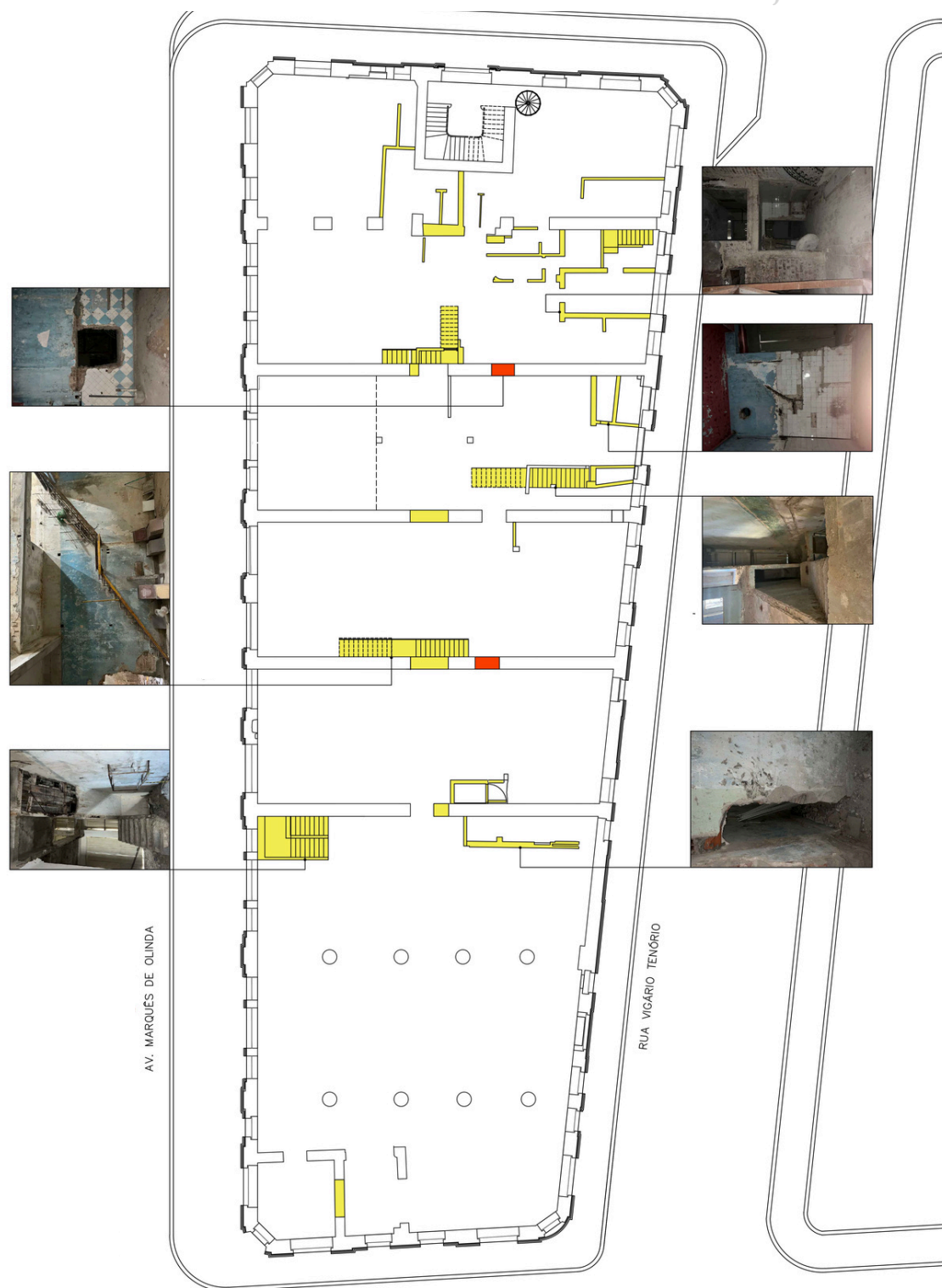
Além disso, uma parte significativa do bairro encontra-se dentro do polígono tombado em nível federal pelo IPHAN, o que reforça a necessidade de preservação rigorosa de seu valor histórico e arquitetônico e as intervenções neste referido polígono devem passar pela análise e aprovação do IPHAN.

A Coordenação de Conservação do Patrimônio Material do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN desenvolveu um manual com o propósito de estabelecer diretrizes e uniformizar os procedimentos para a elaboração e contratação de Projetos de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis e Integrados. Este manual abrange tanto aspectos técnicos quanto conceituais, visando assegurar que as propostas de intervenção sejam amplas e apropriadas ao valor cultural dos bens que se pretende preservar. Mas, de maneira geral, as premissas destacadas no manual, abordam as questões aqui antes discutidas: *mínima intervenção, autenticidade, compatibilidade, distinguibilidade, retratabilidade, autenticidade histórica, valores simbólicos, mapa de danos e transposição.*

O conjunto de imóveis em questão pertencia à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife, administrado por sua assistente, Realesis Recife Empreendimentos Imobiliários S.A. No momento da solicitação da Projetar Serviços e Organização de Eventos Eirelli, responsável pela CASACOR, para que o Chanteclair fosse sede do evento, o conjunto de edifícios que o compunha estava envolvido em uma ação judicial - e ainda está, diga-se de passagem. Tal ação, que tramitava há anos, exigia que a Irmandade e a Realesis realizassem o restauro integral do edifício, o que indicava a necessidade urgente de intervenções para a preservação do patrimônio, o que se tornou um considerável empecilho para aceitação do projeto do evento.

Entretanto, segundo a equipe organizadora do evento, a idealização do projeto estava alinhada com o programa "RECENTRO" da Prefeitura do Recife, que, à época, tinha como principal objetivo a recuperação e revitalização urbana e social da região central da cidade. O programa Recentro visava à requalificação de áreas históricas e degradadas, incentivando o retorno de moradores, o fortalecimento do comércio local e a promoção do turismo cultural. Nesse contexto, a justificativa do CASACOR, ao utilizar edificações históricas como o Edifício Chantecler, se inseria no esforço de revitalização, proporcionando temporariamente um impacto positivo em termos de restauração física e movimentação econômica e cultural.

Tendo isso em mente, exigências foram impostas pelos órgãos responsáveis pela preservação e regulamentação do patrimônio —IPHAN, FUNDARPE, ULZE/SEPUL/PCR, DPPC/ICPS/SEPUL/PCR—, como de costume, que orientaram a proposta de intervenção e adaptação da edificação. O colegiado técnico envolvido fez diversas solicitações no intuito de



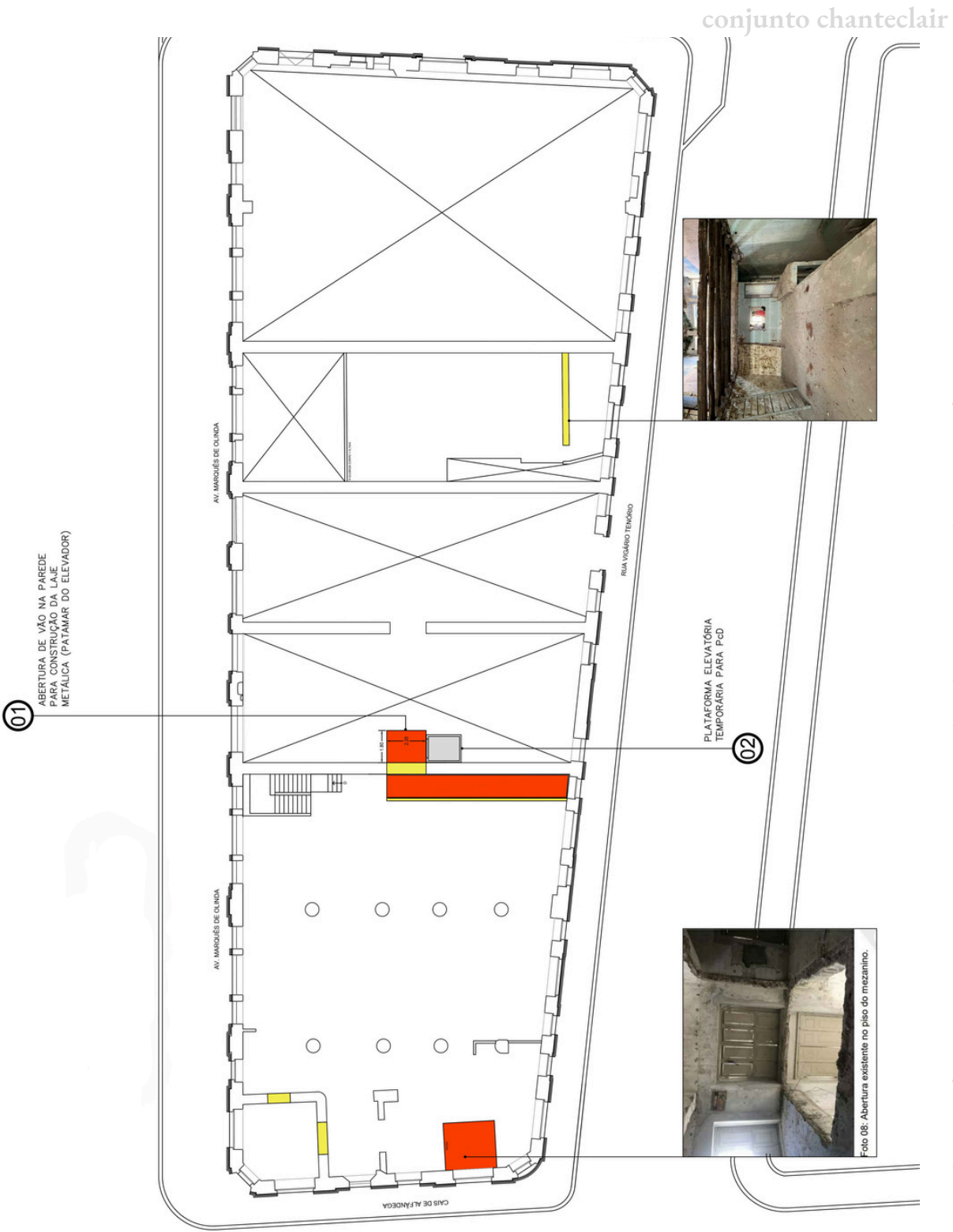
F.68 - Planta de reforma do piso térreo. Fonte: Gabriela Melo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

garantir que as intervenções respeitassem a integridade estrutural e histórica do imóvel, além de assegurar a segurança e adequação do uso temporário.

Dentre as principais exigências, destacou-se a necessidade de um laudo técnico detalhado sobre a situação estrutural do edifício. Esse laudo tinha como objetivo avaliar se a edificação estaria apta a suportar o evento e as adaptações temporárias propostas, identificando possíveis áreas de risco. Além disso, foi solicitado o parecer do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, assegurando que as condições de segurança, tanto para o público quanto para o edifício, estivessem devidamente atendidas. A recomendação incluía ainda a criação de um espaço de memória dentro do evento, dedicado à história e importância do Chanteclair, sublinhando o valor histórico e cultural do edifício para a cidade do Recife.

Outra exigência importante foi a de que o edifício fosse aproveitado em sua totalidade, respeitando seus limites físicos e arquitetônicos. Isso implicava na preservação dos elementos originais, como revestimentos, pisos e paredes, proibindo, por exemplo, a abertura de rasgos em paredes ou a demolição de partes não comprometidas estruturalmente. O piso original, onde ainda estivesse em condições de uso, deveria ser mantido e reaproveitado. Além disso, as demolições seriam permitidas apenas em casos de extrema necessidade, principalmente para resolver questões estruturais e de acessibilidade, conforme os parâmetros legais.

Um dos pontos centrais foi a exigência de que todas as intervenções fossem reversíveis. Esse princípio visava garantir que, após o término do evento, o edifício pudesse retornar ao seu estado



F.69 - Planta de reforma do primeiro pavimento. Fonte: Gabriela Melo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

original sem comprometer suas características patrimoniais. A infraestrutura necessária para a realização do evento, como a instalação de equipamentos temporários, deveria ser projetada com o conceito de reversibilidade em mente, para que futuras utilizações do imóvel não fossem prejudicadas.

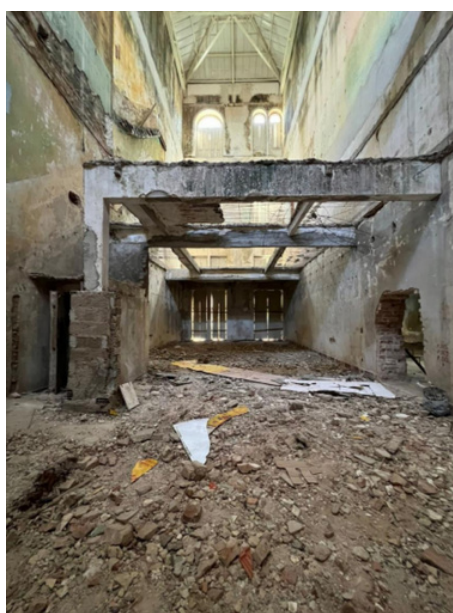
Adicionalmente, foi levantada a questão de que, por se tratar de um uso temporário, não seria permitido o acréscimo de estruturas técnicas no telhado, como a instalação de condensadores de ar-condicionado. Em vez disso, sugeriu-se que a instalação desses equipamentos ocorresse na rua ou na laje da torre do edifício, buscando uma solução que minimizasse o impacto visual e estrutural sobre a edificação.

5.2.1 Memorial descritivo

Segundo o memorial descritivo e plano de ação submetido à avaliação pelos órgãos responsáveis, o projeto de intervenção foi dividido em cinco etapas, com o objetivo de reabilitar a estrutura e preparar o imóvel para sediar a 25ª edição do CCPE. A seguir, detalha-se o plano de ações aprovado e realizado:

1. Concretagem e Nivelamento do Piso Térreo

A primeira etapa consistiu na remoção de todo o entulho e material acumulado no interior do edifício, seguido pela concretagem e nivelamento de aproximadamente 1.200 m² de piso no pavimento térreo. Esta intervenção visou criar uma superfície uniforme e acessível, em conformidade com as normas técnicas de circulação e acessibilidade.



F.70, 71, 72 e 73 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada a concretagem e o nivelamento de todo o piso térreo. Fonte: Gabriela Melo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

2. Reparos nas Paredes Remanescentes

Foram realizados reparos pontuais nas paredes internas do edifício, mantendo-se os elementos arquitetônicos originais quando possível. Muitos trechos de alvenaria estavam expostos, com ferragens oxidadas e demolições parciais. Pequenas intervenções foram executadas para garantir a estabilidade e segurança, sem descaracterizar os aspectos históricos.

3. Demolição de Estruturas não Pertencentes ao Imóvel

Elementos adicionados ao longo dos anos, sem valor histórico ou estrutural, foram removidos conforme avaliação técnica realizada por especialistas em patrimônio. Esta ação buscou restaurar a integridade visual e estrutural do edifício, permitindo que a intervenção respeitasse os parâmetros originais.

4. Substituição e Reforço de Escadas

As escadas originais, fortemente oxidadas e comprometidas estruturalmente, foram substituídas por novas escadas em concreto, respeitando as características formais e funcionais das anteriores. Esta intervenção seguiu o critério de preservação da identidade arquitetônica do edifício, garantindo segurança estrutural.

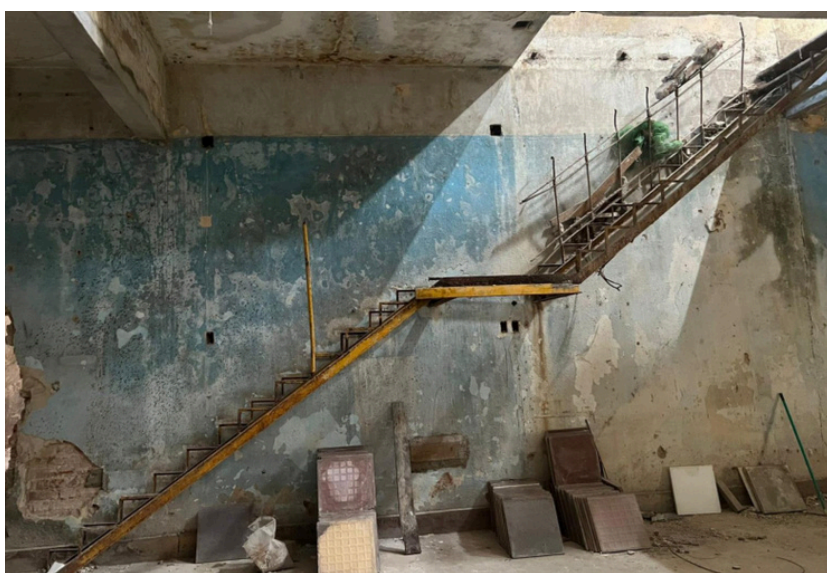
5. Capinagem e Limpeza Externa

A última etapa do processo envolveu a remoção de vegetação que circundava o imóvel, além da limpeza completa das áreas externas, preparando o espaço para a ocupação temporária do evento.

Durante o processo de intervenção, foi aprovada a demolição de paredes espúrias sem função estrutural ou relevância histórica. As aberturas nas paredes foram alinhadas, permitindo uma circulação uniforme, com foco em acessibilidade e otimização dos espaços. As lajes incompletas e com ferragens expostas foram fechadas de modo a garantir a segurança e preservar a estrutura. O engenheiro calculista responsável recomendou o uso de estruturas metálicas em áreas específicas, a fim de evitar sobrecargas e viabilizar uma obra rápida.



F.74, 75, 76 e 77 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, ambientes onde será realizada o reparo e nivelamentos das paredes. Fonte: Gabriela Melo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.



F.78 - Fotos da visita realizada antes das reformas pela CASACOR, onde será realizada a demolição de elementos não pertencentes a edificação. Fonte: Gabriela Melo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

Foram instaladas paredes de drywall — estruturas pré-fabricadas de aço e fechamento em placas de gesso —, construídas de forma reversível, a fim de que a intervenção não causasse danos irreversíveis ao bem, conforme solicitado e informado pelo IPHAN - Manual Elaboração de Projetos para Intervenções em Bens Culturais Móveis e Integrados. Além disso, uma plataforma elevatória foi instalada a fim de assegurar a plena acessibilidade, permitindo que pessoas com deficiência e com necessidades especiais tivessem acesso a todos os espaços do evento. Além de estar presente na área externa, uma caixa de vidro reflexiva, para fins de composição estética. O projeto paisagístico, assim como o mobiliário urbano e as soluções de iluminação, foram desenvolvidos, segundo o memorial descritivo, com o intuito de criar uma integração visual entre o interior do edifício e o espaço público circundante.

Ainda, segundo o memorial descritivo, alguns elementos instalados durante o evento foram deixados no imóvel, para futuras ocupações. Entre as instalações permanentes, destacam-se as redes de esgoto e elétrica, que foram preparadas para atender às necessidades de eventuais ocupações futuras, como a adaptação de cozinhas e banheiros - fica subentendido portanto que essas benfeitorias tenham ocorrido no térreo e primeiro pavimento.

5.2.2 Linguagem e materialidade

No caso do Chanteclair, a intervenção da CCPE parece ter adotado uma abordagem que priorizou a criação de um contraste entre o antigo e o contemporâneo ao invés de um diálogo, com o uso de elementos como a caixa de vidro reflexiva na área externa, cores, materiais e composição estética. Embora essa escolha, à primeira vista, possa ser vista como uma tentativa de gerar uma narrativa visual moderna, ela igualmente pode levantar questões sobre a coerência e o respeito pela essência histórica do edifício. Pois soluções arquitetônicas modernas aplicadas de forma tão ostensiva contrastam com a linguagem arquitetônica do bem em questão e sua necessidade de uma intervenção mais sutil e integrada, que reforçasse a continuidade e a preservação do legado arquitetônico do mesmo. A leitura arquitetônica, ao invés de ser aprofundada ou ampliada, é diluída por essa interferência moderna, que impõe um novo discurso ao invés de dialogar com o existente.

No que tange à materialidade, a metodologia de Vetrone enfatiza a importância de uma compatibilização entre os materiais originais do edifício e aqueles introduzidos na intervenção. Esse ponto é especialmente crítico no caso de patrimônios históricos, onde a integridade dos materiais desempenha um papel fundamental na manutenção do valor cultural e estético do imóvel, como discutido no exemplo de caso anterior. No entanto, o projeto da CCPE optou por soluções rápidas e economicamente viáveis, como o uso de drywall para a criação de divisórias internas e a substituição das escadas originais por estruturas metálicas e de concreto. Pode-se considerar que o uso do drywall, uma estrutura mais leve e desmontável, mostra um avanço



F. 79, 80, 81 e 82 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo e mezanino, entre julho e outubro. Fonte: João Magno Vieira de Mélo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

quando comparado a intervenção feita no caso estudado anteriormente, no qual foram construídas paredes de gesso, adicionando peso e comprometendo a estrutura do piso existente.

O uso do concreto no edifício em questão trouxe melhorias substanciais no que se refere ao reforço estrutural, sobretudo nos pisos de laje. Esse reforço foi bem-sucedido em termos de estabilidade, contribuindo para a segurança e durabilidade do edifício. No entanto, é importante destacar que a introdução desse material impactou negativamente em algumas características históricas e arquitetônicas originais. Elementos como as paredes de tijolos sólidos, sobrepostos horizontalmente e com acabamentos tradicionais, foram apagados ou encobertos pelo concreto, comprometendo a autenticidade do edifício e sua integridade histórica. Reconhece-se que, nesses casos, as argamassas de cal são as mais adequadas para a conservação das características de edifícios históricos, devido à sua compatibilidade e, claro, à durabilidade (Kanan, 2008). Entretanto, conforme Veiga (2018), o conhecimento técnico e científico sobre o comportamento desse material e os fatores que influenciam sua eficácia está bem consolidado. No entanto, o uso dessas argamassas em projetos de conservação ainda é relativamente raro e não amplamente disseminado (Veiga, 2018), mesmo que o conhecimento técnico e científico sobre seu comportamento e fatores que influenciam sua eficácia sejam bem consolidados.

As argamassas, rebocos e acabamentos antigos à base de cal desempenham importantes funções na estrutura das alvenarias tradicionais e contribuem para a aparência, como também para a conservação muito eficaz do edifício, pois impedem a deterioração do esqueleto, ao absorverem a agressão dos agentes atmosféricos e possibilitarem a manutenção periódica. Esse sistema de argamassas à base de cal funciona como uma estrutura articulada de juntas de dilatação e



F. 83, 84, 85 e 86 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro. Fonte: João Magno Vieira de Mélo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

deformação capaz de absorver tensões e umidade e atuar como elemento de sacrifício do edifício; da mesma forma, os revestimentos formam uma membrana capaz de absorver agressões atmosféricas e proteger a estrutura interior, que é feita, muitas vezes, com alvenaria excessivamente porosa e irregular” (Kanan, 2008, p.18).

Por outro lado, houve decisões que se destacam positivamente, como o reaproveitamento das esquadrias e janelas originais, o que contrasta com outras edições da CCPE, como a de 2016, realizada no casarão Othon Lynch, onde as janelas foram completamente ignoradas, criando ambientes que pareciam utilizar apenas a "casca" do edifício, sem qualquer tentativa de integração com sua espacialidade interna, uma postura de negação ao edifício. Para além das esquadrias, em contrapartida, no caso do edifício Chanteclair, a lógica de utilização da edificação como uma "casca" também se fez presente em alguns ambientes, nos quais se criou um universo interno completamente desconectado da arquitetura original. Embora os corredores e áreas de circulação mantivessem traços do edifício original, a sensação de desconexão predominou em alguns ambientes, com a inserção de elementos temporários e cenográficos que não dialogam com o contexto no qual o evento se inseriu, reforçando a crítica sobre o uso efêmero de edificações patrimoniais para eventos de curta duração, sem o devido respeito ao seu valor intrínseco.

5.2.3 uso e temporalidade

Com relação ao seu uso e função, o evento, ao utilizar edifícios históricos como o Chanteclair, contribui para sua visibilidade e isso pode, de certo modo, ser visto como uma tentativa de revitalização, pois o edifício é temporariamente resgatado do abandono e reintegrado ao

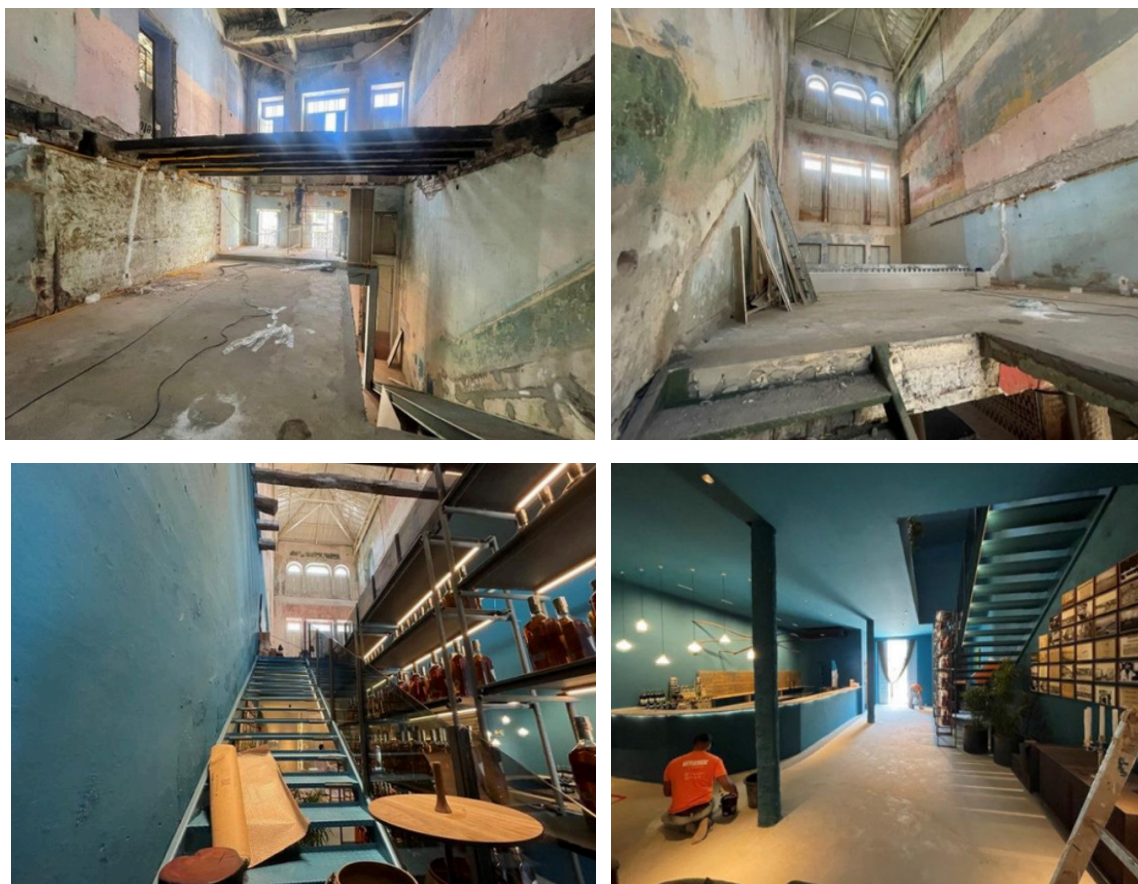


F. 87, 88, 89 e 90 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro. Fonte: João Magno Vieira de Mélo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

cotidiano da cidade, ainda que por um curto período. Conforme discutido nos capítulos anteriores, a própria ideia de reuso temporário não é, em essência, contraditória aos princípios de preservação, desde que feita de maneira respeitosa às camadas históricas do imóvel e às suas características originais. E, neste caso em específico, a questão uso e função esbarra inevitavelmente na questão da temporalidade das intervenções, portanto não julga-se eficaz fazer uma análise separada para ambos discursos..

No que se refere, desse modo, ao uso e à temporalidade das intervenções realizadas no Edifício Chateclair, era perceptivelmente óbvio, desde o início, que o caráter temporário das ações norteia todo o processo de reutilização. Embora certas intervenções possam ser consideradas "atemporais", na medida em que algumas instalações, como as hidráulicas e parte da elétrica, foram mantidas para futuros usos, essa durabilidade é relativa e restrita, conforme indicado no memorial descritivo de 2022. É provável que já houvesse um planejamento para a reutilização da edificação na edição subsequente, realizada em 2023, ainda que não haja informações claras se essas instalações foram removidas ou permanecem intactas.

Atualmente, o Chateclair se encontra novamente vazio e abandonado, tendo retornado à sua condição anterior de desuso, com resquícios das intervenções ainda perceptíveis. Essa situação revela que, apesar das promessas de temporariedade e reversibilidade feitas inicialmente, algumas alterações não foram completamente removidas, contrariando, até certo ponto, o que se poderia esperar de uma intervenção inteiramente reversível. No entanto, vale salientar que as mudanças realizadas não contrariam os preceitos estabelecidos por críticos ou pelas legislações vigentes no



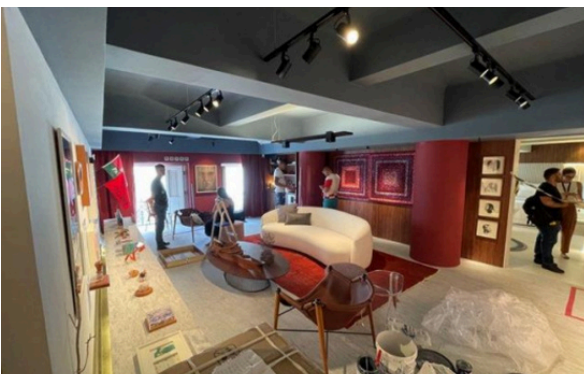
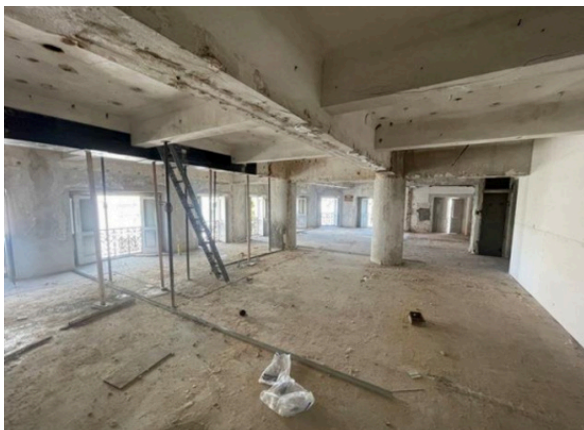
F.91, 92, 93 e 94- Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de alguns ambientes do térreo, entre julho e outubro. Fonte: João Magno Vieira de Mélo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

bairro onde o edifício se localiza. O uso proposto pela CASACOR não é incompatível com a natureza histórica da edificação, mas é o caráter efêmero dessa ocupação e sua metodologia de intervenção é o que desperta críticas.

O discurso dos organizadores do evento, que afirma buscar "reviver as edificações históricas" do Recife, soa contraditório frente ao padrão de uso temporário e pontual que tem sido adotado. Ao revitalizar o Chanteclair apenas durante o período do evento, e permitir que ele volte ao abandono logo após seu término, reforça-se uma lógica cíclica de ocupação efêmera, que foi amplamente discutida no capítulo anterior. Esse ciclo de uso temporário acaba por não promover a reintegração real dessas edificações ao contexto urbano, resultando em edifícios que, após breves períodos de vivacidade, são novamente negligenciados.

A questão aqui não é necessariamente a adequação do uso temporário em si, mas a ausência de continuidade e de uma estratégia clara para que esses espaços sejam mantidos em uso após o término do evento. Assim, o Edifício Chanteclair, que por dois anos consecutivos foi o palco de um evento grandioso, em termos de números e visibilidade, como a CASACOR, retornou ao estado de inatividade que caracteriza tantas edificações históricas na cidade. A contradição se aprofunda quando consideramos que, mesmo com intervenções duradouras como as instalações elétricas e hidráulicas, o edifício não foi aproveitado para um uso contínuo, evidenciando a fragilidade dos discursos que exaltam a revitalização.

Ao comparar os dois estudos de caso, Liceu de Artes e Ofícios, em 2008, e o Edifício Chanteclair,



F. 95, 96 e 97 - Fotos das visitas realizadas e antes das reformas, durante as reformas e no início do CASACOR, vista interna de um dos ambientes do primeiro pavimento, entre julho e outubro. Fonte: João Magno Vieira de Mélo, 2022/ Sistema Eletrônico de Informações IPHAN.

em 2022-2023, é visível a maneira como as intervenções focadas apenas na estética podem ser potencialmente danosas à integridade do patrimônio, o Liceu principalmente. Como visto, o Liceu, além de ser uma edificação com uma função educacional contínua, sua estrutura ainda mantinha ativa a configuração original dos espaços; enquanto que o Chateclair já se encontrava vazio, sem ocupação funcional e sem divisões internas delimitados antigos ambientes, o que facilitou, em certa medida, a realização de intervenções efêmeras, permitindo maior sem grandes restrições espaciais.

6. FECHAMENTO E PERSPECTIVAS FUTURAS

A conclusão deste trabalho, com base em todas as leituras, análises conceituais e teóricas realizadas, reafirma a importância da preservação e conservação do patrimônio histórico como uma forma de perpetuar não somente a memória, mas também os aspectos materiais e simbólicos presentes nas edificações. A vivacidade de um edifício não reside apenas em sua manutenção física, mas também no uso adequado que se faz dele, o que permite que o patrimônio continue a interagir com a sociedade. O reuso das edificações, como discutido, é um elemento central para manter esse dinamismo, conferindo-lhes novos significados e funções dentro de um contexto contemporâneo.

Quando Cesare Brandi discute a necessidade de alcançar a "unidade potencial histórica e estética" em seus princípios de restauro, ele aponta que as intervenções em patrimônios edificados não devem comprometer o valor histórico nem o valor estético. O objetivo do restauro, segundo Brandi, é equilibrar esses dois aspectos, integrando o passado com o presente, de modo que o edifício seja compreendido tanto em sua historicidade quanto em sua expressividade estética. A ausência de um desses elementos é capaz de comprometer a unidade da obra de arte ou do monumento histórico.

No entanto, quando observamos a atuação do CasaCor para com patrimônio cultural edificado, fica evidente que a balança pende desproporcionalmente para o lado estético, em detrimento da preservação histórica. A CasaCor prioriza a criação de ambientes temporários que impressionam pela sua modernidade e inovação estética, enquanto negligencia o espaço que cerca esses ambientes, os valores históricos intrínsecos às edificações que sediam suas exposições. Embora seu discurso oficial muitas vezes faça referência ao "resgate" e "reavivamento" de edifícios históricos, a

prática revela outra realidade, como foi evidenciado durante este trabalho, a atenção está centrada na transformação estética, muitas vezes em dissonância com os princípios de conservação que valorizam a história e a materialidade original do edifício. E os mesmos, após o evento, em sua grande maioria, caem novamente ao esquecimento e abandono, como abordado na linha do tempo das edificações-sede. O evento utiliza essas edificações como meros cenários temporários para intervenções altamente estilizadas, onde o design contemporâneo e as transformações estéticas são o foco principal e único. Isso é visível nas montagens e instalações que, muitas vezes, não respeitam a materialidade original dos edifícios e, em certos casos, causam danos ou desconfigurações irreversíveis.

Além disso, [Teixeira \(2024\)](#) faz uma distinção, com base em [Riccardo Dalla Negra \(2020\)](#), entre uma arquitetura "sobre" as preexistências e uma arquitetura "para" as preexistências. Enquanto a primeira se limita a inserir o novo sem dialogar profundamente com o antigo, a segunda busca uma atualização do patrimônio, integrando-o de forma vital à contemporaneidade. Infelizmente, a maior parte das intervenções temporárias vistas em eventos como a CasaCor tendem a adotar a primeira abordagem, privilegiando a estética do novo sem considerar adequadamente o valor histórico e cultural do antigo.

Quando abordada a questão da materialidade, a escolha inadequada de materiais e técnicas de "restauro" revela ainda mais uma imaturidade na abordagem desses eventos, que muitas vezes falham em respeitar as especificidades construtivas das edificações históricas e sua integridade. Ainda que se perceba uma melhoria no tratamento das intervenções ao longo dos anos, como

observado na edição de 2022 em comparação à de 2008, o fato é que tais intervenções permanecem temporárias, e o destino final dessas edificações, muitas vezes, volta a ser o abandono.

Ademais, com relação a esta lacuna referente à ausência de um plano de uso a longo prazo para essas edificações, após o fim das exposições temporárias, precisa ser discutida. Embora o uso de edificações históricas em eventos como a CasaCor demonstre “sucesso” temporário, conforme evidenciado pela linha do tempo apresentada, esse êxito não tem sido suficiente para gerar um interesse sustentável de uso prolongado após o término das exposições. Portanto, uma possível solução, que poderia ser objeto de estudos futuros, seria a criação de parcerias entre eventos como o CasaCor, e órgãos governamentais ou privados, a fim de garantir que esses imóveis sejam integrados de forma mais permanente ao tecido urbano e cultural. O estabelecimento de polos criativos, por exemplo, poderia ser uma maneira de dar continuidade ao uso dessas edificações, transformando-as em espaços multifuncionais e dinamizadores, em vez de limitá-las a eventos temporários.

Embora a CasaCor, por sua natureza, não promova diretamente o uso prolongado ou a criação de polos criativos, sua visibilidade poderia ser um ponto de partida para iniciativas dessa natureza. Após os eventos, essas edificações poderiam ser alvo de projetos permanentes, nos quais o diálogo entre o antigo e o novo não se limite ao período de uma exposição temporária, mas evolua para uma ocupação contínua e adaptativa. A reutilização prolongada desses imóveis, com programas que incluam atividades educativas, culturais e de inovação, oferece uma oportunidade para, ao

menos, reverter o ciclo de abandono e para estabelecer um vínculo duradouro do edifício com a cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, N. **Rediscutindo alguns aspectos da preservação do patrimônio urbano: a cidade como palimpsesto e a estratificação dos sítios de valor histórico-artístico.** In: Seminário de história da cidade e do urbanismo, 2008. V. 10. N. 2. Disponível em: <http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1210/1185>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ANTONIAZZI, Giovanna. **Retrofit de edificações na Europa.** Relatório final de iniciação científica, Universidade Federal do Paraná, Curitiba - PR, 2019. Disponível em: https://grupothac.weebly.com/uploads/6/8/3/8/6838251/ufpr2019_ic_giovanna_antoniazzi_rel_final.pdf. Acesso em: 1 jul 2024.

ARGAN, G. C. **História da Arte como História da Cidade.** [s.l.] Editora Martins Fontes, 2001. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/507904636/Historia-Da-Arte-Como-Historia-Da-Cidade-by-Giulio-Carlo-Argan-Z-lib-orgCidade>. Acesso em: 08 mai. 2024.

ARRAES, Esdras Araujo. **Goethe diante de duas catedrais góticas.** Arqtextos, São Paulo, ano 21, n. 244.04, Vitruvius, set. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/21.244/7879> Acesso em: 4 out 2024.

BARRIENTOS, M.I. **Retrofit de edificações: Um estudo de reabilitação e adaptação das edificações antigas às necessidades atuais.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, PROARQ – FAU-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/EduardoQualharini/publication/275652033_RETROFIT_DE_CONSTRUcoes_METODOLOGIA_DE_AVALIACAO/links/5542aab10cf234bdb21a1873/RETROFIT-DE-CONSTRUcoes-METODOLOGIA-DE-AVALIACAO.pdf. Acesso em 15 jul 2024.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/501>. Acesso em: 12 abr 2024.

BICCA, Paulo. **Arquiteturas do vazio**. *Arquitextos*, São Paulo, ano 17, n. 201.02, Vitruvius, fev. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.201/6432>. Acesso em: 12 abr 2024.

BRANDI, C. **Teoria do Restauro**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2004.

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al restauro: Teoria, storia, monumenti**. Napoli: Liguori, 1997.

CARTA MANIFESTO. **Carta Manifesto – pela proteção do Forte de São Francisco Xavier**. Instituto de Arquitetos de Brasil, Espírito Santo, 2022. Disponível em: https://iab-es.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Carta-Manifesto_IAB.pdf. Acesso em: 3 jul 2024.

CASA COR. **Estilo Paulista: Casa Cor São Paulo**. São Paulo: Casa Cor Promoções e Comercial LTDA, 2006.

CASACOR. (2022a). **Relatório de sustentabilidade 2021**. CASACOR. Disponível em: <https://casacor.abril.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade-2021/>. Acesso em: 24 jun 2024.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Editora UNESP, 2001.

CSEPCSÉNYI, Ana Cristina. **A distinguibilidade como figura retórica na intervenção contemporânea no patrimônio arquitetônico**. Arqtextos, São Paulo, ano 21, n. 245.03, Vitruvius, out. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/21.245/7920>. Acesso em: 2 set 2024.

DAUDEN, Júlia. **O que são e quais as diferenças entre retrofit, reabilitação e restauro?** ArchDaily Brasil, 13 abril de 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/937253/o-que-sao-e-quais-as-diferencas-entre-retrofit-reabilitacao-e-restauro>. Acessado em: 29 set 2024.

DONOSO, M. D.; LEMOS, C. B. **Reduzir, reutilizar, repensar e preservar: o reuso de edifícios históricos como estratégia de sustentabilidade ambiental e de valorização do patrimônio**. Caderno Pedagógico, [S. l.], v. 21, n. 7, p. e5591, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n7-093. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/5591>. Acesso em: 27 set. 2024.

FARAH, A. P.; MERLIN, J. R. **As Cartas Patrimoniais e suas Aplicabilidades no Patrimônio Urbano**. Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34099>. Acesso em: 5 set. 2024.

FERNANDES, Ana Veronica Cook; BAETA, Rodrigo Espinha. **A questão do uso e do reuso em alguns juízos teórico-críticos sobre o restauro**. Arqtextos, São Paulo, ano 21, n. 246.07, Vitruvius, nov. 2020. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/21.246/7958>. Acesso em: fev. 2024.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 207.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos**. Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 1, p. 16–40, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15579>. Acesso em: 1 out 2024.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith. Oxford: Basil Blackwell, 1991.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MORAES, Virgínia; QUELHAS, Osvaldo. **O desenvolvimento da metodologia e os processos de um retrofit arquitetônico**. Revista Sistema & Gestão, Volume 7, Nº3, Niterói, Rio de Janeiro, RJ, 2000.

NORA, P. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Khoury. Projeto História, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101#:~:text=Nora,%20P.,%20&%20Aun%20Khoury,%20T>. Acesso em: 12 abr 2024.

OLIVEIRA, Patricia Ataíde Solon de. **Entre invenção e memória: arquitetos modernos e patrimônio histórico no Recife (1946-1979)** / Patrícia Ataíde Solon de Oliveira. Recife, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/29427>. Acesso em: mai. 2024.

OLIVEIRA, Rafael Escobar de. **Sustentabilidade econômica no patrimônio histórico arquitetônico**. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Curso de Direito, RS, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/123456789/14039>. Acesso em: 15 abr 2024.

PASSOS, Jorge. **Conjunto Arquitetônico do Liceu de Artes e Ofícios**. Projeto de Requalificação e Restauro, Recife, Pernambuco, 2014.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e sua origem**. São Paulo, Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Angela Rösch; CAMARGO, Mônica Junqueira de. **O uso na preservação arquitetônica do patrimônio industrial da cidade de São Paulo**. Revista CPC, São Paulo, Brasil, n. 10, p. 140–165, 2010. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i10p140-165. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15664>> Acesso em: 14 abr. 2024.

ROUILLARD, Dominique. **Architectures contemporaines et monuments historiques: Guide des réalisations en France depuis 1980**. França: Editions Le Moniteurs, 2006.

SÉCULO DIÁRIO. ‘Projeto da Casa Cor causará danos ao patrimônio cultural’, diz Instituto de Arquitetos. Disponível em: <<https://www.seculodiario.com.br/cidades/projeto-da-casa-cor-causara-danos-ao-patrimonio-cultural-diz-instituto/>> Acesso em 24 ago 2024

SEIXAS, Vanessa Ameixoeira G. de. **O antigo feito novo: Reciclar para conservar o patrimônio arquitetônico carioca**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2009. Disponível em <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFF-2_ebc3e5f564f9f61141d6d6d290a7114e> Acesso em 7 mai 2024.

SOARES, Jandson; SOUZA, Wendell. **Patrimônio aos olhos de quem? Um breve estudo sobre a construção do conceito ‘Patrimônio Histórico’**. Boletim Historiar, [S. l.], n. 2, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/historiar/article/view/2126>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

TAVARES, M. L. **A conservação e o restauro de revestimentos exteriores de edifícios antigos: “Uma metodologia de estudo e reparação”**. Portugal: Preservation, 2009.

TRIENAL DE LISBOA. **Reabilitação**. Trienal de Arquitectura de Lisboa, Portugal, 2023. Disponível em: <[https://www.trienaldelisboa.com/Trienal de Arquitectura de Lisboa - Reabilitação\(trienaldelisboa.com\)](https://www.trienaldelisboa.com/Trienal_de_Arquitectura_de_Lisboa_-_Reabilitação(trienaldelisboa.com))>. Acesso em: 30 jun 2024.

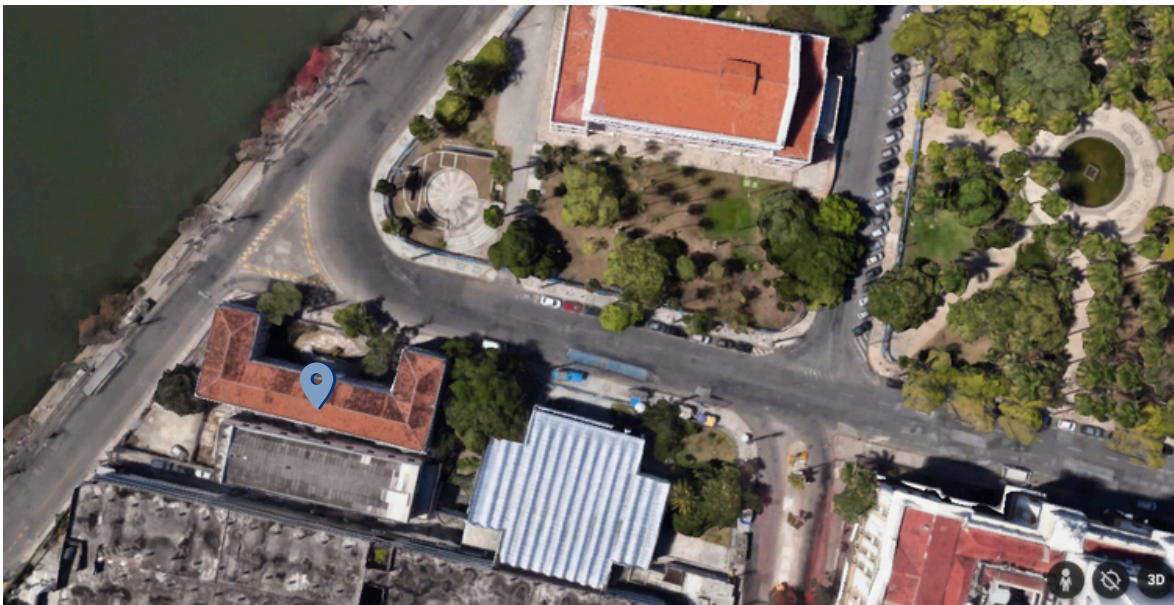
VETRONE, Mariana Lunardi. **Diálogos com a preexistência: leitura crítica de Projetos de intervenção no patrimônio cultural edificado de Coimbra nas últimas décadas**. Dissertação (Mestrado em Reabilitação de Edifícios) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/86665>>. Acesso em: 26 jun 2024

VIEIRA-DE-ARAÚJO, Natália Miranda. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo**. Recife: Ed. UFPE, 2022.

VIOLLET LE DUC, Eugène Emmanuel. **Restauro**. Pretextos, Série b, Memórias, 1. Apresentação, tradução e notas Odete Dourado. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, UFBA, 1994.

ZACAR, Cláudia Regina Hasegawa. **O design de interiores como prótese de gênero: um estudo sobre a Casa Cor Paraná (1994-2017)**. 2018. 268 f. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) - Programa de Pós-graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018

APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO



F.98 - Vista aérea do Liceu e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

Praça da República, 291 - Santo Antônio, Recife - PE, 50010-040

Trata-se de um dos representantes da arquitetura pública, testemunho do estilo clássico imperial no Recife, foi inaugurado em 1880 como Escola de Artes e Ofícios, instituição voltada à educação pública e mantida pela Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco. O edifício é tombado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE - Processo de Tombamento no 2.702/1991, Decreto Estadual de Homologação no 17.348, de 28/02/1994. Inscrição do Tombamento do Conselho Estadual de Cultura no 96, Livro de Tombo II, fl. 12.

Está inserido ainda no polígono que delimita o Setor de Preservação Rigorosa (SPR-1) da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural N° 10 (ZEPH-10), que constitui o Sítio Histórico dos bairros de Santo Antônio e São José, instituído pela Lei 16.176/96 da Prefeitura da Cidade do Recife.

Atualmente, o prédio pertencente à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).



F. 99 - Situação da fachada em 2007 antes do CASACOR. Fonte: Acervo Jorge Passos, 2012.



F. 100 - Situação da fachada em 2008 durante o CASACOR. Fonte: Márcio Moura, Flickr, 2008.



F. 101, 102 e 103 - Situação atual da fachada do prédio do Liceu. Fonte: Google Earth, 2024.

Ano de construção: 1880

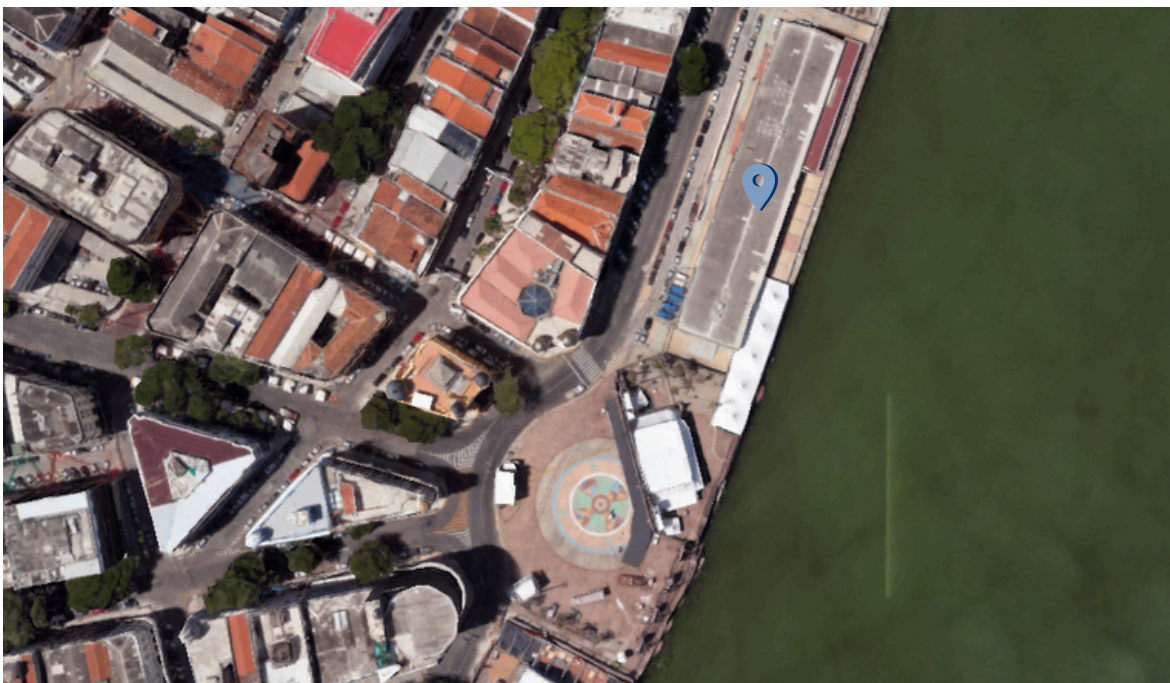
Uso original: Educacional

Estilo: Neoclássico

Tipo de tombamento: Estadual

Ano de tombamento: 1994

Situação atual: Desocupado



F.104 - Vista aérea do antigo Armazém 11 e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024 com alterações feitas pela autora.

Av. Alfredo Lisboa, S/N - Armazém 11 - Recife, PE, 50030-150

A área do Porto Organizado do Recife, de que trata a Lei Federal Nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, é aquela definida na Portaria Nº 1.030, de 20 de novembro de 1993, do Ministério dos Transportes, e sua delimitação corresponde ao memorial descritivo e planta a que se refere à cláusula 2ª, § 5º do Convênio entre a União e o Estado de Pernambuco, de 09 de abril de 1992, visando à exploração comercial do Porto do Recife. Têm-se registros do “Arrecife dos navios” de 1537, porto que originou a cidade do Recife. Possui edificações tombadas a nível estadual e federal.

Atualmente a área onde o antigo armazém funcionava, hoje compreende o SPR (Setor de Preservação Rigorosa) que constitui a ZEPH - 09 do Bairro do Recife, instituído pela Lei 16.176/96 da Prefeitura da Cidade do Recife.



F. 105 - Registro do Armazém 11 antes de receber a mostra de eventos. Fonte: Sydney Correa, 2008 - Flickr



F. 106 - Registro do Armazém 11 antes de receber a mostra de eventos. Fonte: TC 2, 2006 - Flickr



F. 107 - Foto externa do atual Armazém 11. Fonte: Daniela Nader

Ano de construção: entre 1909 a 1918

Uso original: Armazém portuário não operacional

Estilo:

Tipo de tombamento: -

Ano de tombamento: -

Situação atual: Centro de Artesanato de Pernambuco



F. 108 - Vista aérea do edifício e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024 com alterações feitas pela autora.

Av. Boa Viagem, 4988 - Boa Viagem, Recife - PE, 51021-000

De acordo com as informações disponíveis, o local onde hoje se ergue o Edifício Maria Angela Lucena abrigava um casarão histórico. Pesquisas em sites online revelaram que uma exposição estava programada para acontecer nesse casarão à beira-mar em Boa Viagem. No entanto, não foram localizadas imagens desse casarão, nem da época do evento, nem do seu estado atual.



F. 109 - trecho da matéria do site Casa.com.br onde é disponibilizada a localização e imóvel que iria sediar a mostra no ano de 2010. Fonte: Captura de tela, site Casa.com.br, 2016, com destaque em azul feita ela autora, 2024.



F.110 - Vista aérea do trecho em que estaria o casarão, foto de julho de 2009. Fonte: Google Earth Pro, 2024



F. 111 e 112 - Vista externa do imóvel ocupante do endereço do antigo casarão 4988. Fonte: Google Earth, 2024.

Ano de construção: entre 2005 a 2010

Uso original: Residencial

Estilo: Indefinido

Tipo de tombamento: -

Ano de tombamento: -

Situação atual: Habitacional



F. 113 - Vista aérea dos três chalés e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

Av. Sigismundo Gonçalves, 670, 680, 690 e 700 - Carmo, Olinda - PE, 53020-145

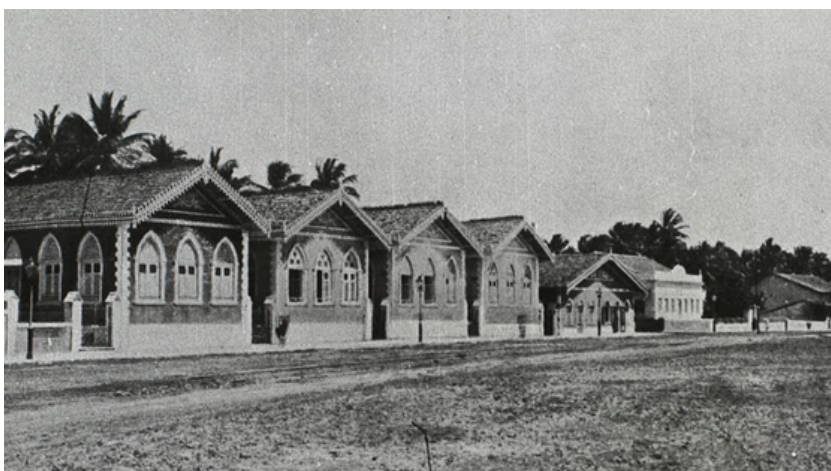
Na segunda metade do século XX, os chalés chegaram a abrigar o Fórum de Olinda. Após diversos anos de abandono, estas edificações foram parcialmente recuperadas em 2011 para abrigar o CASACOR, mas atualmente encontram-se sem uso e em avançado estado de degradação. Uma das casas, chamada de Casa Zulmira, sofreu um incêndio anos antes e não foi aproveitada para o mencionado evento, estando atualmente em processo avançado de arruinamento, sem a cobertura e com vegetação de grande porte no seu interior, cujas copas podem ser vistas de qualquer ângulo, contribuindo para o arruinamento do imóvel.

Os chalés estão inseridos, segundo Lei Federal Nº 1155/79 – Rerratificação do Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu entorno, em Área Urbana de Preservação Ambiental, integrante do Polígono de Tombamento Federal do Sítio Histórico de Olinda (processo n 674-T-1962). Pela Lei Municipal Nº. 4.849/92 - Legislação Urbanística dos Sítios Históricos de Olinda, os imóveis encontram-se inseridos no Setor de Interesse Turístico (ST), do Conjunto Monumental, da Zona Especial de Proteção Cultural e Paisagística - ZEPC-1.

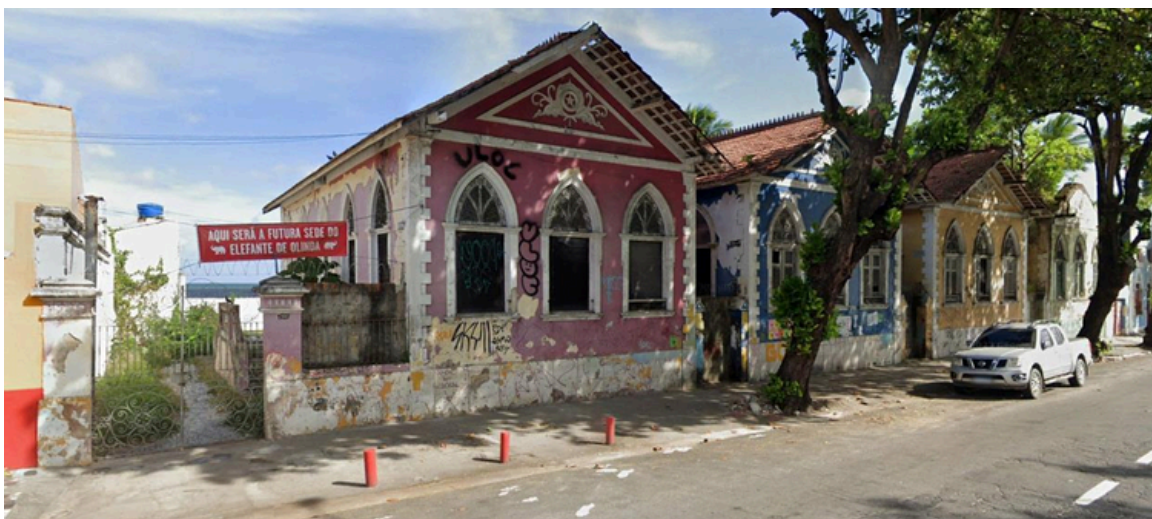
Atualmente este conjunto arquitetônico pertence à agremiação Elefante de Olinda, cedidos pelo Governo de Pernambuco em 2022 através da Lei Estadual 17.987 de 12.12.2022, ficando esta instituição responsável por restaurar e dar uso aos imóveis promovendo programas, projetos e ações de natureza social, educacional e de fomento à cadeia da cultura popular.



F. 114 - Vista geral do conjunto denunciando as perdas dos elementos decorativos da fachada frontal (lambrequins de madeira).



F. 115 - Vista geral dos quatro chalés após reforma, 1990. Fonte: Coleção Pedro Lobo.



F. 116 - Fachada dos Chalés do Carmo, registro de Janeiro de 2023. Fonte: CCM Elefante de Olinda



F. 117 - Situação do pátio dos Chalés do Carmo. Fonte: CCM Elefante de Olinda, 2023.



F.118 - Situação atual da Casa Julieta, registro de Janeiro de 2023. Fonte: CCM Elefante de Olinda



F.119 - Situação atual da Casa Julieta, registro de Janeiro de 2023. Fonte: CCM Elefante de Olinda



F. 120, 121 e 122 - Vista externa dos Chalés do Carmo. Fonte: Google Earth, 2024.

Ano de construção: entre 1893 e 1894

Uso original: Residencial

Estilo: Eclético

Tipo de tombamento: Inserido no Polígono de Tombamento do Município de Olinda e seu entorno, em Área Urbana de Preservação Ambiental,

Ano de tombamento: 1979

Situação atual: Desocupado



F. 123 - Vista aérea dos três chalés e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

R. Capitão Rui Lucena, 53, Boa Vista, Recife - PE, 52171-011

Os três chalés construídos no final do século 19, que abrigaram o Instituto de Psiquiatria do Recife Luiz Inácio, situados na Avenida Conde da Boa Vista, no Centro do Recife, estão protegidos pela Prefeitura como Imóveis Especiais de Proteção (IEPs). Esses chalés estavam listados como potenciais IEPs desde a promulgação da Lei 16.284, em 1997, que regulamenta esse tipo de patrimônio. Contudo, só foram oficialmente reconhecidos como IEPs no ano passado, após a aprovação das propostas pela Comissão de Controle Urbano (CCU) e pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU).



F.124 - Vista geral do conjunto, época desconhecida. Fonte: Google Maps, Antonio Silva, 2023.



F.125, 126, 127 e 128 - Detalhes da conservação das fachadas do conjunto. Fonte: Antes que Suma, Facebook, 2023.



F.129 - Vista frontal do conjunto em seu estado atual. Fonte: Antes que Suma, Facebook, 2023.

Ano de construção: Final do século XIX

Uso original: Residencial

Estilo: Eclético

Tipo de tombamento: Imóvel Especial de Preservação (IEP)

Ano de tombamento: 2012

Situação atual: Desocupado



F. 130 - Vista aérea do terreno do antigo casario e seus arredores em 2015. Fonte: Google Earth, 2024 com alterações feitas pela autora.

Avenida Beira Mar, 1320 - Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE

Não foram encontradas informações sobre o casarão beira mar de piedade pertencente a Família Cavalcante, o mesmo foi demolido após o CASACOR PE 2014, para dar lugar a um edifício residencial.



F. 131 - Vista externa da edificação antes das obras para o evento. Fonte: Victor Muzzi/Revista SIM!, 2014.



F.132 - Vista externa da edificação antes das obras para o evento. Fonte: Victor Muzzi/Revista SIM!, 2014.



F.133 e 134 - Vista externa da edificação. Fonte: Google Street View, 2023.

Ano de construção: Desconhecido

Uso original: Residencial

Estilo: -

Tipo de tombamento: -

Ano de tombamento: -

Situação atual: Edifício residencial



F.135 - Vista aérea da antiga residência do ex-senador o e seus arredores em 2013. Fonte: Google Earth, 2024 com alterações feitas pela autora.

Avenida Beira Mar, 990 - Piedade, Jaboatão dos Guararapes - PE

Antiga residência do ex-Senador José Ermírio foi doada em 2005 para ser um centro cultural. No ano de 2022 ela foi cedida ao Quartel de Bombeiros de Piedade, mas continua abandonada.



F.136 e 137 - Vista do pátio interno da antiga residência do ex-Senador.
Fonte: Jornal do Comércio/2022

Ano de construção: -

Uso original: Residencial

Estilo: Modernista

Tipo de tombamento: -

Ano de tombamento: -

Situação atual: Quartel de Bombeiros porém desocupado



F.138 - Vista aérea do casarão e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

Av. Rui Barbosa, 471 - Graças, Recife - PE, 52011-040

O casarão, pertencente à família de Othon Lynch, já falecido, data de meados do século XIX. Embora o imóvel não seja classificado como de preservação especial, ele está situado em uma zona de preservação ambiental e inserido em um polígono de tombamento pertencente a um setor de preservação rigorosa. O casarão foi sede do evento CasaCor por dois anos consecutivos, em um caso específico no qual o evento desconsiderou a preservação das esquadrias originais da edificação. Os ambientes internos não respeitaram essas estruturas, que foram tampadas, conforme revelado em entrevistas com as próprias organizadoras do evento.



F.139 - Sobrado de residência de Othon Lynch, em suas feições primitivas. Fonte: Acervo pessoal de Carlos B. Mello - Barreto, 2016.



F.140 - Representação do projeto da fachada principal, de autoria de Giácomo Palumbo, com auxílio da técnica de aquarela, em 1922. Fonte: Acervo pessoal de Carlos B. Mello - Barreto, 2016.



F.141 - Fachada posterior do imóvel, com a indicação das colunas e parte da família, 1938. Fonte: Acervo da família - Barreto, 2016.



F.142 - Sobrado com as características da reforma, em 2016. Fonte: Acervo pessoal Barreto, 2016.



F.143 - Fachada do casarão durante o CasaCor 2017. Fonte: Revista SIM, Lucas Oliveira, 2017



F.144 -Restaurante Ilha da Kosta, 2023. Fonte: Carminha Araújo/Google Maps.

Ano de construção: Meados do século XIX

Uso original: Sobrado residencial

Estilo: Eclético

Tipo de tombamento: - ZEPA e dentro do polígono de ZEPH

Ano de tombamento: 2001

Situação atual: Restaurante Ilha da Kosta



F. 145 - Vista aérea do casarão e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

Av. Dezanete de Agosto, 1112 - Parnamirim, Recife - PE, 52060-590

O casarão pertencente a Família Santos abrigou o CASACOR nas edições de 2018 e 2019, é um bem protegido como Imóvel Especial de Preservação(IEP). Apesar de sua relevância histórica e arquitetônica, o imóvel encontra-se atualmente em estado de abandono, sem perspectivas de reutilização ou propostas concretas para novos usos que preservem seu valor cultural. Embora exista um projeto em andamento para a construção de um edifício residencial nos fundos do terreno, a edificação principal permanece desocupada.



F.146 - Fachada do casarão durante o CasaCor 2018. Fonte: Arthur Motta, 2018.



F. 147 - Fachada lateral do casarão durante o CasaCor 2019. Fonte: José Britto, 2019.



F.148 - Fachada lateral do casarão durante o CasaCor 2018. Fonte: Eduardo da Mata e Tadeu Melegatti -Lightsource, 2018.



F. 149 - Fachada do casarão durante o CasaCor 2018. Fonte: Eduardo da Mata e Tadeu Melegatti -Lightsource, 2018.

F. 150 - Projeto paisagístico do passeio nos arredores do casarão durante o CasaCor 2018. Fonte: Eduardo da Mata e Tadeu Melegatti -Lightsource, 2018.



F.151 e 152 - Fachada do casarão em seu estado atual. Fonte: Google Street Map, 2024.

Ano de construção: Meados do século XIX

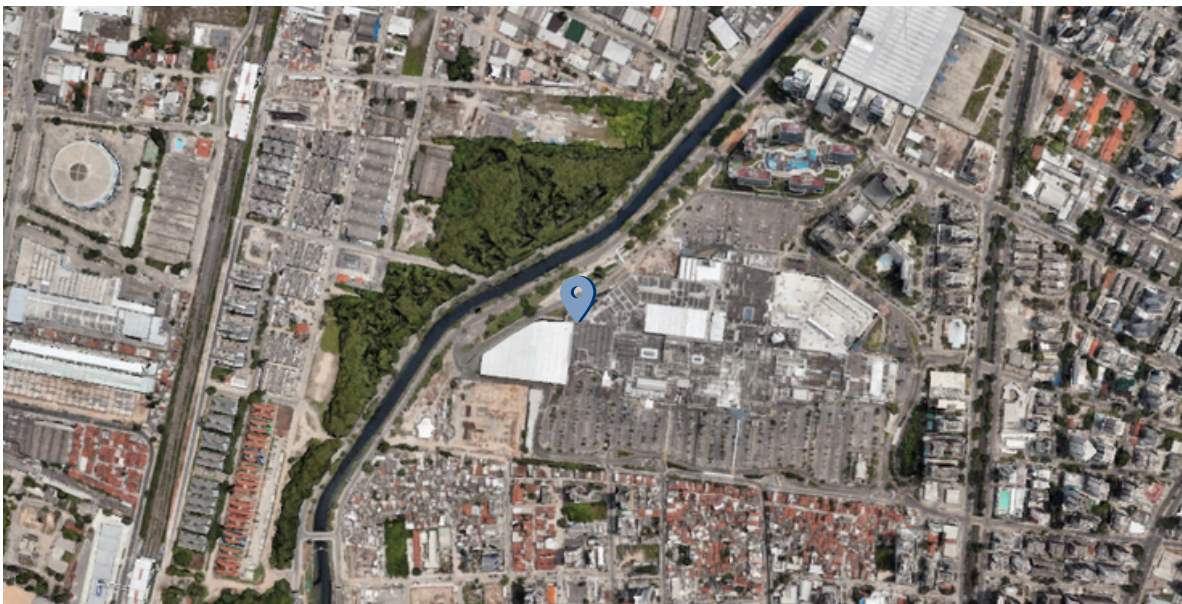
Uso original: Sobrado residencial

Estilo: Eclético

Tipo de tombamento: ZEPA e dentro do polígono de ZEPH

Ano de tombamento: 2001

Situação atual: Restaurante Ilha da Kosta



F. 153 - Vista aérea do Shopping Recife e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

R. Padre Carapuceiro, 777 - Boa Viagem, Recife - PE, 51020-90

Ocupando uma área de dois mil metros quadrados, a edição de 2021 aconteceu no Pavilhão Externo do Shopping Recife, localizado em Boa Viagem, na Zona Sul de Recife.



F. 154 - Foto externa do pavilhão do CASACOR PE 2021. Fonte: Paulo Higor Nunes



F. 155 - Foto externa do Bar Vivix Carvalheira. Fonte: Denilson Machado / Divulgação, 2021



F. 156 - Foto externa do pavilhão do CASACOR PE 2021. Fonte: Paulo Higor Nunes

Ano de construção: 2021

Uso original: Pavilhão de eventos

Estilo: Contemporâneo

Tipo de tombamento: -

Ano de tombamento: -

Situação atual: Desmontado



F. 157 - Vista aérea do Conjunto Chanteclair e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

Av. Marquês de Olinda, 2-86 - Recife, PE, 50030-010

O Conjunto de Edifícios Chantecler, datado do início do século XX e localizado na zona de preservação histórica do bairro do Recife, serviu como sede das edições da CASACOR em 2022 e 2023. Originalmente concebido para uso residencial, o imóvel sofreu transformações ao longo do tempo, tornando-se um cabaré na segunda metade do século XX. Após décadas de abandono, o Chantecler voltou a ganhar destaque ao ser palco desse importante evento de arquitetura e design.

Além de estar inserido em um polígono de tombamento a nível federal, reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), essas duas edições da CASACOR foram as que mais atraíram visitantes até hoje.



F. 158 - Foto da obra de recuperação da fachada do Edifício Chanteclair, por volta de 2012. Fonte: Acesso Jorge Passos.



F. 159 e 160 - Fachada e paisagismo externo Edifício Chanteclair. Fonte: Anuário CASACOR PE, 2022.



F. 161 - Fachada do Edifício Chanteclair. Fonte: Revista SIM, 2022.



F. 162 - Fachada atual do Edifício Chanteclair. Fonte: Google Street Map, 2024.

Ano de construção: Entre o século XIX e XX

Uso original: Residencial

Estilo: Eclético

Tipo de tombamento: -

Ano de tombamento: ZEPH e polígono de tombamento a nível federal

Situação atual: Desocupado



F.163 - Vista aérea do Palazzo Itália e seus arredores. Fonte: Google Earth, 2024, com alterações feitas pela autora.

R. Vig. Tenório, 55 - Recife, PE, 50030-010

O edifício Palazzo Itália não possui tombamento individual, seja ele definitivo ou provisório. No entanto, ele está inserido em uma área de entorno de monumento tombado em nível federal, designada como Zona Especial de Proteção Histórica (ZEPH 09 - Bairro do Recife). Dessa forma, o local integra uma área de proteção, e quaisquer intervenções propostas devem ser submetidas à análise do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Conforme pesquisas realizadas, identificou-se, por meio do Sistema de Informações Geográficas (ESIG) do Recife, que a edificação foi construída na década de 1930.



F. 164 - Vista externa edifício Palazzo Itália. Fonte: Google Street Map, 2024.



F. 165 e 166 - Edifício Palazzo Itália. Fonte: foto divulgação/CASACOR PE 2024 - Revista SIM, 2024.



F. 167 - Vista externa edifício Palazzo Itália em outubro de 2024.
Fonte: Izabelly Guimarães Bandeira, LinkedIn, 2024.

Ano de construção: 1938

Uso original: Provavelmente comercial ou uso misto

Estilo: Eclético

Tipo de tombamento: Polígono de tombamento a nível federal e ZEPH-09

Ano de tombamento: 1988

Situação atual: Ocupado pela exposição

